

Abrir portas onde se erguem muros

Director: David Pontes **Quarta-feira, 4 de Setembro de 2024** • Ano XXXV • n.º 12.543 • Diário • Ed. Porto • Assinaturas 808 200 095 • **1,50€**



Amilcar Cabral
Um legado para celebrar e transmitir, de Coimbra para o mundo

Cultura, 28



Basquetebol
Filipe da Silva tem dois sonhos: "Treinar na Euroliga e ajudar a selecção"

Desporto, 36/37

Parlamento
Esquerda quer alargar prazo do aborto, mas direita prefere não mexer na lei

Política, 10/11

GLEB GARANICH/REUTERS

Ucrânia
Ataques aéreos recentes expõem fragilidade defensiva

Mundo, 18/19

TAP: Governo de Passos foi avisado sobre esquema que contornou lei

Executivo de 2015 recebeu carta com contornos do negócio da TAP agora nas mãos do MP **Destaque, 2 a 5 e Editorial**

Acidente no Douro
Helicóptero tinha feito revisão ao motor há pouco tempo

Sociedade, 12

ISSN-0872-1556

Governo avisado um mês antes de esquema na TAP que "contornou" lei



TAP recebeu 226 milhões de dólares na privatização. Depois, foi obrigada a pagar esse valor para comprar aviões à empresa que emprestou o dinheiro. Tutelas das Finanças e Economia sabiam

Rafaela Burd Relvas

A privatização da TAP foi paga com o dinheiro da própria companhia aérea. As suspeitas já tinham sido levantadas há dois anos, no âmbito de uma análise legal feita para a TAP em 2022, e a mais recente auditoria da Inspecção-Geral de Finanças (IGF) às contas da empresa vem confirmar esta tese. Mas há mais: segundo conclui agora a IGF, os ministérios das Finanças e da Economia foram avisados um mês antes sobre os termos do negócio que viria a ser contratualizado com a Airbus para viabilizar a privatização da TAP, um esquema "complexo" que "contornou" a lei relativa às sociedades comerciais.

As conclusões constam da auditoria às contas da TAP, realizada pela IGF a pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão da TAP.

A forma como esta injecção foi financiada, e as consequências desse esquema para a TAP, são um dos focos desta auditoria da IGF. A 16 de Junho de 2015, antes da concretização da privatização, mas numa altura em que já havia entendimento entre o Estado e David Neeleman (a escolha do empresário para ficar com 61% da TAP foi anunciada pelo Governo a 11 de Junho), a sua empresa, a DGN, assinou, com a Airbus, um memorando de entendimento onde se comprometia a adquirir 53 aeronaves.

Mais tarde, a 16 de Setembro de 2015, a Atlantic Gateway (formada pela HPBG de Humberto Pedrosa, com 51% do capital, e pela DGN de Neeleman, com 49%) faz uma apresentação à Parpública (gestora das participações do Estado) onde refere a "necessidade de modernização da frota da TAP, através da compra à Airbus de 53 aeronaves. Em contrapartida pela compra, a Airbus faria um empréstimo de 226,75 milhões de dólares na Atlantic Gateway (AG) – e, assim, indirectamente, à TAP, que seria comprada por este consórcio.

Em Novembro de 2015, já com a privatização fechada, os contratos celebrados entre a DGN e a Airbus, para a compra dos 53 aviões, são transferidos para a TAP, que passou, assim, a ser "o verdadeiro comprador das 53 aeronaves adquiridas inicialmente pela DGN". É nesta altura que a TAP cancela a produção de 12 aeronaves que tinha encomendado à Airbus e assume a responsabilidade pelos novos contratos.

Com uma diferença substancial: "Apesar de idênticos aos celebrados com a DGN, os contratos assinados com a TAP passaram a prever uma penalização, no montante total de 226,75 milhões de dólares, a pagar pelo comprador [isto é, a TAP] em caso de cancelamento da compra dos aviões, comprometendo-se a TAP no pagamento deste valor em caso de incumprimento", refere a IGF.

Sintetizando: a injecção de capital de 226,75 milhões de dólares feita pela Atlantic Gateway na TAP, condição para a privatização ser concretizada, foi o exacto valor que a transportadora depois seria obrigada a desembolsar para comprar as 53 aeronaves à empresa que emprestou o dinheiro inicialmente. Sem capacidade financeira para cumprir com essas responsabilidades, a TAP "recorreu a processos de financiamento cujo controlo é dificultado pela diversidade de empresas e de condições contratuais, cumulativamente com a ausência de procedimentos formalmente instituídos".

É este esquema que suscita dúvida de legalidade à IGF. "Tendo em conta a actividade da Airbus e a sua vertente comercial, a disponibilização desse montante parece sugerir que terá sido a contrapartida pela celebração do acordo de renovação da frota, mediante a substituição da encomenda dos aviões Airbus A350 pelos A330, bem como a compra de novos aviões A320neo e A330neo, cujas penalidades pela falta de cumprimento da TAP perfazem exactamente o valor das prestações suplementares de capital assumidas pela Atlantic Gateway, mas que indirectamente terão sido financiadas pelos fundos da Airbus".

E, a confirmar-se, essa é uma iniciativa que contraria o que está estipulado na lei. Na prática, conclui a IGF, a injecção de capital efectuada pela AG na TAP resulta de fundos da Airbus que a própria TAP se comprometeu a pagar posteriormente. Assim, o dinheiro em causa não tem origem "directamente" no accionista Atlantic Gateway, mas num "terceiro com interesses directos nos negócios" da TAP e "através de fundos que, posteriormente, viria a recuperar, mediante pagamentos a que a TAP se vinculou contratualmente", resume o relatório.

Esta "operação complexa", diz a IGF, "afigura-se susceptível de contornar a proibição imposta pelo n.º 1 do artigo 322.º do Código das Sociedades Comerciais, o qual impede que uma sociedade conceda empréstimos ou forneça fundos a um terceiro para que este adquira acções do seu próprio capital". A penalização pela violação da norma "consiste na nulidade dos contratos ou actos unilaterais que lhe estão subjacentes".

49%

era a participação de David Neelman no consórcio Atlantic Gateway. Restantes 51% eram da HPBG, de Humberto Pedrosa

Governo avisado

A auditoria agora divulgada pela IGF conclui, ainda, que tanto a Parpública como os membros do Governo responsáveis pela privatização da TAP tiveram conhecimento deste esquema antes de a venda da companhia aérea ter ficado fechada.

"Salienta-se que toda a operação foi previamente apresentada à Parpública e aos membros do Governo das áreas das Finanças e das Infra-Estruturas, como resulta da carta e respectivos anexos enviados pela Atlantic Gateway à Parpública".

Em causa, uma carta assinada por David Pedrosa e Maximilian Otto Urbahn (à data, braço direito de Neeleman), de 16 de Outubro de 2015, endereçada à Parpública e com conhecimento à secretária de Estado do Tesouro (Isabel Castelo Branco, que reportava a Maria Luís de Albuquerque, ministra das Finanças nos dois governos de Passos Coelho), e ao secretário de Estado das Infra-estruturas, Transportes e Comunicações. À data de envio da carta, este cargo era ocupado por Sérgio Monteiro, que respondia ao ministro António Pires de Lima. Já quando a privatização foi concluída, em Novembro, o secretário de Estado com esta pasta era Miguel Pinto Luz, actual ministro das Infra-Estruturas e da Habitação.

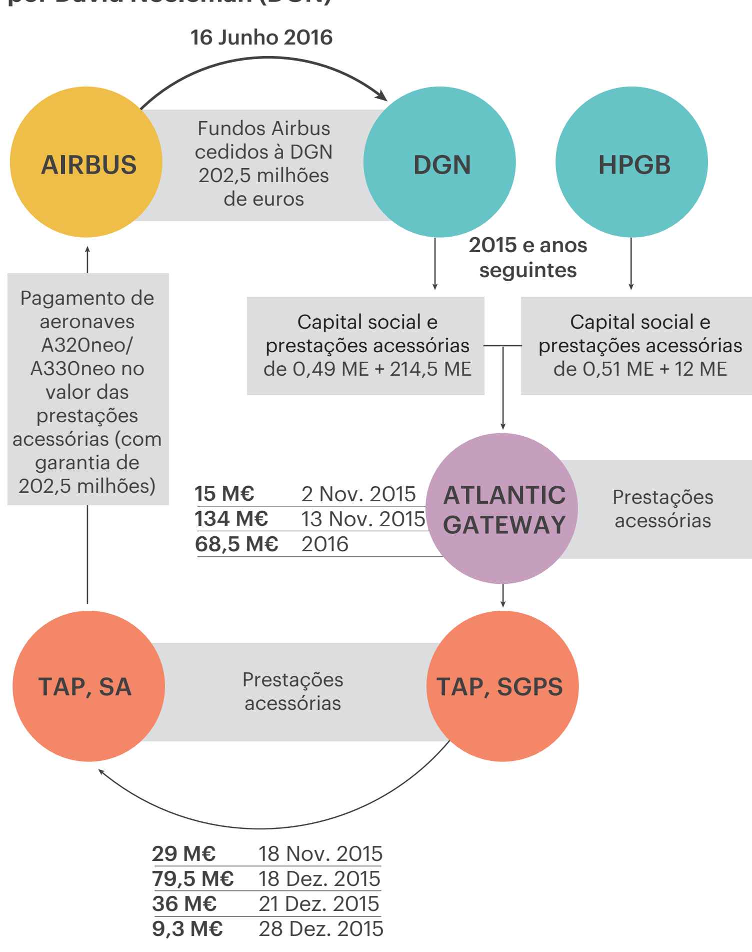
No documento, intitulado "Plano de Capitalização e Estrutura dos Fundos", a AG descreve os detalhes da operação com a Airbus, tal como agora são descritos no relatório da auditoria da IGF, e menciona que as informações aqui enviadas já tinham, aliás, sido partilhadas em reunião com a Parpública em Setembro de 2015.

A carta enviada ao Governo salientava dois aspectos: por um lado, a Atlantic Gateway esclarece que o empréstimo de 226,75 milhões de dólares concedido pela Airbus é feito "com base numa relação comercial de longo prazo entre a Airbus e a DGN"; por outro, justificava-se que a "situação financeira da TAP" implicava um "risco considerável" de a empresa não conseguir pagar as encomendas de aeronaves que já tinha feito com a Airbus anteriormente.

RUI GAUDÊNCIO

Acordo para a venda foi fechado em Junho e negócio formalizado em Novembro de 2015

Esquema que financiou a compra de 61% da TAP por David Neeleman (DGN)



Partidos exigem explicações

Oposição quer ministro fora da reprivatização da empresa

Fernando Costa

A auditoria da Inspecção Geral de Finanças (IGF) às contas da TAP deixou o ministro das Infra-Estruturas sob fogo cerrado da oposição. O PS veio desafiar o primeiro-ministro a esclarecer se Miguel Pinto Luz tem condições para continuar a gerir o processo de reprivatização da companhia aérea, enquanto o BE considerou que o ministro é o "maior activo tóxico que o Governo tem". Críticas repetidas à esquerda, e que se estenderam à direita: também o Chega diz que o ministro não tem condições políticas para assumir o processo de reprivatização da TAP.

Pinto Luz é um dos nomes que os partidos da oposição vão chamar ao Parlamento, numa lista que inclui a então ministra das Finanças Maria Luís Albuquerque – o nome escolhido pelo Governo para comissária europeia –, e o ex-secretário de Estado das Infra-Estruturas, Transportes e Comunicações Sérgio Monteiro. O tema poderá ir a discussão no Parlamento já a 11 de Setembro: o BE já deu entrada a uma proposta para realizar um debate sobre a situação da companhia aérea na Comissão Permanente, com a presença do actual titular da pasta.

Luís Montenegro "tem de vir dizer se considera que o ministro Miguel Pinto Luz tem condições para dirigir uma nova privatização da TAP, quando foi o principal actor de uma privatização que está envolta em acusações e suspeitas", desafiou ontem Alexandra Leitão, líder parlamentar do PS, referindo-se ao facto de o actual ministro ter liderado o dossier da privatização da TAP em 2015, enquanto secretário de Estado do Governo de Pedro Passos Coelho. Para o Chega, pela voz do líder parlamentar, Pedro Pinto, a posição do ministro fica agora "muito débil", pelo que Pinto Luz "não tem condições políticas" para continuar a acompanhar este processo. Para o Chega trata-se de uma "trapalhada" da qual Luís Montenegro é "cúmplice", por ter escolhido para conduzir este dossier o mesmo nome que já conduziu o processo em 2015.

Nas bancadas mais à esquerda do Parlamento, a apreciação não difere muito. Para a líder do BE, Mariana Mortágua, o titular das Infra-Estruturas e Habitação tem um currículo que "às vezes parece um cadastro". "Miguel Pinto Luz não tem idoneidade para gerir o dossier da TAP. Independentemente da privatização ou não", defendeu. Também a líder parlamentar do PCP, Paula Santos, sublinhou a importância de se retirarem "consequências políticas" do relatório da IGF, qualificando como "significativo" que "uma das principais responsáveis e que deu cobertura a este crime seja agora indicada para comissária europeia".

Pelo Livre, Isabel Mendes Lopes defendeu que é preciso perceber "qual é a legitimidade para [os responsáveis] continuarem em funções", enquanto Inês Sousa Real, do PAN, sustentou que Pinto Luz não tem "idoneidade política para pôr acima de tudo o interesse dos portugueses".

Já a Iniciativa Liberal disse não ver necessidade de retirar consequências políticas do relatório, embora sublinhando que essa é uma decisão que cabe ao primeiro-ministro. Para o deputado Rodrigo Saraiva o importante é saber quando e como será privatizada a TAP – "Quando é que a TAP é privatizada? Como é que é privatizada? Como é que é defendido o direito do dinheiro dos contribuintes? Estas são as questões que importam."

"Foi tudo transparente"

Reagindo às conclusões do relatório da IGF , que indicam que a compra de 61% da TAP ao Estado, em 2015, por um consórcio liderado por David Neelman foi financiada com um empréstimo de 226 milhões de dólares dados pela Airbus – com a compra de 53 aviões à construtora pela TAP como contrapartida e com a companhia aérea a prestar garantia por esse crédito –, o próprio Miguel Pinto Luz veio afirmar que "nada há a esconder, foi tudo transparente" no processo de privatização. E acrescentou que "a legitimidade de um membro do Governo compete sempre ao primeiro-ministro" – "Portanto, desde o dia em que assumi funções, o meu lugar pertence ao senhor primeiro-ministro, e portanto a legitimidade que tenho."

Se a auditoria da IGF não deixa incólume o ministro das Infra-Estruturas, envolve também na polémica Maria Luís Albuquerque, numa altura em que a comissária europeia indicada por Luís Montenegro tem pela frente as audições para a constituição da equipa que acompanhará Ursula von der Leyen na Comissão Europeia.

Um *timing* que o PSD invocou ontem, sugerindo motivações políticas nesta polémica. "Até agora não houve nenhum tema ou nenhum assunto no meio deste *dossier* todo que seja algo de novo, que não tenha sido já do conhecimento público. A única novidade que existe no meio deste burburinho todo tem a ver com a indicação de Maria Luís Albuquerque para um cargo de elevada importância na Comissão Europeia", apontou o deputado do PSD Gonçalo Lage. O social-democrata adiantou, aliás, que o PSD pediu a audição do "responsável da IGF para que possa prestar todos os esclarecimentos na Assembleia da República, fazendo a apresentação deste relatório e explicando todas as questões que possam ter surgido de novo".

Já quanto ao ministro das Infra-Estruturas, Gonçalo Lage defendeu que Miguel Pinto Luz tem "obviamente todas as condições para continuar a exercer funções como ministro", acusando a oposição parlamentar de "precipitação". **com Susete Francisco**

ESTELA SILVA/LUSA



Miguel Pinto Luz é o alvo principal das críticas da oposição

RUI GAUDÊNCIO



Auditoria sobre recapitalização da companhia aérea portuguesa seguiu para o Ministério Público

Entre 2016 e 2020

TAP fez "negócio simulado" para pagar aos próprios gestores, diz a IGF

Pedro Crisóstomo

Auditoria conclui que a TAP fez um contrato "simulado" que, na prática, servia para entregar 4,3 milhões a três administradores

Durante os anos em que a TAP esteve nas mãos de accionistas privados, o grupo celebrou com a Atlantic Gateway (a empresa de David Neeleman e do grupo Barraqueiro que detinha a transportadora aérea) um contrato de prestação de serviços que, segundo a Inspecção-Geral de Finanças (IGF), não passou de um "negócio simulado". O contrato serviu para pagar remunerações e prémios de 4,3 milhões de euros a três membros do conselho de administração do grupo entre 2016 e 2020.

A circunstância foi detectada pela IGF durante a auditoria às contas da TAP, concluída em Agosto deste ano. E é uma das razões que levam este serviço de inspecção do Estado a propor ao ministro das Finanças o envio deste mesmo relatório para o Ministério Público (MP), o que significa que a IGF vê matéria-crime passível de ser investigada.

Os contratos analisados na auditoria foram celebrados com os gestores Humberto Pedrosa, David Pedrosa e David Neeleman, que tinham assento na administração em representação da empresa que comprara a TAP em 2015, a Atlantic Gateway.

A Atlantic Gateway foi constituída em Junho de 2015, como sociedade gestora de participações sociais (SGPS), e tinha dois accionistas: a HPGB (empresa do grupo Barraqueiro, dona de 51% do capital) e a DGN Corporation (sociedade de David Neeleman, dona de 49% do capital).

No relatório da IGF, a que o PÚBLICO teve acesso, a inspecção afirma que houve um "negócio simulado", porque, "aparentemente", o fim do contrato "não era o mesmo para o qual fora celebrado."

O documento em causa pressupunha a "prestação de serviços de planeamento, estratégia e apoio à reestruturação da dívida financeira", mas, na leitura da IGF, isso terá sido apenas "instrumental para o efeito pretendido", já que serviu para concretizar o pagamento das remunerações aos administradores. Conclusão dos inspectores: o contrato tem as características que se atribuem a um "negócio simulado", em que se verificam "três requisitos": "A intencionalidade da divergência entre a vontade e a declaração, o acordo simulatório (*pactum simulationis*) e o intuito de enganar terceiros."

As cláusulas

O que se passou, de acordo com a informação recolhida pela IGF? De 2016 a 2020, as remunerações dos órgãos sociais da TAP SGPS "foram revistas e ajustadas pela comissão de vencimento e estabelecidos prémios de desempenho, de acordo com um conjunto de critérios e objectivos." Só que, durante a auditoria, os inspectores não obtiveram "evidências do pagamento àqueles administradores das remunerações" previstas, "nem sequer registos contabilísticos ou recibos de vencimento."

O que a IGF viu foi o tal "contrato de prestação de serviços de planeamento, estratégia e apoio à reestruturação da dívida financeira", assinado a 18 de Janeiro de 2016 entre a TAP e a Atlantic Gateway, cujo objectivo seria, porém, "suportar o pagamento das remunerações aos referidos gestores".

O contrato previa, na cláusula quarta, "a negociação com as entidades bancárias", sendo "a facturação" aos prestadores de serviços feita "mensalmente e baseada numa estimativa apresentada até ao dia 31 de Janeiro de cada ano". E, na cláusula terceira, que a Atlantic Gateway "prestaria o serviço em condições semelhantes às praticadas no mercado", embora a TAP não tenha disponibilizado "qualquer evidência do cálculo da estimativa anual prevista, nem, tão-pouco, da análise de mercado que seria a referência para os valores cobrados face aos alegados serviços contratualizados".

As facturas emitidas têm uma "descrição vaga que refere apenas 'Prestação de Serviços de Consultoria de Administração e Gestão'". E, assim, pelos "dados disponíveis", os inspectores consideram que o pagamento aos administradores "foi efectuado" através deste contrato.

Entre os valores remuneratórios deliberados pela comissão de vencimentos (3.524.922 euros) e os "cobrados pela Atlantic Gateway (4.264.260 euros) existe a diferença global de cerca de 739.338 euros a mais (21%), a qual foi justificada pela TAP como o resultado da aplicação da Taxa Social Única (TSU) aos valores deliberados pela comissão de vencimentos. No entanto, a IGF afirma que não foi apresentada "qualquer evi-

Fernando Pinto: 326,7 mil euros sem base legal

Montante pago dizia respeito a férias por gozar

O antigo presidente da TAP Fernando Pinto recebeu, entre 2007 e 2020, mais de 8,5 milhões de euros, entre remunerações, prémios e pela prestação de serviços, incluindo 175 dias de férias não gozadas, segundo a IGF.

A entidade concluiu que os pagamentos efectuados a Fernando Pinto totalizaram 8,523 milhões de euros, sendo 6,463 milhões de euros a "título de remunerações e prémios, enquanto administrador, relativos ao período entre 2007 e Janeiro de 2018".

Segundo a inspecção, "este valor inclui 326,7 mil euros de férias não gozadas, não se afigurando existir base legal ou contratual que sustente este pagamento". O valor equivale "a 175 dias, a que acrescem mais 70 dias, de acordo com uma regra instituída" da qual a entidade não conseguiu "evidência do respectivo documento que a suporta", concluiu a IGF. A instituição lembrou que decorre do Código do Trabalho que "o direito a férias mantém-se irrenunciável e não pode ser substituído, ainda que de acordo com o trabalhador, por qualquer compensação económica ou outra". E lembrou que "não pode haver acumulação de férias por um período superior a um ano, quanto mais de 13, como parece ter sido o caso".

dência que ateste tal justificação" e sublinha que, "mesmo considerando a TSU, o valor (4.238.126 euros) é ainda inferior em 26.134 euros relativamente ao facturado."

Pagamentos legais à Azul

Apesar das questões identificadas, a TAP "não apresentou qualquer fundamentação susceptível de justificar a adopção deste procedimento inadequado", diz a IGF.

O conselho de administração do grupo (da TAP SGPS e TAP SA) recebeu a auditoria para exercer o contraditório, mas a empresa não o fez. "Embora tenha acusado a recepção do projecto de relatório, não se pronunciou quanto às asserções e conclusões" do documento, diz a IGF. A inspecção recebeu um contacto telefónico de um "responsável da TAP, SA", cujo nome não identifica, a informar que a transportadora não iria pronunciar-se. Ao realizar o contraditório junto da Parpública (a gestora de participações empresariais do Estado), a IGF também não recebeu observações sobre o relatório.

Nesta auditoria, a IGF também passou a pente fino contratos de consultoria celebrados pela TAP com a empresa Azul (de David Neeleman) relativos a 2016, 2017 e 2018 para aconselhar o grupo no lançamento de novas rotas para os EUA mas, em relação a isso, não existe "evidência de situações que possam colocar em causa a legalidade das operações subjacentes".

A outra razão que leva a IGF a propor o envio da auditoria ao MP prende-se com o processo de privatização da TAP e a sua relação "com os contratos de aquisição de 53 aviões" por 226,75 milhões de dólares. A IGF concluiu que uma parte da capitalização realizada pela Atlantic Gateway para cumprir o acordo de compra foi concretizada "com fundos obtidos da Airbus", num valor idêntico ao da penalização a assumir pela TAP no caso de incumprimento dos acordos de aquisição das aeronaves.

"Acrescem ainda os contratos de consultoria, celebrados com a empresa Azul anos de 2016, 2017 e 2018, que totalizaram um montante de 828 mil USD [dólares dos EUA]. Os serviços contratados respeitam a apoio e aconselhamento no processo de expansão da TAP para os EUA (...). Neste contexto, foi-nos disponibilizada documentação que evidencia a prestação destes serviços pela Azul no âmbito do processo de expansão supra-referido, nomeadamente, sobre novas rotas para Boston, Nova Iorque, Chicago e São Francisco", avança a IGF.

"Conclui-se sobre este ponto que as transacções entre a TAP e as empresas de Neeleman estão suportadas contratualmente, não existindo evidência de situações que possam colocar em causa a legalidade das operações subjacentes", acrescenta, no relatório da auditoria.



As seis conclusões da auditoria à TAP

A Inspecção-Geral de Finanças (IGF) concluiu a auditoria às contas da TAP que foi pedida, no ano passado, pela Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão da TAP, que tinha como objectivo analisar a gestão da companhia aérea durante o período de 2020 a 2022, mas que acabou por olhar, também, para anos anteriores, em particular desde 2015, quando ocorreu o processo de privatização. A auditoria vem, agora, apontar várias falhas à actuação de administradores e accionistas (Estado incluído).

Perdas "significativas" com o Brasil

A primeira conclusão da IGF debruça-se sobre um tema já antigo e que, durante anos, pesou sobre as contas da companhia área portuguesa: a TAP Manutenção e Engenharia Brasil. A ligação da TAP a esta empresa começa em 2005, sob a liderança de Fernando Pinto, que queria comprar, em consórcio com a Geocapital de Stanley Ho, os negócios da antiga companhia brasileira Varig — incluindo a parte da aviação, a Varig Engenharia e Manutenção (VEM) e a Varig Logística. As partes da aviação e da logística acabaram, contudo, por ser compradas por outra empresa e a TAP ficou apenas com a VEM (depois rebaptizada), que trazia consigo um passivo avaliado em 100 milhões de euros. Até à sua liquidação, em 2022, esta empresa que não registou um único ano de lucros recebeu da casa-mãe mais de 500 milhões de euros para se manter operacional e chegou a ser posta à venda, um negócio nunca concretizado.

Na auditoria, a IGF volta a debruçar-se sobre este tema para salientar as perdas avultadas geradas pelo negócio, não só as já registadas, mas aquelas que ainda serão apuradas. "A racionalidade económica da decisão da administração da TAP de participar no negócio da TAP Manutenção e Engenharia Brasil e, posteriormente, de não partilhar os riscos e encargos daquela participação com a Geocapital não foi demonstrada", refere o relatório. "Perspectivam-se perdas muito significativas com aquele negócio pela não recuperabilidade dos valores envolvidos, que, até 2023, ascendiam a 906 milhões de euros."

Capitalização com dinheiro da Airbus...

A privatização da TAP feita em 2015 é outro dos principais pontos abordados pela IGF. No cerne da análise está a compra de 61% da companhia aérea ao Estado, pelo consórcio Atlantic Gateway, liderado pelo norte-americano David Neeleman.

Na altura, recorda a IGF, este consórcio comprometeu-se a capitalizar a TAP através de "prestações suplementares de capital". Uma parte dessa capitalização foi financiada através de um empréstimo de 226 milhões de dólares (cerca de 202 milhões de euros, à cotação actual) concedido pela Airbus, "com base no denominado *framework agreement*" que foi celebrado entre as empresas em Junho de 2015. Este dinheiro, contudo, foi entregue pela Airbus em contrapartida pela compra de 53 aeronaves pela TAP, precisamente, à Airbus.

... que foi pago pela TAP

Acontece que os tais 226 milhões de dólares que serviram para capitalizar a TAP coincidem com o mesmo valor de uma penalização assumida pela TAP, em caso de incumprimento dos acordos de aquisição de 53 aeronaves Airbus. Na prática, conclui a IGF, isto "evidencia uma possível relação de causalidade entre a aquisição das acções e a capitalização da TAP e os contratos celebrados entre a TAP e a Airbus". Dito de outra forma, a TAP foi comprada com garantia da própria TAP.

As conclusões da IGF corroboram as suspeitas já levantadas há dois anos, depois de uma análise legal feita pela sociedade Serra Lopes, Cortes Martins & Associados ter concluído que teria sido a TAP a suportar, com capital público, o custo da sua própria capitalização, no âmbito do processo de privatização.

Falta de informação sobre recompra pelo Estado

Depois da privatização, as operações de recompra das acções da TAP pelo Estado, durante a governação de António Costa, também suscitam dúvidas à IGF. Em causa, recorde-se, está a operação concretizada em 2020, quando o Estado comprou uma participação de 22,5% que era detida por David Neeleman, através da Atlantic Gateway, por 55 milhões de euros. Com esta operação, a TAP voltou a ser uma empresa maioritariamente pública, com o Estado a deter, a partir de então, uma posição de 72,5% no capital da empresa. Entretanto, o Estado já reforçou a sua posição e a TAP voltou a ser uma empresa 100% pública, situação que se mantém hoje, mas que poderá vir a alterar-se.

Sobre a operação de 2020, a IGF salienta que não foi "disponibilizada informação subjacente ao apuramento" do montante de 55 milhões de euros desembolsado pelo Estado, na altura, para ficar com a participação de 22,5% de David Neeleman. Em contraditório, a Parpública referiu que este montante está justificado no Decreto-lei n.º 39-B/2020, que autorizou o Governo a comprar esta participação. Já a IGF salienta que "não questiona o suporte legal do montante correspondente à aquisição dos 22,5%", mas reforça que "não foram facultados os pressupostos inerentes ao cálculo do respectivo valor, informação omissa no referido diploma legal".

Contrato de "estratégia" pagou prémios

Também os prémios atribuídos aos administradores da TAP, antes da renacionalização, são questionados na auditoria, pelo formato em que foram distribuídos. Segundo a IGF, "a TAP celebrou com a Atlantic Gateway um contrato de prestação de serviços de planeamento, estratégia e apoio à reestruturação da dívida financeira, que teve como finalidade o pagamento de remunerações e prémios, no período de 2016 a 2020, a membros do conselho de administração da TAP SGPS, no montante de 4,3 milhões de euros".

Em causa estão discrepâncias, ou omissões, no que diz respeito à distribuição de remuneração fixa e variável, bem como prémios de desempenho, aos administradores da TAP — em particular David Pedrosa, Humberto Pedrosa e David Neeleman. De acordo com a IGF, a comissão de vencimentos da TAP definiu, para o período de 2016 a 2020, um conjunto de critérios e objectivos a serem cumpridos para a atribuição das remunerações e dos prémios, mas, agora, não são "encontradas evidências do pagamento àqueles administradores das remunerações estabelecidas pela comissão de vencimentos, nem sequer registos contabilísticos ou recibos de vencimento".

Por outro lado, a IGF constata que, em Janeiro de 2016, foi celebrado um contrato de prestação de serviços de planeamento, estratégia e apoio à reestruturação da dívida entre a TAP e a Atlantic Gateway. Este contrato "terá tido por objectivo suportar o pagamento das remunerações aos referidos gestores". A TAP acaba, depois, por confirmar que este contrato "suportou o pagamento das remunerações de tais administradores", acrescenta o relatório da auditoria.

Consultorias levantam dúvidas

A IGF conclui, por fim, que há dúvidas quanto aos reais beneficiários de vários contratos de consultoria celebrados pela TAP, durante e liderança de Fernando Pinto.

"Entre 2005 e 2022, a TAP SGPS e a TAP SA contrataram serviços de consultoria no montante de 400,6 milhões de euros, envolvendo cerca de 1308 entidades, sendo que, nos contratos celebrados com a Seabury Aviation Consulting e a KPMG & Associados, no valor total de 11,7 milhões de euros, não foi possível identificar claramente o beneficiário desses serviços", conclui a IGF.

O relatório aponta que não foi "possível confirmar, através das evidências recolhidas", que as consultorias contratadas "estivessem efectivamente associadas a serviços prestados à TAP". "As situações sinalizadas, embora suportadas por contratos, apontam para serviços de suporte ao processo de capitalização da TAP pela Atlantic Gateway, mais bem especificado nos acordos assinados em 24/6/2015, de venda directa e de compromissos estratégicos", detalha a IGF. **R.B.R.**

Espaço público

Da TAP ninguém escapa

Editorial



David Pontes

O mínimo que se pode pedir é que Miguel Pinto Luz se afaste de qualquer coisa que tenha que ver com uma futura privatização da TAP

Quando cumpre cinco meses de existência, o Governo ainda não tem um orçamento, mas já chegou à sua polémica com pedidos de remodelação, por causa da operadora aérea nacional. A TAP tem-se tornado um activo tóxico para diferentes executivos e, mesmo que o relatório tenha muitas coisas que já eram conhecidas, tem a importância de ter a chancela da Inspecção-Geral das Finanças (IGF).

O relatório atinge Passos Coelho, porque era ele que liderava um governo que formalizou a privatização cujos moldes agora são postos em causa, quando o seu programa já tinha sido rejeitado no Parlamento. O mais elementar bom senso ditava a suspensão do negócio até à chegada de um novo executivo, o que não aconteceu.

O relatório põe em causa Pires de Lima, Sérgio Monteiro e Maria Luís Albuquerque, porque foram eles que lideraram o processo de entrega da TAP a privados com um esquema de recapitalização que a IGF considera que contorna a lei relativa às sociedades comerciais. Pires de Lima e Sérgio Monteiro estão no sector privado e podem achar que são águas passadas, mas Maria Luís Albuquerque é a escolha de Luís Montenegro para a Comissão Europeia e as revelações de ontem vão certamente perturbar a sua nomeação.

Mesmo que só tenha sido secretário de Estado por 27 dias, Miguel Pinto Luz, tal como o gabinete de Maria Luís Albuquerque foram avisados do esquema de recapitalização e aceitaram-no. A responsabilidade de Pinto Luz acaba por atingir o actual primeiro-ministro, que escolheu para seu ministro alguém que vinha com uma nuvem de suspeitas sobre a sua actuação, que agora se adensa.

Até o PS, mesmo que tenha uma pandemia para se justificar, não fica fora do juízo de que beneficiou o infractor ao passar o cheque de 55 milhões a David Neelman, o que também é objecto de crítica da IGF, por não perceber a justificação do montante.

Por fim, num momento em que se negoceia a reprivatização da TAP, o carácter destas notícias tem o condão de fragilizar a posição do Estado de conseguir o melhor negócio possível, o que, evidentemente, também tem o condão de nos prejudicar a todos, cidadãos contribuintes.

Perante tudo isto, o mínimo que se pode pedir após a revelação de um relatório com este nível de evidências é que Miguel Pinto Luz se afaste de qualquer coisa que tenha que ver com uma futura privatização da TAP. O seu passado não o permite. Se nessa condição pode continuar a ser ministro das Infra-Estruturas, isso, como o próprio Pinto Luz sublinhou, cabe acima de tudo ao primeiro-ministro avaliar.

CARTAS AO DIRECTOR

A anedota serve-se fria

Em 2015, de "pé na tábua", que o tempo fugia, o Governo de Passos Coelho privatizou 51% da TAP, em venda ao consórcio Atlantic Gateway, com grande protagonismo de Miguel Pinto Luz (M.P.L.), secretário de Estado das Infra-Estruturas, e de Maria Luís Albuquerque, ministra das Finanças.

Quase oito anos depois, em Maio de 2023, pudemos todos ouvir da boca de M.P.L. elogios em boca própria (diz o povo que são vitupérios, reclamando para aquela privatização as honras de ter dado ao país a "maior TAP de sempre e, provavelmente, a melhor TAP de sempre". É de admirar (?) que tivesse passado à frente sem qualquer referência a que o negócio pudesse ter, na base, pormenores porventura criminais. Ou talvez pensasse que os fins justificam os meios, sobretudo em matéria de privatizações, em que, à aproximação da oportunidade, há que ter "olho vivo e pé ligeiro".

José A. Rodrigues, Vila N. de Gaia

Referendos: Barreto esqueceu-se?

Totalmente, ou quase, de acordo com António Barreto no seu texto "Referendar a imigração". Discorre ele sobre o instrumento constitucional do referendo e bem avisa sobre a sua utilização, devida ou indevida, dada a exigência do estudo de todos os complexos vectores antes da sua efectivação. Tudo isto a propósito do "anunciado" referendo sobre a imigração, de um modo lato e especificamente do modo perverso – como de costume – por parte do Chega. Dito isto, a razão que aqui me traz é relevar uma tentativa de referendar algo que Barreto não refere na extensa lista de razões que aduz para justificar que o referendo seja pouco utilizado: a morte medicamente assistida, vulgo "eutanásia".

Dir-me-ão que esse assunto está ultrapassado porque a Lei n.º 22/2023 foi aprovada na Assembleia da República e ela tem condições para que o sofrimento insuportável de alguém que reúna condições legais para requerer o "deixar de sofrer", numa decisão que só a si diz respeito. Só que essa lei aprovada – depois de um longo calvário de obstaculização – "está na gaveta" e é preciso "tirá-la de lá" (na feliz expressão de Rosalvo Almeida, no PÚBLICO de 26/8). E regulamentá-la é trazê-la "cá para fora". Antes que a ideia peregrina do referendo volte à tona...

Fernando C. Rodrigues, Porto

Tenho vergonha

Tenho vergonha da forma como o mundo livre apoia incondicionalmente Netanyahu e Israel. Tenho vergonha da forma como Israel que, para além dos 40 mil palestinianos que já matou, continua a condenar milhares de crianças palestinianas inocentes à morte, seja pela fome, seja pela falta de água potável ou seja pela falta de cuidados médicos prestados.

Tenho vergonha quando o mundo livre fica contente porque um ditador permite que crianças inocentes sejam vacinadas em vez de terem ficado contentes por esse ditador, Netanyahu, a isso ter isso obrigado pela pressão mundial. Netanyahu quer destruir completamente o povo palestiniano e para isso usa todos os argumentos possíveis, incluindo a existência de terroristas do Hamas em tudo que é sítio na Faixa de Gaza.

Netanyahu, que é o grande responsável pela não libertação total dos reféns israelitas, embora tente atirar todas as culpas somente para o grupo terrorista Hamas, pode ou não ser considerado um criminoso? Como cidadão do mundo, confesso que tenho vergonha do que está a acontecer em várias zonas do mundo, seja na Ucrânia, na Faixa de Gaza, no Chade ou em tantas outras. Onde estão, na realidade, os defensores da liberdade humana, independentemente da cor, da raça ou da crença religiosa? Onde? Sinceramente, não os vejo, pois só actuam em função das vantagens que podem retirar eles próprios e não em função da gravidade do problema que existe.

Manuel Morato Gomes, Senhora da Hora

Acidente em Atei

Não sabemos ainda as causas da queda do helicóptero em Atei. Contudo, é algo difícil de explicar. O INEM ia assistir um operário que tinha sofrido uma queda numa pedreira. Face ao acidente do helicóptero, a assistência ao ferido foi feita por uma equipa terrestre com total êxito. Levanta-se a questão: era realmente necessária uma assistência com recurso a uma aeronave? Será que não é feita uma gestão de recursos de modo a serem utilizados os meios mais convenientes, necessários e suficientes?

E se na mesma altura viesse a ser necessária uma outra assistência em que o helicóptero seria imprescindível, mas estivesse ocupado? Fica a questão, embora não saiba quem daria a resposta.

António Barbosa, Porto

As cartas destinadas a esta secção têm de ser enviadas em exclusivo para o PÚBLICO e não devem exceder as 150 palavras (1000 caracteres). Devem indicar o nome, morada e contacto telefónico do autor. Por razões de espaço e clareza, o PÚBLICO reserva-se o direito de seleccionar e editar os textos e não prestará informação postal sobre eles **cartasdirector@publico.pt**

A opinião publicada no jornal respeita a norma ortográfica escolhida pelos autores

ESCRITO NA PEDRA

Enganar: dizer ao povo soberano que não vamos roubar se formos eleitos
Ambrose Bierce, escritor

O NÚMERO

3,0

A FIFA registou um recorde de transferências de jogadores (1 de Junho a 2 de Setembro) a nível internacional e Portugal foi o terceiro país mais comprador

Não prestar

Ainda ontem



Miguel Esteves Cardoso

Estando eu a almoçar com um amigo inglês que mora cá, ele disse que o hambúrguer dele era "*rubbish*": uma porcaria. Expliquei ao empregado que o hambúrguer não era do agrado do meu amigo, mas este afinou e obrigou-me a traduzir mais fielmente: "O hambúrguer não presta!"

"Não presta?", respondeu o empregado, muito menos ofendido do que deveria estar, caso a queixa fosse mais infrequente.

O meu amigo inglês é que não perdoou: "Porque é que não lhe dizes o que eu disse? Que o hambúrguer é um lixo, que merece ir para o lixo?" Bem que tentei convencê-lo que "não presta" é muito violento, mas, de facto, há uma carga eufemística e delicodoce na cultura portuguesa que nos leva a dourar a pílula sempre que somos levados a cuspir qualquer coisa.

O meu pai, Joaquim, quando era mal servido, preferia dizer "desculpe, mas esta pescada não está capaz". Não estar capaz é uma versão mais agressiva do não prestar, mas ambas as expressões recolhem as garras e preferem o tom da rapaziada à rapina.

É que uma coisa até pode ser boa e não prestar, por não prestar serviço conforme o critério do destinatário. Se eu só gosto de bifes da vazia, um hambúrguer assim-assim, para mim, não presta. Não está capaz de me satisfazer.

Prestar é um verbo de serviço. Espera-se de um hambúrguer que ofereça os seus préstimos: que sirva para matar a fome, mas que também preste um serviço agradável no que toca ao prazer gastronómico.

O "não presta" presta-se à subjectividade: o que para ti não presta pode-me prestar grandes serviços. É esse o sentido do habitual desabafo "tens de me dizer onde é o teu caixote de lixo".

É assim que as pessoas que têm a mania que nada presta ganham a fama de ser "esquisitas". Ou seja: não sabem o que é bom e acabam por morrer de nariz levantado, sem conhecer os perfumes do mundo.

Mesmo assim, temo que estejamos a perder esse nosso cuidado e a ganhar o gosto de chamar os bois pelos nomes. Se assim for, vou ter saudades da violência do "não presta".

ZOOM CISJORDÂNIA

MOHAMAD TORORKMAN/REUTERS



Homem com a bandeira palestiniana coloca-se à frente dos militares israelitas na Cisjordânia

P

publico.pt  

Lisboa (sede: editor e redacção)
Edifício Diogo Cão,
Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tel. 210 111 000

Porto
Rua Júlio Dinis,
n.º 270 Bloco A 3.º
4050-318 Porto
Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira, Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira **Editor P2** Sérgio B. Gomes **Online** Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados); Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) **Política** David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactoras principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro **Mundo** Ivo Neto, Paulo Narigão Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena **Sociedade** Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão **Local** Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim **Economia** Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Aníbal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira **Ciência** Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho **Azul** Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) **Cultura/Ípsilon** Paula Barreiros, Inês Nadais (editoras), Pedro Rios (editor Ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes **Desporto** Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado **Fugas** Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves **Guia do Lazer** Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa **Ímpar** Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas **P3** Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães **Terroir** Ana Isabel Pereira **Newsletters e Projectos digitais** João Pedro Pereira **Projectos editoriais** João Mestre **Fotografia** Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) **Paginação** José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) **Copy-desks** Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta **Design Digital** Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura **Infografia** Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves **Comunicação Editorial** Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos **Secretariado** Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos **Documentação** Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral

Área Financeira e Circulação Nuno Garcia **RH** Maria José Palmeirim **Direcção Comercial** João Pereira **Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente** Leonor Soczka **Análise de Dados** Bruno Valinhas **Marketing de Produto** Alexandrina Carvalho **Área de Novos Negócios** Mário Jorge Maia

NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaecom, SGPS, S.A. | **Publicidade** comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | **Impressão** Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | **Distribuição** VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt

Membro da APCT Tiragem média total de Agosto **19.838 exemplares**

O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial **publico.pt/nos/estatuto-editorial**
Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para **leitores@publico.pt**

ASSINATURAS Linha azul **808 200 095** (dias úteis das 9h às 18h)
publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

Cheque-psicólogo: porque não para todos os níveis de ensino?



Eduardo Carqueja

A medida cheque-psicólogo proporciona o acesso a cuidados de saúde mental para estudantes das instituições de ensino superior (IES). O financiamento, por parte do Governo, de 1,5 milhões de euros em 2024 e de 3,75 milhões de euros em 2025 demonstra um compromisso significativo com a saúde mental dos/as estudantes e reflete a importância crescente deste tema para a concretização de políticas públicas.

Sobretudo após a pandemia de covid-19, o número de pedidos de apoio psicológico nas IES aumentou significativamente, tendo os/as estudantes que aguardar, por vezes, cinco meses por uma consulta. É por isso inegável que esta medida facilita o acesso a serviços de saúde psicológica para estudantes que, de outra forma, poderiam enfrentar barreiras financeiras ou logísticas para aceder aos mesmos. Igualmente, permitir que escolham livremente um/a psicólogo/a a partir de uma lista nacional, aumenta a probabilidade de encontrar um/a terapeuta com quem sintam segurança e que atenda às suas necessidades específicas.

Contudo, é crucial perceber que dados fundamentaram a decisão de focar esta medida apenas nos/as estudantes do ensino superior. Porque não foram outros níveis de ensino incluídos, dado que as crianças e os/as adolescentes também enfrentam desafios significativos de saúde mental?

Um artigo sobre saúde mental juvenil, publicado, no passado dia 13 de agosto, pela comissão de psiquiatria da revista científica *The Lancet*, revela que as doenças mentais têm o seu pico de início aos 15 anos e reforça a importância da intervenção precoce. Realça ainda que a área de estudos focada na saúde mental juvenil se centra em jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 25 anos: assinala esse período de vida adulta emergente como mais útil, em termos de ponto de corte, do que a habitual divisão do atendimento aos 18 anos, o que nos conduz à necessidade de rever a forma como organizamos as respostas neste âmbito, sobretudo sabendo que estas devem ser sensíveis às mudanças biológicas, cognitivas, sociais e culturais específicas dessa faixa etária.

Focarem-se apenas nos estudantes das IES pode, inadvertidamente, deixar de fora grupos igualmente vulneráveis, como alunos/as do ensino básico e secundário. Sendo diretor de um serviço de psicologia, recebo todos os meses centenas de pedidos de consultas para crianças e jovens. A resposta é insuficiente e os tempos de espera longos. Qual a razão de esta população não ter acesso a esta medida, dada a inegável importância da intervenção focada na prevenção? Talvez a vertente económica seja a justificação, mas sabemos que a intervenção precoce aporta melhor ajustamento psicológico dos indivíduos ao longo do ciclo vital.

Outra questão pertinente é perceber o que acontece no final das 12 sessões previstas: que garantia de continuidade do acompanhamento ou *follow-up* está prevista? Haverá rutura da relação terapêutica, se verificada a necessidade de manter o acompanhamento? Como garantimos a dimensão ética e deontológica de "não abandonar" aquela pessoa? Sabemos que, com os recursos atuais, não conseguiremos acolher estas eventuais situações e, portanto, surge a necessária reflexão sobre a integração das respostas.



É crucial perceber que dados fundamentaram a decisão de focar esta medida apenas nos/as estudantes do superior

A eficácia dos cheques-psicólogo sairá reforçada se integrada com outros serviços de apoio oferecidos pelas IES e pelas respostas da comunidade – habitualmente pouco exploradas – além das existentes nas IES e na saúde. Uma abordagem integrada e sistémica proporciona um suporte mais holístico a cada estudante, num planeamento integrado, com uma rede de respostas com conexões efetivas entre os seus interlocutores. Evita-se assim a replicação dos apoios, mas, sobretudo promove-se a equidade de acesso aos serviços de psicologia. Por fim, é importante prever mecanismos de monitorização e avaliação para medir a eficácia e o impacto destas consultas, o que não foi ainda clarificado. Só assim será possível ajustar o programa tanto quanto necessário e garantir que a melhoria da saúde psicológica é alcançada, numa lógica mais preventiva e menos remediadora.

Director do Serviço de Psicologia do Centro Hospitalar Universitário de São João, EPE

Da importância da saúde sexual enquanto direito humano



Pedro Nobre

A saúde sexual é uma dimensão central da saúde e tem um impacto significativo no bem-estar e qualidade de vida das pessoas. Desde 2010 que é celebrado o Dia Mundial de Saúde Sexual, iniciativa da Associação Mundial de Saúde Sexual (AMSS) e que, ao longo dos anos, tem vindo a ser apoiada pelas Nações Unidas e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) com o objetivo de consciencializar para a importância da saúde sexual como um direito fundamental. Portugal teve um papel pioneiro nesta matéria, tendo sido o primeiro país do mundo a reconhecer oficialmente este dia, aprovado por unanimidade pela Assembleia da República, em 2021.

A saúde sexual é definida pela OMS como "um estado de bem-estar físico, emocional, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou disfunção". Esta visão positiva da sexualidade e a sua associação ao bem-estar geral é fundamental na conceção de saúde sexual que vai muito para além da simples ausência de problemas e que coloca o foco nos efeitos benéficos da expressão da sexualidade. Nessa linha, a AMSS aprovou, em 2017 (durante o período em que fui seu presidente), uma declaração sobre o prazer sexual como um direito humano fundamen-tal. A evidência científica tem mostrado que o prazer sexual é uma das fontes de saúde, bem-estar e qualidade de vida das pessoas e que a sua promoção tem efeitos positivos em diversas dimensões da vida.

Uma recente revisão da literatura desenvolvida pelo grupo de investigação em Sexualidade e Género (SexLab) do Centro de Psicologia da Universidade do Porto, com base em estudos efetuados em todo o mundo, mostrou que a saúde sexual está fortemente associada à saúde e bem-estar geral, incluindo menores níveis de depressão e ansiedade, menores sintomas físicos, maior qualidade de vida e maior satisfação com a vida das pessoas, independentemente do género ou orientação sexual, da idade ou da situação relacional.

Uma outra dimensão da saúde sexual é a capacidade de expressão sexual livre de coerção, discriminação e violência. Infelizmente, são ainda hoje globalmente praticados atos sucessivos e consistentes de coerção, discriminação e violência sobretudo contra crianças, mulheres e pessoas com diversidade sexual e de género, quer em países não democráticos, quer em países democráticos que têm vindo a reverter medidas de proteção de direitos num clima de ascensão da extrema-direita. Portugal, apesar de estar na linha da frente das conquistas legislativas nesta matéria a nível mundial, não é imune a movimentos desta natureza vindos da direita radical, mas também de setores ultraconservadores que têm vindo recentemente a ganhar espaço mediático.

Como vai a saúde sexual dos portugueses? O SexLab, que está a celebrar os seus 15 anos, irá apresentar em primeira mão os resultados do estudo sobre o estado da saúde sexual em Portugal com base no novo inquérito da OMS, durante o Seminário Internacional do Programa Doutoral em Sexualidade Humana (dia 27 de Setembro na FPCEUP). Os dados preliminares indicam que, em Portugal, cerca de metade das pessoas apresenta um baixo nível de satisfação com a sua vida sexual, sendo que mais do que um terço relata dificuldades sexuais que causam sofrimento emocional. Uma em cada sete mulheres e um em cada 25 homens refere ter sido vítima de violência sexual e cerca de 40% das pessoas com diversidade sexual indicam ter sido alvo de discriminação. Estes dados demonstram a magnitude das problemáticas relacionadas com a saúde sexual e chamam a atenção para a necessidade premente de desenvolver políticas públicas baseadas na evidência de que promovam a saúde e os direitos sexuais em Portugal. Na linha do que advoga a OMS, que considera que, "para que a saúde sexual seja alcançada e mantida, os direitos sexuais de todas as pessoas devem ser respeitados, protegidos e cumpridos", é objetivo do SexLab e da FPCEUP contribuir para esse desígnio e com isso promover também uma sociedade mais justa, mais inclusiva e respeitadora dos direitos de todas as pessoas.

Presidente da Associação Mundial para a Saúde Sexual; director do Programa Doutoral em Sexualidade Humana da Universidade do Porto; director do SexLab

Perdem os brasileiros e a liberdade de expressão



Maria João Marques

Concordo: Elon Musk é uma caricatura do empresário visionário unidimensional sem características que o tornem interessante ou gostável fora do universo corporativo. Não acumulou sabedoria ao longo da vida que valha a pena partilhar. Parece adepto do darwinismo social e económico que o favoreceu. Da minha parte, a antipatia vai ao ponto de, tendo comprado um carro elétrico há uns anos, a instrução que dei à pessoa que juntou os candidatos possíveis foi 'não quero um Tesla'.

Sucede que criaturas encantadoras criaram realidades profundamente atentatórias; e pessoas execráveis ofereceram ao mundo coisas úteis. Não foi Elon Musk que criou o Twitter, agora X. Mas salvou-o do descalabro financeiro em que sempre vivera e, em boa verdade, a rede ficou praticamente igual. A gritaria constante de como o Twitter piorou com Musk vem, sobretudo, de o detestarem politicamente.

Na minha experiência, não sou mais insultada agora do que era (também se pode dever aos largos milhares de bloqueios que já fiz). O algoritmo é bastante mais lógico do que o do Facebook. E o twitter/X, sendo um esgoto, continua com as vantagens de sempre: é o melhor sítio para obter informação de todo o mundo, não só dos muitos meios de comunicação como dos utilizadores; a informação é muito menos filtrada por critérios alheios, nem sempre honoráveis; é possível medir com imediatismo o ar do tempo, as tendências, os argumentos mais extremados; a enorme liberdade de expressão.

Tem o reverso da medalha, claro. A desinformação. As *fake news*. O ódio. A incitação ao ódio em matilha. A polarização. A infantilização do debate pela incapacidade de se apreender a *nuance* ou a ironia. O tribalismo. A ignorância. A má-fé. A polarização. As vinganças e os ódios pessoais que se travestem de diferença opinativa biliosa. Personagens obsessivas constantemente assediando outras. As ameaças. As injúrias, as mentiras que se propagam sobre outros, as difamações.

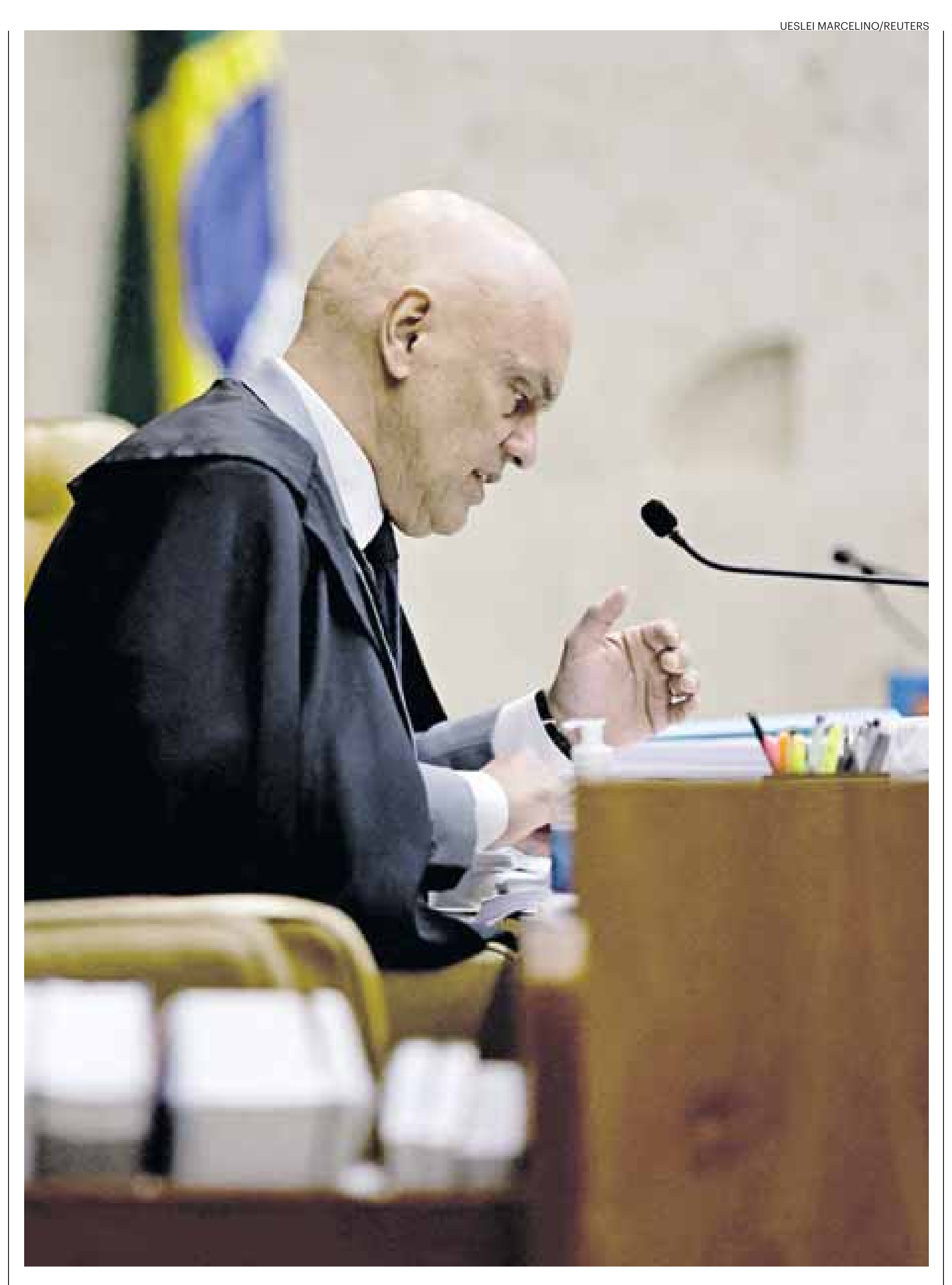
O Twitter/X, tal como todas as redes sociais, tem de ser regulado pelo poder político. E não está acima das leis dos países onde opera - o que não significa que as leis sejam sempre benignas ou razoáveis, ou que os que as aplicam não persigam motivos obscuros. Na China e na Venezuela banir o Twitter não é ilegal.

Sucede que a postura sobranceira do Twitter não apareceu com Elon Musk. Uma amiga há uns anos apresentou queixa por injúrias e ameaça agravada vindas de uma conta anónima no Twitter. Em 2021, na era Antes de Musk, o Ministério Público arquivou a queixa por impossibilidade de identificar o proprietário da conta. No despacho de arquivamento, lê-se que o MP oficiou o Twitter, que não se dignou a responder às autoridades judiciais portuguesas (apesar de ter facilidade em fornecer o IP do utilizador por trás do anónimo). E explicou que, nos casos anteriores de cartas rogatórias enviadas, o Twitter também não respondeu.

Tantas linhas para explicar que sim, sou favorável à regulação nas redes sociais, sobretudo em se tratando de possíveis crimes contra pessoas. Não só as injúrias e difamações, mas também vídeos e imagens de terceiros não autorizados, particularmente grave quando se trata de conteúdo sexual. As redes sociais deviam ter protocolos *apriori*obrigatórios de prevenção. E, claro, colaborar diligentemente com investigações judiciais.

Chegando ao Brasil: não é nenhuma vontade de regular as redes sociais, no caso o X, que levou à suspensão da rede. Trata-se somente de um confronto político entre um empresário alinhado com a direita americana e um país numa deriva populista de esquerda latino-americana (ou seja, esquerda em esteroides), num crescendo de alianças com o bloco autoritário do mundo, da China, à Rússia e ao Irão.

UESLEI MARCELINO/REUTERS





A suspensão do X – considerada desproporcional por muitos juristas e constitucionalistas brasileiros – não é mais do que um ato de censura mascarado de tecnicalidade legal

O juiz Alexandre de Moraes, conhecido autocrata, aproveitou a investigação ligada à tentativa bolsonarista de golpe de 8 de janeiro para ordenar a eliminação de várias contas do Twitter, com métodos nem sempre consonantes com as garantias dos cidadãos. Não se tratava de responsabilizar pessoas por tuítes criminosos, o que seria legítimo, mas de os impedir de aceder a uma plataforma (que os aceita) para exercerem a sua liberdade de expressão – traduzindo: censura. O mesmo tenebroso Alexandre de Moraes proibiu há dias um ex-assessor de Bolsonaro de dar uma entrevista à *Folha de São Paulo*.

E Alexandre Morais foi ao ponto pidesco e persecutório de impor uma multa diária de 50 mil reais aos brasileiros que acedessem ao X através de uma VPN (entretanto revogada). Dantes havia o justiceiro Sergio Moro; agora há o justiceiro Alexandre de Moraes. Ambos com propensão para torcer a justiça em prol de fazer política.

Elon Musk, do seu lado, afrontou tanto quanto pôde Alexandre de Moraes, continuando a postura sobranceira que o Twitter já tinha antes de o comprar, como se pairasse acima das leis nacionais. Provavelmente para gerar *engagement* e se arvorar como paladino contra os totalitários da esquerda sul-americana. Não é boa rés, mas um órgão de soberania de um país decente não se porta com o nível dos rufias.

O objetivo de Moraes não é a punição de desinformação, incitamento à violência ou à subversão da democracia. A finalidade é cristalina: exterminar uma plataforma onde a população brasileira vai buscar informação (e desinformação também) não filtrada, os opositores de Lula têm um grande número de seguidores e as críticas ao Governo Lula são livres e numerosas (e não vêm só do segmento bolsonarista). A suspensão do X – considerada desproporcional por muitos juristas e constitucionalistas brasileiros, atentatória dos procedimentos comuns no Direito – não é mais do que um ato de censura mascarado de tecnicalidade legal. E, como sempre, em se tratando de censura, com objetivos de manutenção do poder político incumbente (e Lula já vai no terceiro mandato, demonstrando uma malsã vontade de permanência no poder).

Para o bem maior de ajudar o regime lulista nas eleições municipais de 2024, e de fazer frente a uma multinacional do Grande Satã, Alexandre de Moraes extermina direitos, ferramenta de trabalho e possibilidade de discussão política e crítica ao venerável Governo à população brasileira. Elon Musk não é um guerreiro da liberdade de expressão, mas Alexandre de Moraes é um inquisidor de primeira água. Os antifascistas estão perigosamente parecidos com os fascistas.

Economista. Escreve à quarta-feira

RUI GAUDÊNCIO



Esquerda quer alargar prazo do aborto, direita recusa mexer na lei

PS quer lançar debate, BE promete avançar com uma proposta no Parlamento. Direita prefere manter o quadro legal como está. Portugal é dos países da UE com prazo mais restritivo

Ana Bacelar Begonha

O PS quer "lançar um debate" sobre o alargamento do prazo da interrupção voluntária da gravidez (IVG) e o Bloco de Esquerda vai mesmo avançar com uma proposta no Parlamento para dilatar o prazo actual, que se encontra fixado nas dez semanas. A ideia reúne o consenso da esquerda, mas os partidos à direita do PSD preferem manter a lei como está. O tema fica, assim, nas mãos dos sociais-democratas, que, por agora, não se pronunciam, mas se comprometeram a não alterar a lei nesta legislatura.

A despenalização do aborto até às dez semanas foi aprovada em 2007, após um referendo nacional em que o "sim" ganhou, e o prazo não é alterado desde essa altura. Mas está em contraciclo com a União Europeia. A maioria dos Estados-membros permite a realização do aborto até às 12 semanas, existindo apenas dois, além de Portugal, que limitam a IVG às dez semanas: a Croácia e a Eslovénia. Nos restantes países, o prazo é mais alar-

Eliminar as dificuldades de acesso à IVG é um dos objectivos da esquerda

Maioria dos Estados-membros da UE permite a realização do aborto até às 12 semanas

PS e Bloco de Esquerda não esclarecem, para já, qual o prazo que querem ver previsto na lei

gado: 14 semanas na Áustria, França, Roménia e Espanha; 18 semanas na Suécia; entre 20 e 22 semanas nos Países Baixos; e 24 semanas no Reino Unido, de acordo com o estudo *Abortion in the European Union* da Foundation for European Progressive Studies e do Karl Renner Institut, de 2023.

Agora, a líder parlamentar do PS anunciou, na *rentrée* do partido, que quer "regulamentar a objecção de consciência" e "lançar um debate" sobre o alargamento do prazo do aborto. Como o *Expresso* avançou e o PÚBLICO confirmou, existe já um anteprojecto de lei da JS nesse sentido, mas Alexandra Leitão não especificou se o PS vai mesmo apresentar um projecto de lei, nem que prazo vai propor: 12 ou 14 semanas.

Ainda assim, a ideia conta com o apoio da esquerda e pelo menos o Bloco de Esquerda terá uma iniciativa própria. Em resposta ao PÚBLICO, o partido de Mariana Mortágua não só se compromete a votar "a favor de todas as iniciativas que visem aumentar os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres", como garante que vai apresentar "uma proposta no Parlamento, ainda sem data definida" para alargar o prazo da IVG — sem especificar até que semana — e regulamentar a objecção de consciência.

Também o PCP concorda que o prazo deve ser alargado, "até às 12 semanas". E sublinha que, além desta medida, é preciso "assegurar o cumprimento da actual lei no SNS, eliminando as dificuldades de acesso à IVG por opção da mulher, de forma célere (dentro dos prazos previstos na lei), em condições de segurança em todo o território nacional".

O Livre defende igualmente que "é essencial alargar o prazo porque dez semanas é, muitas vezes, curto para a pessoa perceber que está grávida, tomar a decisão e o processo se desencadear de forma legal e segura". E frisa que "é preciso garantir este acesso em todo o território e para todas as pessoas, sem que seja preciso haver deslocações de centenas" de quilómetros. O partido de Rui Tavares não explicita que prazo defende, mas, no programa eleitoral às legislativas, propunha que o aborto fosse alargado até às 14 semanas.

Direita recusa mexidas

O Chega, o CDS e a Iniciativa Liberal, contudo, não deverão acompanhar mexidas à lei. O futuro das iniciativas do PS e do BE devem, assim, depender do PSD, que não respondeu às questões do PÚBLICO.

O tema foi discutido durante a campanha eleitoral às legislativas de Março quando, num debate da Federação Portuguesa pela Vida, o agora líder parlamentar do CDS Paulo Núncio defendeu que "devemos ter a capacidade de tomar iniciativas no sentido de limitar o acesso ao aborto e, logo que seja possível, procurar convocar um novo referendo no sentido de inverter esta lei".

Perante uma chuva de críticas, os líderes do PSD e do CDS vieram clarificar a posição da Aliança Democrática: Luís Montenegro garantiu que a coligação não vai "mexer nesta legislação", tendo como única intenção "cumprir a lei", e Nuno Melo assegurou que "não é tema" nesta legislatura. Entretanto, também Paulo Núncio afirmou, em entrevista ao PÚBLICO, que "o programa eleitoral da AD não inclui esta matéria", nem a mesma "está em cima da mesa".

Sem surpresas, o CDS mantém a posição antiaborto e garante que "votará contra" uma proposta para aumentar o prazo da IVG. Já o PSD não respondeu às questões do PÚBLICO, mas historicamente também se opôs à despenalização do aborto e, em 2015, o Governo de Passos Coelho aprovou uma série de medidas que limitaram o acesso ao aborto, como taxas moderadoras, a obrigatoriedade de as mulheres terem consultas prévias com um psicólogo e um técnico de serviço social e o fim do registo dos médicos objectores de consciência.

Já em Abril, quase todos os deputados do PSD e do CDS no Parlamento Europeu votaram contra (com a excepção de um parlamentar, que se absteve) uma resolução para que o aborto seja incluído na carta dos direitos fundamentais da União Europeia, uma posição defendida pelo primeiro-ministro.

O Chega, por sua vez, responde que "a legislação é a que está em vigor" e que não tenciona "mexer" na mesma, garantindo ainda que não acompanhará "nenhuma alteração à lei". Em Maio, o partido de André Ventura votou contra, juntamente com o PSD, um voto de saudação à recomendação do Parlamento Europeu. Mas, meses antes, o presidente do Chega garantiu que, enquanto estiver na liderança, "o partido não vai voltar a propor a criminalização do aborto e, por consequência, não voltará a alinhar num referendo sobre isso", embora sublinhando que essa não é uma posição consensual no Chega.

Já a Iniciativa Liberal considera que "a actual lei do aborto é adequada", não mostrando, por isso, abertura para a alterar. O líder do partido, Rui Rocha, já tinha tomado esta posição durante a campanha eleitoral, altura em que garantiu que os liberais não fariam "nenhum tipo de acordo [político] que envolva algum retrocesso nessa matéria".

Na mesma linha, o PAN considera que "a este tempo" o "fundamental" é "que o que está na lei deve ser cumprido". Mas o partido de Inês Sousa Real aproxima-se do PS ao defender que se deve avançar com a "regulamentação que está pendente, nomeadamente quanto à objecção de consciência e melhoria de procedimentos que garantam o acesso atempado das utentes".

PS pressiona Governo: "Como quer fazer uma negociação séria?"

Ana Sá Lopes

PS pede mais documentos ao Governo para poder iniciar negociações do Orçamento do Estado para o próximo ano

O PS voltou ontem a insistir junto do Governo para disponibilizar os documentos que faltam para que possam avançar as negociações do Orçamento. Fê-lo num novo pedido ao presidente da Assembleia da República, onde volta a afirmar que o Governo tem de cumprir a lei.

Em declarações ao PÚBLICO, o antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais António Mendonça Mendes afirma que o Governo "não cumpriu com a obrigação de envio do Quadro Plurianual de Despesa, o qual tinha de ser enviado juntamente com as Grandes Opções". O Governo já tinha sido instado a isso pelo presidente da Assembleia da República, mas não enviou os dados para o Parlamento e, diz Mendonça Mendes, "daí a nova insistência do PS".

"O Governo não pode estar à margem da lei e as negociações com a Comissão Europeia, no quadro das novas regras orçamentais, não justificam esta falha do Governo para com a Assembleia da República", diz o agora deputado do PS ao PÚBLICO, criticando a alegada auto-suficiência do Governo: "Mais uma vez temos um Governo com apoio ultraminoritário na Assembleia da República, que se acha auto-suficiente, desrespeita o Parlamento e a lei, sem que ache que isso não é um comportamento normal numa democracia madura como a nossa".

No texto que enviou ao presidente da Assembleia da República, o PS argumenta que a falta dos documentos inviabiliza o início das negociações com vista à viabilização do Orçamento do Estado: "A não disponibilização dos elementos solicitados no início de Agosto pelo secretário-geral do PS impedem a avaliação do partido relativamente ao processo negocial que o Governo lançou em Julho."

António Mendonça Mendes reafirma que a informação que o Governo de Luís Montenegro continua a não disponibilizar à Assembleia da República é "uma informação básica para quem queira, como quer o PS, negociar de forma séria".

Além do Quadro Plurianual da Despesa que devia ter sido enviado em conjunto com as Grandes Opções do Plano, o PS quer também ter acesso aos dados da evolução orçamental, com "a perspectiva do Governo de evolução até final de 2024 e a perspectiva de evolução do cenário orçamental para 2025".

No fundo, assinala Mendonça Mendes, é "a diferença entre as receitas e despesas que nos dá a margem orçamental disponível que deve balizar a apresentação de propostas".

"Como pode o PS apresentar propostas que respeitem o equilíbrio orçamental se o Governo não informa o PS da margem orçamental disponível"?, interroga-se o ex-secretário de Estado, que foi também adjunto de António Costa, a que junta ainda outra pergunta: "Como quer [o Governo] fazer uma negociação séria se não disponibiliza estes dados?"

Na última sexta-feira chegaram à Assembleia da República o Quadro de Políticas Invariantes para 2025 e o Quadro de Investimentos Estruturantes para 2023-2025. Mas faltam os outros documentos sem os quais o PS não se dispõe a sentar-se à mesa com o Governo.



RUI GAUDÊNCIO

Governo "não pode estar à margem da lei", diz Mendonça Mendes

Miguel Macedo "regressa" ao PSD. Mas não à vida política

Ana Bacelar Begonha

Antigo ministro do Governo de Passos Coelho considera que já deu o seu "contributo" e que, agora, deve "dar lugar aos novos"

Miguel Macedo, ex-ministro do PSD, aceitou integrar a lista de Paulo Cunha, vice-presidente e eurodeputado do PSD, à liderança da distrital de Braga do partido. Mas rejeita que se trate de um regresso à política. "Isso está fora de causa", garante ao PÚBLICO.

O também ex-deputado e antigo líder parlamentar do PSD afastou-se da vida política em 2014, altura em que se demitiu do cargo de ministro da Administração Interna, depois de ter sido acusado de três crimes de prevaricação e um de tráfico de influência no "caso dos 'vistos *gold*'". Ilibado das acusações em 2019, garantiu então que o afastamento era definitivo. "A política é um capítulo encerrado", disse à revista *Notícias Magazine*, já depois da decisão de absolvição.

Este ano, o antigo dirigente do PSD entrou no painel de comentadores do programa *O Princípio da Incerteza* da CNN e, agora, candidata-se a presidente da mesa da assembleia distrital de Braga do PSD. Mas Macedo garante que este regresso não é uma antecâmara de uma participação mais activa na vida política. "É mesmo para presidir à mesa da assembleia distrital, não mais do que isso. Isso está fora de causa", diz ao PÚBLICO. Miguel Macedo explica que o actual presidente da distrital de Braga do PSD o convidou para integrar a lista porque já tinha sido presidente da mesa da assembleia no primeiro mandato de Paulo Cunha enquanto líder da comissão política distrital de Braga, entre 2010 e 2014.

Caso seja eleito, irá, por isso, regressar àquele órgão, mas não a outros cargos políticos: "Não estou em mais nada nem tenciono estar." "Já dei o meu contributo e não tenho grande disponibilidade neste momento para ocupar outras actividades. É preciso dar lugar aos novos."

A candidatura à comissão política distrital de Braga do PSD foi anunciada na última segunda-feira por Paulo Cunha, com os olhos postos nas eleições locais de 2025. O dirigente social-democrata assume como um "dos objectivos principais" do mandato "ser apoio de âmbito distrital à acção do Governo".

Piloto diz que acidente ocorreu após se desviar de ave. Motor tinha sido revisto

Motor do helicóptero que caiu ao Douro na semana passada, vitimando cinco militares da GNR, tinha feito a revisão geral há pouco tempo e uma manutenção mais frequente poucas horas antes do voo

Mariana Oliveira

O piloto do helicóptero de combate a incêndios que se despenhou no rio Douro na passada sexta-feira diz que o acidente que vitimou mortalmente cinco militares da GNR ocorreu após ter sido obrigado a desviar-se de uma ave de médio porte que se encontrava na trajectória da aeronave. Isso mesmo é referido no relatório preliminar do Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e Acidentes Ferroviários (GPIAAF), divulgado ontem à tarde.

O PÚBLICO apurou que o motor do helicóptero que ficou destruído no acidente – um Ecureuil AS350 B3+ operado pela HTA Helicópteros – tinha feito a revisão geral há pouco tempo e uma manutenção mais frequente poucas horas antes do voo. O aparelho tinha sido alugado pela HTA a uma empresa espanhola com sede em Santander, que possui dezenas de Ecureuil. Segundo a descrição do relatório, o acidente ocorreu às 11h32 em Cambres, Lamego, no voo de regresso à base de Armamar, de onde o helicóptero tinha saído 19 minutos antes. Tudo aconteceu já após a aeronave ter iniciado a descida com vista à aterragem.

"No decurso dessa descida, segundo as declarações do piloto, este terá observado uma ave de médio porte à mesma altitude e na trajectória do helicóptero, que o obrigou a executar um desvio à direita, retomando a rota logo de seguida", lê-se na nota informativa.

A aeronave, contudo, colidiu com a superfície da água com uma velocidade em torno dos 185 km/hora "por motivos a determinar". Os técnicos do GPIAAF referem que "dos dados recolhidos até ao momento não foi possível determinar de forma independente o ponto de execução dessa manobra", que terá estado na origem do acidente. "As evidências sugerem que o motor da aeronave estava a produzir potência no momento da colisão", afirmam os especialistas.

Uma fonte aeronáutica que opera Ecureuil há mais de duas décadas admite a hipótese de o desvio brusco da aeronave ter bloqueado o respectivo sistema hidráulico (uma espécie de direcção assistida) fundamental para determinar a sua direcção, uma limitação deste tipo de helicópteros. "Isso obrigaria o piloto a fazer muita força para conseguir dirigir a aeronave e tornaria muito difícil a manobra do helicóptero. À velocidade que ia, diria que era impossível manobrá-lo", explicou essa fonte.

Sobre o embate, o relatório dá conta de que o piloto e o ocupante que seguia na outra cadeira do *cockpit* foram projectados para fora da aeronave. "Da violenta colisão com a água, o helicóptero sofreu uma deformação da cabine incompatível com a sobrevivência dos seus ocupantes. A integridade estrutural ficou comprometida, libertando parte dos elementos de revestimento em material compósito", lê-se no documento, que classifica o piloto como um ferido grave.

Este profissional, na casa dos 40 anos, é considerado experiente em missões de combate a incêndio, tendo já trabalhado tanto para a HeliPortugal, que vendeu os Ecureuil ao Estado português, como para a HTA. A nota dá conta de que os componentes de baixa densidade ficaram à superfície da água, enquanto os restantes destroços assentaram no leito do rio entre quatro e seis metros de profundidade, numa área de aproximadamente 3600 metros quadrados. "À data da publicação da nota informativa, estão ainda por recolher do rio componentes do painel de instrumentos da aeronave, por dificuldades na sua localização", refere o GPIAAF.

Sobre o aparelho, o gabinete de investigação de acidentes constata que "estava autorizado a voar de acordo com os regulamentos em vigor", concluindo ainda que "o piloto estava devidamente autorizado e certificado para realizar o voo". Também o tempo não parece ter sido um problema. "A meteorologia para a área estava propícia à realização do voo descrito, apresentando céu com algumas nuvens, o vento de norte com fraca intensidade e uma temperatura em torno dos 26ºC", descreve-se.

Os cinco elementos da brigada helitransportada da Unidade de Emergência de Protecção e Socorro (UEPS) da GNR tinham sido accionados às 11h13 para combater um incêndio na zona de Baião, no distrito do Porto. "Ao sobrevoarem a localidade de Fojo, Baião, após avaliação do cenário pelo chefe de equipa da UEPS a bordo, às 11h30 foi decidido o regresso da aeronave à sua base por não se justificar o emprego dos meios num incêndio com o perímetro já circunscrito", relata-se no documento.

Especificando os pontos sobre os quais se irá debruçar na investigação, o GPIAAF enumera: "planeamento e procedimentos operacionais do voo do evento e respectiva missão de combate a incêndios rurais"; "análise dos componentes críticos da aeronave"; "projecto, limitações e funcionamento da aeronave e dos seus sistemas"; "treino, preparação e experiência do piloto para realizar a missão, bem como os factores humanos envolvidos", "dinâmica do voo para avaliar as condições da colisão" e "aspectos de sobrevivência". Não há uma data prevista para a conclusão da investigação, mas o gabinete informa que, segundo a lei, "se não for possível publicar o relatório final no prazo de 12 meses após o evento, será apresentado um relatório intercalar pelo menos em cada data de aniversário, descrevendo os progressos da investigação e os problemas de segurança eventualmente encontrados".

ESTELA SILVA/LUSA



Aeronave colidiu com a água a uma velocidade em torno dos 185 km/h, deformando a cabine

Governo promete celeridade no pagamento das indemnizações às famílias dos militares

A ministra da Administração Interna, Margarida Blasco, assinou, na noite de segunda-feira, o despacho que desencadeia a tramitação legal que conduz ao pagamento das indemnizações devidas aos familiares dos cinco militares da GNR que perderam a vida na queda do helicóptero de combate a incêndios em Lamego, na sexta-feira passada.

Em comunicado, o Governo revela que a ministra da Administração Interna iniciou "o procedimento que pretende seja o mais célere possível, sendo que, no cumprimento da legalidade, tudo se fará para que assim o seja".

"O Governo não esquece, nem poderia esquecer, quem deu a sua vida pelos outros, ao serviço da comunidade. Sendo certo que nada poderá compensar a perda de uma vida humana, há, porém, a determinação e garantia de prestar toda a ajuda e apoio às famílias das vítimas, que foram devastadas por tamanha tragédia", escreve, garantindo que "é, agora, tempo de não esquecer as famílias que ficam e que precisam de toda a solidariedade e apoio que possa contribuir para que consigam, com a dignidade devida, prosseguir com a suas vidas mantendo sempre viva a memória de quem partiu".

Suspeito do furto de computadores filmado a sair com sacos e mochila

Maria Lopes e Sónia Trigueirão

Imagens foram recolhidas pelos homens que estão nas obras no prédio ao lado da Secretaria-Geral do MAI na Baixa de Lisboa

Imagens do suspeito do crime de furto qualificado às instalações da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (MAI) em Lisboa, com dois sacos de supermercado e uma mochila às costas a sair do local do crime e depois a passar por várias ruas contribuíram para sua rápida identificação e posterior detenção pela PSP.

O suspeito de 39 anos, natural do Fundão, terá sido filmado pelo segurança das obras do prédio contíguo ao da Secretaria-Geral e que suspeitou do seu comportamento quando o viu sair carregado e depois foi apanhado pelas diversas câmaras de videovigilância de hotéis e outros estabelecimentos de escritórios e comércio nas redondezas que captaram os seus movimentos na madrugada de quarta-feira, 28 de Agosto, quando o crime foi cometido. Além disso, também deixou pegadas quando entrou descalço no edifício depois de trepar pelos andaimes das obras.

O homem tem já um extenso cadastro em França, onde esteve emigrado pelo menos cerca de uma década, e cometeu vários crimes de furto pelo menos entre 2014 e 2022. Em Lisboa, é conhecido por deambular por várias zonas da Baixa, na área do Largo de São Domingos e Mouraria, e por ter hábitos de toxicodependência. Vício que alimenta através de furtos, como o que fez no MAI, o que afasta, para já, a teoria de que pudesse ser um crime por encomenda para obter alguma informação do ministério. Aliás, informação privilegiada não é guardada nos discos, circula na rede e é encriptada.

O valor unitário estimado para cada um dos oito computadores furtados seria de 600 euros, o que daria um prejuízo de cerca de 4800 euros. Porém, ao que o PÚBLICO apurou, este era o valor de quando os computadores foram adquiridos, não o valor actual. Apenas dois dos computadores eram recentes (o do chefe de informática e o da secretária-geral adjunta Teresa Costa), um deles com quatro anos, os restantes tinham décadas e alguns já nem estavam operacionais.

O suspeito, que regressou a Portugal em Janeiro deste ano, está referenciado pela prática de outros crimes de furto cujos processos decorrem no Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa. Tendo em conta este historial, a PSP espera que o juiz — que o começou a ouvir ontem, mas só irá terminar o interrogatório na manhã desta quarta-feira — se decida pela medida de coacção mais gravosa, a prisão preventiva.

No entanto, a investigação continua e a PSP já está no encalce do homem, um cidadão senegalês, que terá ficado com os computadores do MAI. Sabe-se que pertence a um grupo organizado sem residência fixa e que costuma operar na área da Baixa lisboeta.

Apesar da rápida actuação da PSP na identificação e detenção do suspeito, o episódio já levou o PS e a Iniciativa Liberal a requerem a presença da ministra no Parlamento. No dia 30 de Agosto, "perante a situação e a falta de explicações", o PS anunciou que irá requerer a presença de Margarida Blasco para explicar "a situação misteriosa deste desaparecimento de computadores, cuja informação que continham é desconhecida, podendo ter informação sensível no âmbito daquilo que são as missões da administração interna do nosso país", acusando mesmo o Governo de ter "desvalorizado a situação".

A Iniciativa Liberal, por sua vez, requereu a audição parlamentar urgente e à porta fechada da ministra e do secretário-geral da Secretaria-Geral da Administração Interna, Marcelo Carvalho José, a quem querem questionar sobre o impacto dos possíveis acessos ilegítimos e da fuga de dados, bem como as medidas de mitigação adoptadas.

ANTÓNIO COTRIM/LUSA



PS e Iniciativa Liberal querem ouvir Margarida Blasco na AR

Números de telefone portugueses e nome da Polícia Judiciária usados em nova burla

Sónia Trigueirão

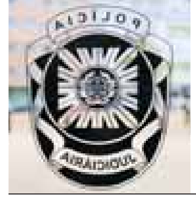
No último fim-de-semana, a PJ recebeu mais de uma centena de queixas relacionadas com chamadas fraudulentas

Está em curso uma campanha "intensa e massiva" de burla em que estão a ser feitas chamadas telefónicas fraudulentas em nome da Polícia Judiciária (PJ), com recurso à inteligência artificial que esconde a origem do telefonema, identificando números de telefone nacionais, para enganar as pessoas e levá-las a transferir dinheiro para contas bancárias. O alerta foi feito ontem por José Ribeiro, coordenador de investigação criminal da Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e Criminalidade Tecnológica (UNC3T), numa conferência de imprensa na sede da PJ, em Lisboa.

O método passa pelo seguinte: as pessoas são contactadas e informadas de que a sua conta bancária está em risco ou foi indevidamente acedida. Depois têm de escolher uma de várias opções, o que inclui falar com um falso inspector da PJ que lhes irá fornecer os dados para transferirem os fundos das suas contas para outras contas supostamente seguras.

Segundo José Ribeiro, só no último fim-de-semana a PJ recebeu mais de uma centena de queixas relacionadas com estas chamadas fraudulentas em seu nome. "Neste momento, a nossa preocupação reside numa campanha actual em que foram difundidas de forma massiva milhares de chamadas telefónicas e que tem resultado neste número incomum de queixas", afirmou José Ribeiro, sublinhado que a PJ está a trabalhar em conjunto com as operadoras de telecomunicações para identificar estas técnicas de *spoofing*. O *spoofing* consiste em telefonar de um número e fazer aparecer outro no visor do destinatário. Pode ser o número de um banco.

Porém, o que aconteceu neste fim-de-semana foi que os criminosos camuflaram a origem dos seus telefonemas com números de telefone de pessoas individuais. Quem recebeu as chamadas e, por algum motivo, para confrontar ou para confirmar a origem, decidiu devolver a mesma, acabava por surpreender o verdadeiro proprietário do número que afinal não tinha efectuado qualquer telefonema. Assim, chegaram à PJ queixas de quem foi alvo da tentativa de burla e de quem veio a saber que o seu número de telefone foi usado para o fazer. "Queremos alertar a população que, pelo facto de aparecer um número nacional, não quer dizer que seja rastreável", sublinhou, acrescentando que "o detentor do número a partir do qual é feito o contacto fraudulento não tem qualquer registo no telemóvel".



Criminosos camuflaram a origem dos seus telefonemas recorrendo a números de telefone pessoais

Helicóptero de substituição do INEM está a ser arranjado

Empresa revela que helicóptero de reserva previsto no contrato está em manutenção, pelo que ainda não foi substituído

O INEM revelou ontem que o contrato com a empresa Avincis para o serviço de helicópteros de assistência prevê a substituição do equipamento em 24 horas, na sequência do acidente de segunda-feira no concelho de Mondim de Basto. Contudo, fonte oficial da empresa revelou à Lusa que o helicóptero de reserva previsto no contrato está a ser alvo de uma manutenção programada e, por isso, não houve substituição em 24 horas.

"O contrato de locação de meios aéreos e aquisição de serviços de operação, gestão da aeronavegabilidade permanente e manutenção das aeronaves, estabelecido com o operador Avincis, prevê que a aeronave seja substituída num prazo de 24 horas. Até ao momento, esta substituição ainda não ocorreu", referiu o INEM em comunicado, acrescentando estar em contacto com o operador para repor o serviço de emergência "com a maior brevidade".

Fonte oficial da operadora disse à Lusa que "a aeronave de reserva do mesmo modelo, AW139, encontra-se em manutenção programada. Estamos a procurar concluir esses trabalhos tão rápido quanto seja possível, tendo em conta que a segurança é a nossa principal prioridade. Permanece, contudo, em operação um outro helicóptero AW139, além de dois AW109".

"Estamos a trabalhar com o INEM num plano para podermos retomar o serviço em Macedo de Cavaleiros o mais rapidamente possível", assegurou a mesma fonte, acrescentando que os helicópteros da Avincis ao serviço do INEM foram activados 474 vezes no primeiro semestre de 2024 e 1146 vezes no ano passado para socorro a emergências. A Lusa questionou também a Avincis sobre o pedido do INEM para assegurar o reforço das equipas de pilotos na base de Viseu, de forma a permitir operar o helicóptero de emergência ali sediado durante 24 horas, e não apenas no turno diurno de 12 horas, mas não foi possível obter esses esclarecimentos. O acidente ocorreu na segunda-feira, quando a aeronave se preparava para aterrar em Mondim de Basto, para socorrer um ferido num acidente de trabalho numa pedreira. **PÚBLICO/Lusa**

MANUEL ROBERTO



No ano passado, o número de colocados na 1.ª fase que não se matricularam rondou os 6 mil

Mais de quatro mil alunos optaram por não se matricular no superior

Clara Viana

Vagas para a 2.ª fase do concurso de acesso sobem de 4966 para 9656. Há cinco vagas em Medicina e duas em Aeroespacial

Cerca de 4700 estudantes dos 49.963 que, em Agosto, ficaram colocados no ensino superior acabaram por não se inscrever. Segundo os dados enviados pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), com base no novo edital de vagas para a 2.ª fase do concurso nacional de acesso, divulgado ontem, são 4695 os estudantes que não se matricularam, libertando assim um mesmo número de vagas que sobem, agora, para 9656.

No final da 1.ª fase do concurso de acesso, cujos resultados foram conhecidos a 25 de Agosto, tinham sobrado 4966 lugares, "o menor número de vagas sobrantes desde 1999", segundo informou então o Ministério da Educação, Ciência e Inovação. No ano passado, o número de colocados na 1.ª fase que não se matricularam rondou os 6 mil. As candidaturas à 2.ª fase terminam hoje. Os estudantes que pretendam mudar a sua escolha em função das novas vagas poderão fazê-lo também até hoje.

Entre os cursos mais disputados, Medicina voltou a contar com cinco vagas e Engenharia Aeroespacial com duas. As novas vagas em Medicina, que esgotou todos os lugares na 1.ª fase, foram abertas pelas universidades de Aveiro (2), Beira Interior (1), Nova de Lisboa (1) e Açores (1). Os dois lugares que voltam a concurso em Engenharia Aeroespacial são também da Universidade de Aveiro.

Esta instituição abriu, este ano, um novo curso de Medicina para o qual disponibilizou 40 vagas e que foi decisivo para que o número de colocados tenha sido "o mais alto de sempre". Entraram 1661 novos estudantes em cursos de Medicina, mais 66 do que em 2023. O curso com mais candidatos colocados na 1.ª fase voltou a ser o de Direito da Universidade de Lisboa. Entraram 445 novos estudantes, tantos quanto as vagas existentes. Como 62 não se matricularam, estes lugares estão de novo disponíveis.

Iscte "perde" 32 colocados

No conjunto, houve 130 estudantes colocados em cursos de Direito que não concretizaram a sua escolha. Para além dos 62 da UL, contam-se 35 na Universidade de Coimbra, 12 na Universidade Nova de Lisboa, 11 na Universidade do Minho e dez na Universidade do Porto.

Também no novo pólo de Sintra do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, houve 32 estudantes dos 331 colocados que não se matricularam. Tecnologias Digitais e Gestão e Tecnologia Digitais e Saúde foram os cursos com mais desistências, sete em cada.

Todos os dez cursos do pólo de Sintra estão centrados nas áreas digitais e parte é resultado de uma candidatura a financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Quando foram conhecidos os resultados da 1.ª fase, o Iscte – Instituto Universitário de Lisboa destacou, em comunicado, ter sido a única universidade que esgotou as vagas na primeira fase do concurso de acesso ao ensino superior. A par do Iscte, só três instituições de ensino superior esgotaram todas as vagas: as escolas superiores de Enfermagem de Coimbra, Lisboa e Porto, tal como já tinha acontecido no ano passado.

Os cursos de Enfermagem das escolas de Lisboa e do Porto figuram entre os dez em que entraram mais estudantes, respectivamente 278 e 257. Acabaram por não se matricular 41 dos colocados em Lisboa e 30 dos que entraram no Porto.

As licenciaturas em Educação Básica, que fazem parte da formação inicial de futuros professores, ocuparam um lugar de destaque na 1.ª fase por se ter registado um aumento de 8% face a 2023 no número de colocados. Entraram 997 estudantes, mas cerca de 80 afinal não se matricularam, com particular destaque para o Instituto Politécnico de Bragança, que soma 18 desistentes.

Das quase 5 mil vagas que ficaram por preencher na 1.ª fase, perto de mil são no Instituto Politécnico de Bragança, que, nos últimos anos, tem conseguido ocupá-las num momento posterior com candidatos internacionais, em especial dos países lusófonos. Os resultados da 2.ª fase serão conhecidos no dia 15, decorrendo as matrículas entre os 16 e 18 de Setembro.

Há mais cerca de 2000 professores nas escolas mas ainda 17 mil por colocar

Clara Viana

Cerca de 700 dos 1600 professores do quadro que ficaram com horário-zero no concurso de mobilidade já deixaram essa posição

Dos 19 mil professores que estavam por colocar, apenas cerca de 2000 ficaram com escola atribuída na primeira reserva de recrutamento de 2024/2025, cujos resultados foram conhecidos na noite de segunda-feira. As reservas de recrutamento são concursos nacionais de colocação de professores que estão abertos todo o ano lectivo para tentar responder às necessidades que vão surgindo nas escolas.

As necessidades apresentadas para a reserva de segunda-feira resultam, sobretudo, do fracasso dos principais concursos que antecedem o arranque do ano lectivo, cujos resultados conhecidos em Agosto foram assim resumidos pelo Governo: "3000 horários por preencher, 19 mil professores sem colocação e 1600 docentes com horário-zero [sem horas de aulas atribuídas], quase todos da zona Norte do país".

Os cerca de 2000 docentes que obtiveram agora colocação são professores a contrato que não conseguiram lugar nas escolas no concurso de contratação inicial. Faziam parte dos "19 mil sem colocação".

Segundo a análise feita no blog de Arlindo Ferreira, especialista em estatísticas da educação, todos os horários ocupados por estes docentes "são anuais e mais de 60% são completos [22 horas de aulas por semana]". Ou seja, são aqueles horários que, a não serem preenchidos, deixam os alunos sem professor durante todo o ano lectivo. O grupo com mais docentes colocados foi o do 1.º ciclo.

Quanto aos 1600 professores do quadro que, no concurso de mobilidade interna, ficaram sem horas de aulas atribuídas, cerca de 700 deixaram a posição de horário-zero na segunda-feira. Juntam-se-lhe outros 14 que foram retirados das listas da reserva de recrutamento porque, entretanto, conseguiram horas de aulas nas suas escolas.

Os professores do quadro entram naquela categoria quando têm menos de seis horas de componente lectiva (tempo de aulas). Nesta situação são obrigados a concorrer até que encontrem mais horas de aulas, seja na escola onde estão ou noutra para a qual se terão de mudar.

A maior parte destes "horários-zero" volta a estar concentrada na Região Norte e contrasta "com um elevado número de horários por preencher nas regiões de Lisboa, Alentejo e Algarve".

Este desequilíbrio destacado pelo Governo em Agosto manteve-se com os resultados da reserva de recrutamento de segunda-feira. A próxima será dia 9, a escassos dias do início do ano lectivo, marcado para 12.

Foi na sequência dos resultados dos concursos de Agosto que o Governo apresentou mais duas medidas de urgência (subsídio de deslocação e vinculação extraordinária) para tentar atrair mais docentes para escolas e regiões mais afectadas pela falta de docentes. Estas medidas continuam em negociação com os sindicatos de professores, que duvidam da sua eficácia, estando marcada reunião para dia 9.

Segundo contas apresentadas na segunda-feira pela Federação Nacional de Professores (Fenprof), faltam ainda mais de 800 professores nas escolas o que equivale a 122 mil alunos sem docentes a pelo menos uma disciplina.

RUI GAUDÊNCIO



O grupo com mais docentes colocados foi o do 1.º ciclo



Microsoft 365 Familiar

na adesão à **Fibra do MEO**

~~€99~~

6TB em cloud



Uma rentrée em tamanho familiar



humaniza-te

lojas meo | 800 200 400 | meo.pt

Campanha válida de 20/08/24 a 24/09/24 para novos clientes TV M3e e M4e elegíveis. Licença do Microsoft 365 Familiar durante 12 meses. Implica Fatura Eletrónica, Débito Direto e fidelização de 24 meses. Limitado ao stock existente. Saiba mais em meo.pt

Estão a derrubar o mítico bar que um pescador-poeta abriu há 50 anos

Em 2015 resistiu, após mobilização da população. Agora, o Bar do Fôjo, fundado em 1974, em Fão, Esposende, está quase a ser demolido, após ordem da APA que chegou já depois de os trabalhos começarem

André Borges Vieira Texto
Paulo Pimenta Fotografia



Sem poder fazer nada, a não ser olhar, Sérgio Cardoso, baptizado com o nome do pai, que ficou mais conhecido pelas suas alcunhas, conta as árvores que uma máquina escavadora já deitou abaixo para abrir caminho até chegar ao objectivo final. Essas árvores tinham sido plantadas pelo seu pai, algumas há mais de 40 anos. E cresceram para fazer sombra ao bar que ali nasceu há 50 anos por vontade e obra do esforço de um homem que, ao longo de 70 anos de vida, se desdobrou em múltiplas facetas. Esse homem era Sérgio do Fôjo, que também respondia por Pirata, Lambreta, Setembro, Mestre, Pescador ou Capitão. E o bar é o Fôjo, construído com as suas próprias mãos para abrir portas em 1974, na margem esquerda do rio Cávado, em Fão, Esposende.

O obreiro deste espaço, que se tornou casa de culto de portugueses e estrangeiros, onde todos cabiam, morreu em Março de 2019. E o Fôjo guarda nos seus cantos a obra completa de um poeta, músico, filósofo e pintor popular. É para lá que a máquina escavadora abre caminho, a mando da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, que quer demolir o edifício – os trabalhos começaram na segunda-feira de manhã. A família está contra a decisão e vai avançar com uma queixa-crime porque a demolição avançou sem ter sido apreciada a defesa apresentada pelos herdeiros.

O filho de Sérgio do Fôjo não se conforma com o avanço dos trabalhos de demolição, nem encontra motivos para que o edifício vá abaixo ao fim de tantos anos de actividade e porque era um ícone da região e "não só". Do interior já foram retiradas as mós de pedra que serviam de balcão e de mesas, que, pouco depois das 10h de ontem, estão empilhadas na caixa de um camião estacionado nas imediações.

A essa hora, já mais de "cinco árvores" tinham sido derrubadas. "Umas ajudei a plantar", diz o homem, que tem quase tantos anos de vida quantos os que soma o bar que o pai construiu. No topo da estrutura central, a primeira a ser construída, usada anteriormente pelo pai como abrigo de pesca, também já não está lá o casco de um barco antigo, imagem de marca do espaço. Já foi removido e está pousado no chão, poucos metros mais ao lado. Enquanto se continua a derrubar árvores, Sérgio teme que alguma caia em cima do bar e o destrua antes de alguém conseguir travar o avanço dos trabalhos. Ainda tem esperança de que o processo seja travado.



Agência Portuguesa do Ambiente deu ordem de demolição do mítico bar e a câmara quererá ali fazer um passadiço

> **O Fôjo guarda nos seus cantos a obra completa de um poeta, músico, filósofo e pintor popular**

Também a assistir ao avanço das máquinas está a sua irmã, Betânia Cardoso. E, ao PÚBLICO, conta que a equipa de demolição contratada pela Câmara de Esposende já lá tinha estado no dia anterior sem que qualquer notificação tivesse chegado da APA, que tutela aquela zona ribeirinha. "Soube de manhã cedo que aqui estavam porque outras pessoas me avisaram", diz. Foi para o Fôjo "a correr" para ver se conseguia parar a demolição. Contactou o advogado que a representa, chamou a GNR e os trabalhos pararam. Só que ontem de manhã foram retomados.

Não é a primeira vez que o Fôjo está para ir abaixo. Em 2015, o edifício esteve em vias de ser demolido. Só que a população local, que "se juntou em peso" para protestar, conseguiu adiar o processo, que acabou por "ficar na gaveta" – um grupo de arquitectos também assinou uma petição para travar o fim do bar. O Fôjo continuou de portas abertas.

Tudo mudou, conta, após a morte do pai. Depois de Março de 2019, o bar fechou temporariamente, e, logo a seguir, chegou a pandemia. Quando as medidas de restrição aliviaram, e se preparava o futuro do espaço, diz Betânia e confirma o seu advogado, chegou a ser prometido pelo presidente da câmara, Benjamim Pereira (PSD), uma nova vida para o Fôjo. "Fui a algumas reuniões e foi-me dito que iam preparar uma maqueta para que fosse feita uma espécie de museu", afirma. A filha de Sérgio do Fôjo diz que estaria disponível para ceder o espólio do pai para esse fim. Só que em Abril deste ano tudo muda outra vez. No *site* da câmara é lançado um edital que dá conta da demolição do bar. "Querem construir um passadiço", diz.

O procurador de Betânia, filha e cabeça-de-casal por óbito de Sérgio Cardoso, conta o que aconteceu a seguir e ajuda a situar a cronologia dos acontecimentos com documentos. Explica Joel Duarte que, "a 29 de Abril de 2024, a Câmara Municipal de Esposende lançou no seu *site* um edital da APA que comunicava que o Bar do Fôjo, em Fão, Esposende, seria demolido". Esse edital, afirma o advogado e o PÚBLICO confirmou, "não tinha data de emissão, nem de afixação" e por isso foi feita uma pronúncia para o anular. A responsável da Administração da Região Hidrográfica do Norte, Inês Andrade, a 12 de Julho de 2024, em resposta, considerou esse edital nulo.

Poucos dias depois, há novo anúncio, afixado a 18 de Julho de 2024. Seguiu-se nova pronúncia feita pelos herdeiros, a 16 de Agosto de 2024. Durante umas semanas, segundo Joel Duarte, não houve qualquer comunicação da APA. Só na segunda-feira é que chegou resposta desta, dizendo que vai ser dada "continuidade ao procedimento de demolição" porque "o terreno onde se implanta o edifício que se pretende demolir não se encontra reconhecido como privado", mas sim "no domínio público do Estado".

Demolição antes da APA

Joel Duarte, que assegura que o bar estava licenciado para poder funcionar, diz que "a decisão não faz qualquer apreciação da defesa apresentada pela cabeça-de-casal". E acrescenta: "A resposta da APA chegou ontem [segunda-feira] às 13h41. Mas de manhã já tinham iniciado os trabalhos de demolição." O advogado dos herdeiros sublinha que a demolição avançou quando ainda existe um processo administrativo em curso. E avisa: "Iremos recorrer aos tribunais para a reposição da legalidade." Os herdeiros avançarão com "uma queixa-crime".

A filha de Sérgio do Fôjo, Betânia Cardoso, considera que a autarquia e a APA actuaram de forma que não houvesse tempo para parar o processo. Alguns munícipes juntaram-se ontem no local, como Lisandra Miquelina, de 30 anos, cliente do espaço, assim como já era "o bisavô e o avô", ou José Ferreira, de 72 anos, que lamenta a destruição de um espaço que "é património de Fão". Ao contrário do que aconteceu em 2015, "quando veio muita gente", desta vez "não deram tempo para que isso acontecesse", diz Betânia.

Às 17h os trabalhos pararam para continuar no dia seguinte. O Fôjo ainda estava de pé. Dentro do edifício ainda estarão escritas nas paredes frases de Sérgio do Fôjo, como esta que Betânia recordava: "O Fôjo é uma embarcação. O mestre é o último a abandonar o barco."

O PÚBLICO contactou a APA e a câmara, mas não teve resposta.

Se Governo não puser mão na VCI, Porto vai condicionar pesados na Avenida AEP

Camilo Soldado

Miguel Pinto Luz reuniu-se com autarcas da AMP e prometeu resposta "definitiva" para via até ao final do ano

Já houve estudos, potenciais soluções, mas o trânsito na Via de Cintura Interna continua um caos diário no Porto e em Gaia. Agora, o ministro das Infra-Estruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, diz que esta é uma "prioridade total", que vai olhar para os estudos e, "até ao final deste ano, apresentar uma solução definitiva para a VCI".

O ministro reuniu-se ontem com os autarcas da Área Metropolitana do Porto (AMP) para debater várias questões sobre mobilidade e habitação. O problema da VCI, frequentemente entupida, foi um dos pontos abordados, mas o encontro terminaria sem soluções. No caso da cintura que liga Porto e Gaia, só serão anunciadas no final do ano.

Se não houver uma intervenção do Governo que, através da Infra-Estruturas de Portugal (IP), tem a tutela das várias auto-estradas que compõem a VCI, o Porto pode avançar com a sua própria medida. Aos jornalistas, o autarca da cidade disse que, caso a IP não avance, o município pode intervir na Avenida AEP, condicionando a circulação de veículos pesados.

A medida, explica Rui Moreira, passaria por impedir a circulação de veículos pesados a determinadas horas do dia, o que teria particular impacto no troço entre a Ponte da Arrábida e o Nó de Francos, "onde a carga é maior".

Mas o autarca prefere aguardar pela IP, até porque seria preciso fazer um trabalho coordenado com a empresa estatal para sinalizar previamente o condicionamento na Avenida AEP. "Não gostaríamos de tomar medidas que não fossem articuladas com a IP. Se for o caso, teremos de o fazer", disse. Sobre o horizonte apontado por Pinto Luz para apresentar uma solução para a VCI, Rui Moreira disse estar optimista e que "mais vale tarde do que nunca".


Uma das medidas defendidas para a VCI é impedir a circulação de veículos pesados a determinadas horas do dia

De resto, continuam em cima na mesa medidas já preconizadas num estudo levado a cabo pelas autarquias da AMP e apresentado em 2021, como alterar as portagens para pesados na A41, para que estes veículos optem por esta via, evitando assim que atravessem a cidade. Muitos têm como destino o Porto de Leixões e poderiam utilizar a via também conhecida como Circular Regional Externa do Porto (CREP), mas acabam por contribuir para o congestionamento na VCI, que não tem portagens.

De acordo com Rui Moreira, as empresas de transportes de mercadorias estariam dispostas a utilizar a CREP, mesmo fazendo mais quilómetros, mas com ganhos de tempo, desde que não tivessem de pagar portagens. Esta alteração, há muito debatida, teria também de envolver a concessionária da A41.

Está também em causa a alteração de portagens na A4, à qual os condutores tentam escapar, fazendo um desvio maior, mas mais barato, pela VCI, no Porto, para chegar ao concelho da Maia.

Como limitar TVDE?

Também em discussão, na reunião do Conselho Metropolitano em que o ministro participou e que decorreu à porta fechada, esteve a regulação e enquadramento dos TVDE. Sobre o assunto, Pinto Luz pouco disse.

O Governo já tinha anunciado que iria "revisitar" a legislação relacionada com o sector e Pinto Luz não revelou mais passos. No entanto, considera que "não é possível [haver] os contingentes de TVDE que hoje existem a certas horas nas cidades". É nisso que o Governo está a trabalhar, para que haja limites nesses contingentes. O problema tinha também já sido identificado pelo Porto, que, tal como as restantes cidades, não tem poderes para reduzir o número destes veículos no seu território. Rui Moreira sugeriu que se crie um limite nas próprias plataformas para que, a partir de determinado número de veículos em trânsito, não possa haver mais a aceitar viagens. Esse número seria determinado pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes para cada território.

Ataques aéreos mais intensos e sofisticados expõem fragilidade defensiva da Ucrânia

Volodymyr Zelensky insiste na entrega de mais sistemas de defesa antiaérea depois de ataque russo com mísseis balísticos que causou mais de meia centena de mortes em Poltava

Paulo Narigão Reis

O ataque aéreo russo ontem desferido sobre a cidade ucraniana de Poltava, que provocou mais de meia centena de mortes e pelo menos 235 feridos, evidenciou uma vez mais que uma das maiores vulnerabilidades da Ucrânia é, neste momento, a falta de sistemas de defesa antiaérea capazes de deter o número crescente e mais sofisticado de ataques com mísseis e *drones* lançados pela Rússia.

Logo após o ataque, que atingiu uma instituição de ensino militar e um hospital na cidade situada no centro do país, o Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, voltou a pedir mais sistemas de defesa antiaérea, mísseis de longo alcance e caças para proteger a Ucrânia dos ataques russos, repetindo a ideia, formulada na véspera durante um encontro com o primeiro-ministro dos Países Baixos, Dick Schoof, de que as entregas ocidentais de armamento são demasiado escassas e lentas.

"Mais uma vez, apelamos a todas as pessoas do mundo que têm o poder de pôr termo a este terror: os sistemas de defesa aérea e os mísseis são necessários na Ucrânia, não num armazém algures", afirmou Zelensky numa mensagem em vídeo emitida logo após o ataque a Poltava, no qual Moscovo terá utilizado mísseis balísticos Iskander-M, com um alcance até 500 quilómetros.

"Os ataques de longo alcance que nos podem proteger do terror russo são necessários agora, não mais tarde. Cada dia de atraso, infelizmente, significa mais vidas perdidas", disse ainda o Presidente ucraniano.

A Rússia intensificou nos últimos meses os seus ataques conjuntos com mísseis e *drones*. Na semana passada, a Ucrânia sofreu o mais forte bombardeamento até à data e, na segunda-feira, mísseis balísticos e de cruzeiro atingiram a capital, Kiev, provocando fortes explosões.

Esta série de ataques exibiu também uma mudança táctica: o poder de fogo russo, maior e mais complexo, inclui agora uma combinação de mísseis de cruzeiro, balísticos e hipersónicos. E, de modo a confundir e a sobrecarregar as defesas antiaéreas ucranianas, Moscovo começa frequentemente por lançar dezenas de *drones* de ataque, a que se seguem vagas de mísseis disparados de diferentes locais. Para complicar ainda mais as defesas ucranianas, a Rússia aumentou a utilização de armamento mais difícil de interceptar, como o míssil balístico Iskander-M e o míssil de cruzeiro Kh-22.

O ataque russo a Poltava, o mais mortífero deste ano, e o repetido apelo do Presidente ucraniano ocorreram num dia em que Kiev até recebeu boas notícias no que diz respeito ao fornecimento de armas. O Parlamento da Roménia aprovou um projecto de lei que permitirá ao país entregar à Ucrânia um sistema de defesa antiaérea Patriot e, segundo a agência Reuters, a Alemanha planeia doar um total de 12 sistemas de defesa antiaérea IRIS-T SLM, sendo que quatro foram já entregues.

Longo alcance

Já o pedido em que Zelensky tem insistido mais nos últimos meses, o fornecimento de mísseis de longo alcance que permitam à Ucrânia desferir ataques no interior do território russo, estará também mais perto de se tornar realidade. Segundo a Reuters, os Estados Unidos estão prestes a aprovar a entrega a Kiev dos tão desejados mísseis de cruzeiro, embora com um senão: a Ucrânia terá de esperar vários meses enquanto os EUA resolvem uma série de questões técnicas.

Os ataques dos últimos meses exibiram também uma mudança táctica por parte da Rússia: o poder de fogo, maior e mais complexo, inclui agora uma combinação de mísseis de cruzeiro, balísticos e hipersónicos

Segundo três fontes da Administração Biden ouvidas pela Reuters, a inclusão dos mísseis JASSM (sigla em inglês para Joint Air-to-Surface Standoff Missiles) num pacote de armas deverá ser anunciada este Outono, embora não tenha sido tomada uma decisão final.

O envio deste tipo de mísseis para a Ucrânia poderá alterar significativamente o cenário estratégico do conflito, colocando uma maior parcela do território da Rússia ao alcance de munições mais poderosas e precisas.

Analistas militares sugeriram que a introdução dos JASSM, furtivos e com maior autonomia do que a maioria dos mísseis que fazem actualmente parte do inventário ucraniano, poderia forçar a Rússia a recuar em centenas de quilómetros as suas próprias zonas de lançamento e armazenamento, complicando seriamente a capacidade de manter as suas operações ofensivas. Potencialmente, daria à Ucrânia uma importante vantagem estratégica.

O seu lançamento a partir de pontos próximos da fronteira norte da Ucrânia com a Rússia poderia permitir-lhe atingir instalações militares tão distantes como as cidades russas de Voronezh e Bryansk. No Sul, lançá-los perto das linhas da frente possibilitaria ataques a aeródromos ou instalações navais na península ocupada da Crimeia.

Ataque a Poltava

O ataque de ontem a Poltava, que matou pelo menos 51 pessoas e causou mais de duas centenas de feridos, atingiu um edifício do Instituto Militar de Comunicações e um hospital da cidade situada na região central da Ucrânia.

Segundo o Ministério da Defesa da Ucrânia, "um dos edifícios do instituto ficou parcialmente destruído e muitas pessoas ficaram presas debaixo dos escombros".

"Graças ao trabalho coordenado das equipas de salvamento e dos



Depois dos mais recentes ataques aéreos da Rússia, incluindo o de ontem na cidade de Poltava, Volodymyr Zelensky pediu novamente mais armamento e com urgência

VALENTYN OGIRENKO/REUTERS



UKRAINIAN ARMED FORCES/REUTERS



Crimes de guerra

Mongólia ignora mandado do TPI e recebe Putin com todas as honras

António Saraiva Lima

Tal como se esperava, as autoridades políticas e judiciais da Mongólia decidiram ignorar o mandado de captura de Vladimir Putin, emitido no ano passado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), por alegada responsabilidade do Presidente russo em crimes de guerra cometidos pelas Forças Armadas do seu país na Ucrânia, e o Presidente da Rússia foi ontem recebido com todas as honras em Ulan Bator.

Apesar de ter ratificado em 2002 o Estatuto de Roma de 1998, que criou aquele tribunal, com sede em Haia (Países Baixos), o Governo mongol optou por não cumprir as obrigações provenientes da assinatura do tratado e Putin não foi detido à chegada ao país asiático, na segunda-feira.

Em vez disso, o líder russo teve direito a guarda de honra na Praça Genghis Khan, no centro da capital da Mongólia, que foi enfeitada com bandeiras russas e mongóis, antes de se reunir com o seu homólogo, Ukhnaa Khurelsukh. Mais tarde, participou numa cerimónia de homenagem à vitória das tropas soviéticas e mongóis sobre o Exército japonês em 1939, quando o Japão controlava parte do território chinês.

"As relações com a Mongólia estão entre as prioridades da nossa política externa na Ásia", disse Putin a Khurelsukh, à chegada, citado pela Reuters. "[As relações] foram elevadas ao mais alto nível de parceria estratégica abrangente."

Em declarações aos jornalistas na semana passada, quando questionado se Putin receava ser detido na Mongólia, Dmitri Peskov, porta-voz do Kremlin, informou que "todos os aspectos da visita foram discutidos exaustivamente".

Numa mensagem publicada na rede social Telegram, Heorhiy Tykhyi, porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, fala num "duro golpe" ao sistema do direito penal internacional e aponta o dedo às autoridades mongóis: "A Mongólia permitiu que um criminoso acusado escapasse à justiça, partilhando, dessa forma, responsabilidades pelos crimes de guerra."

O mandado de captura emitido em Março de 2023 pelo TPI, em nome de Putin e da comissária russa dos direitos da criança, Maria Lvova-Belova, diz que ambos podem ter "responsabilidade individual" pelos crimes de guerra de "deportação ilegal" e "transferência ilegal" de crianças de zonas ocupadas da Ucrânia para Rússia, na sequência do início da invasão do território ucraniano pelas Forças Armadas russas, em Fevereiro de 2022.

O Kremlin e os seus aliados negam, no entanto, estas acusações, dizendo que têm motivações políticas.

"O Presidente Putin é um fugitivo da justiça. Qualquer visita a um Estado membro do TPI que não termine em detenção irá encorajar a conduta do Presidente Putin e deve ser vista como parte de um esforço estratégico para minar o trabalho do TPI", denunciou Altantuya Batdorj, directora-executiva da Amnistia Internacional na Mongólia.

Gasoduto na agenda

Vizinha e próxima da antiga União Soviética – e, depois da implosão desta, em 1991, da Federação Russa –, a Mongólia tem mantido uma atitude discreta sobre a invasão da Ucrânia, abstendo-se na grande maioria dos votos de condenação da mesma nas Nações Unidas.



Ukhnaagiin Khurelsukh, Presidente da Mongólia, recebeu Vladimir Putin com guarda de honra

A visita de Putin a Ulan Bator e as reuniões com o Presidente Khurelsukh tiveram como principal foco questões relacionadas com a construção do novo gasoduto que vai ligar a Rússia à República Popular da China. O megaprojecto do *Power of Siberia 2* pretende ligar a península russa de Iamal até ao território chinês através da Mongólia e prevê fornecer 50 mil milhões de metros cúbicos de gás natural – é visto como fundamental para a Rússia tentar compensar a quebra de fornecimento de gás natural à Europa, resultante da invasão da Ucrânia.

Altamente dependente de combustíveis fósseis e de outras fontes de energia vindas do exterior, a Mongólia é, naturalmente, parte interessada no sucesso do projecto sino-russo e espera lucrar com a passagem do novo gasoduto pelo seu território.

Zelensky prepara remodelação do Governo

Mais de metade dos ministros de saída

O Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, deverá anunciar hoje mudanças em mais de metade do Governo, segundo o porta-voz do seu partido, Servo do Povo, no Parlamento, David Arajamia.

"Tal como prometido, esta semana podemos esperar uma mudança importante no Governo. Mais de 50% dos membros do Conselho de Ministros vão sofrer alterações", anunciou ontem Arajamia no Telegram, depois de terem começado a circular vários nomes que estão de saída do executivo. Trata-se dos ministros das Indústrias Estratégicas, Alexander Kamishin, da Justiça, Denis Maliuska, do Ambiente e Recursos Naturais, Ruslan Strilets, bem como do director do Fundo de Propriedade do Estado, Vitali Kova, segundo confirmou o presidente do Parlamento, Ruslan Stefanchuk.

Arajamia explicou na sua conta de Telegram que as demissões serão hoje anunciadas e as nomeações dos novos membros do Governo um dia depois.

A confirmar-se, a remodelação governamental ocorre numa fase sensível da guerra com a Rússia. Enquanto as forças ucranianas reivindicam o controlo de parte da província russa de Kursk, as tropas de Moscovo continuam a progredir na frente de Donetsk, no Leste do país.

médicos, foram resgatadas 25 pessoas, 11 das quais foram libertadas dos escombros", escreveu o Ministério na aplicação Telegram, acrescentando que, "graças ao trabalho coordenado dos socorristas e dos médicos, foi possível salvar 25 pessoas, 11 das quais foram retiradas dos escombros".

O Exército ucraniano, via Telegram, confirmou que pessoal militar estava entre as vítimas e confirmou que uma investigação estava a decorrer "para determinar se foi feito o suficiente para proteger as vidas e a saúde dos soldados nas instalações".

Apesar de relatos iniciais de *bloggers* russos de que o ataque teria atingido soldados numa parada militar, o Ministério da Defesa da Ucrânia negou esta possibilidade, afirmando que a instituição estava em aulas no momento em que soaram as sirenes de alarme de ataque aéreo.

O governador Filip Pronin declarou três dias de luto na região pelas mortes que chamou de "uma grande tragédia para a região de Poltava e para o país inteiro". **com André Certã**

Netanyahu: limitação britânica da venda de armas é "vergonhosa"

António Saraiva Lima

Londres justifica suspensão de licenças de exportação de armas para Israel com "risco" de violação de direito humanitário

OHAD ZWIGENBERG/REUTERS



Primeiro-ministro israelita diz que o Governo britânico está a "encorajar o Hamas"

O primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, lançou ontem duras críticas ao Governo do Reino Unido devido à decisão, anunciada na véspera pelo ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, David Lammy, de suspender 30 das 350 licenças de exportação de armamento para Israel, por entender que existe um "risco claro" de que as armas em causa possam ser "utilizadas para cometer ou para facilitar uma violação grave do direito humanitário internacional" na Faixa de Gaza.

Numa série de mensagens publicadas na rede social X (antigo Twitter), Netanyahu fala numa "decisão vergonhosa" e, sublinhando que o Hamas matou seis reféns há poucos dias, diz que o executivo liderado pelo trabalhista Keir Starmer está a legitimar a estratégia do movimento islamista palestiniano, que descreve como uma "organização terrorista genocida".

"O Hamas continua a manter mais de 100 reféns, incluindo cinco cidadãos britânicos. Em vez de ficar ao lado de Israel, uma democracia companheira que se está a defender contra a barbárie, a decisão errada do Reino Unido só vai encorajar o Hamas", lamentou o primeiro-ministro conservador de Israel.

Segundo Netanyahu, as Forças Armadas israelitas estão a levar a cabo "uma guerra justa com meios justos" e a tomar "medidas sem precedentes para manter os civis fora de perigo e para cumprir plenamente o direito internacional".

"Tal como a posição heróica do Reino Unido contra os nazis é hoje vista como tendo sido fundamental para a defesa da nossa civilização comum, também a História julgará a posição de Israel contra o Hamas e o eixo de terror do Irão. Com ou sem armas britânicas, Israel vencerá esta guerra", afiançou.

Aquando do anúncio na segunda-feira, no Parlamento, sobre a suspensão das 30 licenças de armas – que incluem, sobretudo, componentes para aviões e para *drones* militares –, Lammy insistiu que não se trata de um "embargo" ou de uma "proibição geral" de exportação de armamento para Israel e garantiu que a decisão não vai pôr minimamente em causa a segurança de Israel. Até porque, segundo a Reuters, as exportações britânicas são menos de 1% do total de armas que Israel recebe – EUA e Alemanha são os seus principais fornecedores de material militar.

Ontem, o ministro da Defesa britânico, John Healey, falou com a BBC para assegurar que o Governo Reino Unido continua a apoiar firmemente o direito de Israel de se defender do Hamas, para repetir que o país continua a ser um "aliado fiel" de Israel e para esclarecer que a decisão de suspensão da exportação de algumas armas "não terá um impacto material na segurança de Israel". "Este é um Governo que tem um dever para com o Estado de direito", disse, porém.

Críticas da direita...

Entre críticas de várias organizações judaicas britânicas ao Governo, a Board of Deputies of British Jews e o Labour Friends of Israel, entre outros grupos, denunciaram, sobretudo, o *timing* do anúncio; isto depois de terem sido descobertos na sexta-feira seis corpos de reféns do Hamas nos túneis da Faixa de Gaza.

"No dia em que aquelas lindas pessoas estavam a ser enterradas, [depois de terem sido] raptadas [no 7 de Outubro] de um festival de música, como o de Reading ou Glastonbury, o Reino Unido decide enviar um sinal de que quem quer penalizar é Israel", atirou Phil Rosenberg, presidente da Board of Deputies of British Jews.

Quem também condenou a decisão do Governo britânico foram várias actuais e antigas figuras do Partido Conservador, que dizem que o Partido Trabalhista está a querer agradar à sua ala esquerda e pró-Palestina. Andrew Mitchell, "ministro-sombra" conservador dos Negócios Estrangeiros, fala em "algo concebido para satisfazer a bancada do Labour" e Robert Jenrick, candidato à liderança dos *tories*, trata o anúncio de Lammy como um "gesto político vergonhoso para apaziguar a esquerda radical".

E até o antigo primeiro-ministro Boris Johnson recorreu ao X para apontar o dedo ao Labour: "O Hamas ainda mantém muitos reféns judeus inocentes, enquanto Israel tenta evitar a repetição do massacre de 7 de Outubro. Porque é que Lammy e Starmer estão a abandonar Israel? Querem que o Hamas vença?"

Conservadores dizem que Starmer está a ceder à ala esquerda e pró-Gaza dos trabalhistas

... e críticas da esquerda

Ainda antes de o Partido Trabalhista ter vencido de forma clara as eleições legislativas de Julho, alcançando uma ampla maioria de deputados na Câmara dos Comuns, Keir Starmer já era criticado pela ala mais à esquerda do partido por não condenar Israel de forma mais firme pelo elevado número de vítimas civis da guerra na Faixa de Gaza e por ter uma política muito semelhante à do Partido Conservador sobre o tema. Apoiados por centenas de juristas que se manifestaram nesse sentido, muitos dos membros dessa facção defendem a proibição total da exportação de armas para Israel.

Pelo menos cinco deputados independentes, incluindo o ex-líder do Labour, Jeremy Corbyn, derrotaram candidatos trabalhistas nas eleições dedicando grande parte da campanha à oposição à guerra israelita em Gaza, que, segundo as autoridades de Saúde palestinianas, já fez mais de 40.600 mortos.

Afastado do partido em 2020, Corbyn estará inclusivamente em contacto com os deputados independentes Shockat Adam, Ayoub Khan, Adnan Hussein e Iqbal Mohamed para formar um grupo parlamentar pró-Gaza na Câmara dos Comuns.

Porque entre os insatisfeitos com esta última decisão do Governo, também constam os que queriam que Starmer e Lammy tivessem ido mais longe. A deputada Zarah Sultana – suspensa da bancada trabalhista por não ter respeitado a disciplina de voto imposta pelo partido numa moção sobre apoios sociais –, por exemplo, lembra que entre as 320 licenças que se mantêm em vigor estão incluídas as que permitem a venda de componentes para os caças F-35, "conhecidos como os mais letais do mundo".

Migrantes morrem no Canal da Mancha

Leonor Alhinho

Socorristas franceses resgataram 53 pessoas. Dez estarão em estado crítico

Pelo menos 12 migrantes, incluindo três crianças, morreram ontem depois de a embarcação em que seguiam ter naufragado no Canal da Mancha, entre França e o Reino Unido. A notícia foi avançada pelo jornal *La Voix du Nord* e depois confirmada pelas entidades oficiais. Foram resgatadas 53 pessoas.

Um porta-voz da guarda costeira francesa avança que pelo menos dez sobreviventes estavam em estado crítico. A missão de resgate começou pelas 9h40 de Lisboa e ainda prosseguia ao final da tarde, segundo a BBC.

Gérald Darmanin, ministro do Interior francês, avançou que a maioria dos ocupantes do barco de pequenas dimensões seriam mulheres oriundas do Corno de África (região que inclui países como a Somália, a Eritreia e a Etiópia).

O combate à imigração ilegal tem sido uma prioridade para os governos britânico e francês. Mais de 2000 pessoas chegaram ao Reino Unido em pequenas embarcações nos últimos sete dias, de acordo com dados do Governo britânico. Depois deste acidente, o número de mortos, em 2024, na travessia ilegal pelo Canal da Mancha sobe para 40.

No entanto, Darmanin confessou aos jornalistas presentes no local que os fundos que o Reino Unido enviou ao Governo francês para evitar estes cenários "cobrem apenas um terço daquilo que estamos a gastar", e assumiu ser necessário "restabelecer ligações" entre os executivos de Paris e Londres para lidar com a crise migratória.

Segundo a BBC, a marinha britânica não esteve envolvida na missão de busca e salvamento. Yvette Cooper, ministra do Interior britânica, lamentou o acidente e relembrou que a culpa é dos "bandos por trás deste terrível e insensível comércio de vidas humanas que têm vindo a amontoar cada vez mais pessoas em barcos cada vez menos resistentes, mesmo com mau tempo".

"O trabalho para desmantelar estes grupos criminosos e reforçar a segurança das fronteiras é vital e deve continuar", acrescentou, citada pela televisão britânica. **com Reuters**


A BELA E O MONSTRO
MARIA LAMAS
As Mulheres do meu País
COMPRE AQUI
loja.publico.pt
SUGESTÃO DE ENCADERNADORES PARA A COLECÇÃO:
Lisboa
Bernardino António 915 287 505/213 422 103
Luís Valente 213 908767
Porto
Ana & Carvalho 222 009 824
Edições 50 Kg 919 009224
Encadernação Machado Oliveira 222 059 823
In Libris 223 234 518
Invicta Livro 222 004774
PARA AQUISIÇÃO PARCIAL OU TOTAL DOS FASCÍCULOS, CONTACTAR COLECCOES@PUBLICO.PT
A obra emblemática de Maria Lamas sobre as MULHERES PORTUGUESAS. Um retrato extraordinário e revolucionário do nosso país, feito por uma mulher empenhada nos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, agora reeditado como há 75 anos, em 1948, em 15 fascículos mensais, com capa dura, os ferros de estampagem originais e o restauro integral das imagens. Guarde este documento histórico dedicado «a todas as mulheres portuguesas (...) que reflecte o grande sonho de um mundo mais harmonioso e iluminado de fraternal amor», como era o desejo da autora.
+12,90€ EM BANCA COM O PÚBLICO
P
FASCÍCULO 15
PVP vol. 1 – 8,90€; PVP vol. 2 a 15 – 12,90€. Preço total colecção 189,50€. Periodicidade mensal, na 1ª quarta-feira de cada mês, entre 7 de Junho de 2023 e 7 de Agosto de 2024. Stock limitado.
*Colecção de 15 fascículos (oferta de capa + caderno extra no vol. 1 – não podem ser vendidos separadamente).
REPÚBLICA PORTUGUESA
MINISTRA ADJUNTA E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES
REPÚBLICA PORTUGUESA
CULTURA
BNP BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL
CIG
COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO
Graal
PORTUGAL MAIS IGUAL
torresnovas município
CÂMARA MUNICIPAL VIANA DO CASTELO
RTP
ANTENA 1
50 X2 DEMOCRACIA 25 DE ABRIL

ARTUR WIDAK/ANADOLU AGENCY VIA GETTY IMAGES



CE deve dar "orientações" para evitar perda de fundos no PRR

Tribunal de Contas Europeu lembra que regulamento não prevê a recuperação de verbas se metas não forem concluídas até 31 de Agosto de 2026

Pedro Crisóstomo

A dois anos da data-limite para os 27 países da União Europeia (UE) atingirem as metas de execução das reformas e investimentos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), os Estados-membros arriscam-se a perder os fundos europeus por não conseguirem concluir a tempo as medidas planeadas nos seus Planos de Recuperação e Resiliência (PRR). E, para ultrapassar os atrasos, o Tribunal de Contas Europeu (TCE) recomenda que a Comissão Europeia (CE) dê mais "orientações" aos países sobre a aplicação dos fundos, de forma a "atenuar o risco de não-conclusão das medidas" até 31 de Agosto de 2026.

Como os governos nacionais têm até 31 de Agosto de 2026 para concluir os marcos e os objectivos definidos com Bruxelas para cada um dos 27 PRR nacionais, o Tribunal de Contas resolveu fazer uma auditoria à forma como o mecanismo europeu está a ser executado, acabando por concluir que, com o MRR já a meio, os países ainda só cumpriram menos de 30% dos marcos e das metas, apenas tendo recebido menos de um terço das verbas previstas. O relatório foi divulgado ontem.

Conhecido como a "bazuca" europeia, o MRR é o instrumento que concretiza o plano de recuperação económica lançado pela UE em 2021 na sequência da pandemia de covid-19, um mecanismo em que a Comissão, através de empréstimos obtidos nos mercados internacionais, mobiliza fundos para os 27 países da comunidade concretizarem investimentos públicos, projectos de infra-estruturas e reformas.

Ao todo, os Estados-membros podem receber cerca de 724 mil milhões de euros (338.000 milhões de euros em subvenções e até 385.800 milhões de euros em empréstimos), mediante o cumprimento dos objectivos calendarizados. O dinheiro é enviado por partes, à medida que as metas vão sendo cumpridas. Os Estados têm até 31 de Agosto de 2026 para isso, de forma a poderem receber as contribuições financeiras até 31 de

Tribunal de Contas resolveu fazer uma auditoria à forma como o Mecanismo de Recuperação e Resiliência está a ser executado

213

Até ao final de 2023, a Comissão Europeia transferiu 213 mil milhões de euros em fundos para os Estados-membros da União Europeia

Dezembro desse ano.

O relatório do TCE permite ver que, até ao final de 2023, Bruxelas tinha transferido 213 mil milhões de euros "para os cofres nacionais". E, até essa altura, uma parte do dinheiro "não chegou necessariamente aos destinatários finais, nos quais se incluem empresas privadas, empresas públicas de energia e escolas".

Relativamente aos 15 países que comunicaram informação sobre o assunto, "quase metade dos fundos do MRR recebidos ainda não chegou aos destinatários finais".

Embora o ritmo dos pagamentos esteja a aumentar, os países correm o risco de não aplicar os fundos a tempo e um dos problemas identificados é que o regulamento do MRR "não prevê a possibilidade de recuperação de fundos se as medidas não forem concluídas", nota o tribunal.

Avaliação subjectiva

Há outro problema identificado pela Comissão: alguma subjectividade em relação ao cumprimento dessas metas. O TCE sublinha que a decisão de reduzir os pagamentos aos países se determinadas balizas não forem cumpridas "continua, em certa medida, a depender de juízos de valor", o que também influencia a própria execução, levando a que os desembolsos aos Estados-membros não reflictam "necessariamente a quantidade e a importância dos marcos e das metas alcançados."

O TCE nota que a Comissão Europeia só publicou "orientações sobre as regras específicas de execução do MRR" em Fevereiro de 2023, dois anos depois do arranque do plano, o que fez com que só nessa altura os Estados-membros conhecessem "o quadro de avaliação do cumprimento satisfatório dos marcos e das metas e a metodologia para determinação da suspensão de pagamentos". E, mesmo depois disso, a documentação "deixa margem para interpretações" porque os marcos e metas "são muitas vezes definidos de forma vaga."

O tribunal nota, no entanto, que os Estados-membros e a Comissão criaram sistemas de contacto para verificar "os progressos na execução", embora não seja feito um "seguimento sistemático dos atrasos".

Os governos têm de enviar um relatório para a Comissão duas vezes por ano sobre o andamento dos planos de resiliência nacionais. Mas "nem todos forneceram sistematicamente informações exaustivas sobre os motivos dos atrasos", limitando-se, "em muitos casos", a descrever de forma genérica as medidas já tomadas, havendo também casos em que comunicam informações "incorrectas." E se a Comissão dispuser de informações "incompletas e inexactas", fica limitada na sua acção para resolver "atempadamente as causas subjacentes dos atrasos e atenuar os riscos daí resultantes para a absorção", admite o tribunal.

Por outro lado, mesmo mantendo um contacto regular com os Estados-membros, Bruxelas "não lhes solicita sistematicamente que forneçam informações sobre as medidas tomadas para fazer face aos atrasos ou às dificuldades enfrentadas".

É perante esta realidade que o TCE recomenda que, já este ano, a Comissão preste "apoio e orientação adicionais para resolver quaisquer incertezas que subsistam nos domínios assinalados pelos Estados-membros" e que tome medidas para atenuar o risco de não-conclusão das medidas e as respectivas consequências financeiras". E sugere que Bruxelas identifique quais são as medidas que correm um maior risco de não estarem terminadas dentro do prazo, e que as acompanhe de forma sistemática e "chegue a acordo" com os Estados-membros sobre as acções que devem ser tomadas "para ultrapassar os atrasos".

Estas são prioridades que, para o tribunal, Bruxelas deve ter em atenção porque, "na segunda metade do período de execução do MRR, é provável que a quantidade e a natureza dos marcos e das metas a alcançar, bem como a transição das reformas para os investimentos, coloquem dificuldades adicionais à absorção atempada dos fundos."

Para esta auditoria, as equipas do tribunal visitaram quatro países (Espanha, Itália, Eslováquia e Roménia), onde analisaram uma amostra de 42 investimentos. E, aí, encontraram alguns exemplos de projectos que enfrentam dificuldades por várias razões, desde "problemas relacionados com a capacidade administrativa" nacional à subestimação do tempo necessário" para executar as medidas, passando pela "alterações das circunstâncias externas" que afectam a programação dos PRR.

Um desses casos é "o objectivo de renovar 231 mil habitações" em Espanha até ao final de 2023, que acabou por ser adiado, "pois a procura de obras de renovação foi inferior ao previsto devido à inflação e, em especial, ao grande aumento dos preços das matérias-primas."

O TCE refere que, "durante o processo de alteração do seu PRR, Espanha propôs assim adiar por um ano a data da meta intermédia, mas também reduzir de 510 mil para 410 mil o número total de renovações a concluir no âmbito da medida", o que a Comissão aceitou.

Outro caso identificado passa-se em Itália, onde a meta de "comunicar a adjudicação de todos os contratos públicos para a construção de 2500 estações de carregamento rápido para veículos eléctricos até ao segundo trimestre de 2023" também foi adiada. Aí, porque "não houve candidaturas a uma parte da medida", principalmente por "escassez de matérias-primas". Perante isso, Itália propôs dilatar o prazo de conclusão do projecto e Bruxelas aceitou.

Taxa de juro média dos novos empréstimos à habitação perto de 3,5%

Rosa Soares

Opção pelas taxas mistas subiu ligeiramente para 74% dos novos empréstimos, mas abaixo do máximo verificado em Maio

O montante de novos empréstimos à habitação permanece praticamente inalterado nos últimos três meses, ascendendo, em Julho, a 1281 milhões de euros, e a taxa de juro média continua a descer lentamente, mas ainda está acima dos 3,5%. Os dados do Banco de Portugal (BdP), divulgados ontem, revelam que a taxa média diminuiu 0,03 pontos percentuais, para 3,56%.

O total de novos empréstimos a particulares aumentou 114 milhões de euros em Julho, para 2051 milhões, um aumento que foi transversal às três finalidades de crédito (habitação, consumo e outros fins).

A evolução da taxa de juro das novas operações é particularmente influenciada pela opção de taxas mistas (fixa no período inicial do contrato e variável ou associada à Euribor nos restantes). Esta modalidade esteve presente em 74% dos novos contratos, um ligeiro aumento face a Junho, mas abaixo do máximo registado em Maio, quando atingiu 76,1%.

O aumento do peso das novas operações a taxa mista tem-se reflectido na recomposição do *stock* de crédito à habitação, representando 26,8% do total do crédito à habitação em Julho, em comparação com 6,4% em Dezembro de 2022.

Para além dos 1804 milhões de euros em novos empréstimos, os bancos renegociaram contratos à habitação no montante de 523 milhões de euros, mais um milhão de euros do que em Junho.

Significativamente mais elevada é a taxa média dos contratos renegociados que, apesar de ter descido 0,09 pontos percentuais, se fixou em 4,05%.

A taxa média dos novos empréstimos e dos renegociados fixou-se em 3,70%, menos 0,05 pontos percentuais do que em Junho.

Também a taxa de juro média das novas operações de empréstimos à habitação (incluindo as renegociações) no conjunto dos países da área do euro se fixou em 3,70% (uma diminuição de 0,03 pontos percentuais, ligeiramente inferior à verificada em Portugal). "Portugal apresentou a sétima taxa de juro média mais baixa, igualando a média da área do euro", revela o BdP.

O total de novo crédito ao consumo e para outros fins ascendeu a 770 milhões de euros. Nestes últimos empréstimos, a taxa de juro média de novas operações subiu 0,05 pontos percentuais, ao passar de 9,52%, em Junho, para 9,57% em Julho.

Já nos empréstimos para outros fins, a taxa de juro média desceu 0,05 pontos percentuais, para 4,92%.

Ainda no crédito à habitação, os dados do BdP incluem as amortizações antecipadas de crédito, que representaram 0,89% do *stock* de empréstimos em Julho, mais 0,08 pontos percentuais do que no mês anterior. Neste universo, as amortizações antecipadas totais (que incluem os contratos finalizados por amortização da dívida do devedor, as consolidações de crédito em novo contrato e as transferências de crédito para outra instituição) corresponderam a 90% das amortizações antecipadas.

RUI GAUDÊNCIO



Juros dos novos contratos de crédito ao consumo subiram para 9,57%

Novos depósitos em máximos de 21 anos

Rosa Soares

Novos depósitos atingem 12,5 mil milhões em Julho. Banco de Portugal diz que boa parte são reaplicações de depósitos que venceram

A taxa de juro média dos novos depósitos a prazo de particulares diminuiu ligeiramente em Julho, pelo sétimo mês consecutivo, mas o montante de novos depósitos disparou, atingindo o valor mais elevado da série histórica, iniciada em 2003.

De acordo com os dados ontem divulgados pelo Banco de Portugal (BdP), o montante de novas operações de depósitos a prazo de particulares aumentou 2498 milhões de euros, totalizando 12.559 milhões de euros em Julho. Face ao mesmo mês do ano passado, o montante de novos depósitos quase duplicou, uma que vez que tinha ficado em 7611 milhões de euros.

"À semelhança dos meses anteriores, o montante de novas operações está associado, em grande medida, à reaplicação em novos depósitos a prazo de montantes anteriormente aplicados em depósitos deste tipo, e que atingiram a maturidade em Julho sem renovação automática", avança o BdP.

A elevada reaplicação de depósitos é explicada, em parte, pela falta de aplicações com rentabilidade superior e com garantia de capital. Os Certificados de Aforro eram um forte concorrente aos depósitos a prazo, mas o corte na sua remuneração, com o lançamento da nova série F, decidida pelo anterior Governo, retirou-lhes atractividade.

A taxa média dos depósitos diminuiu 0,03 pontos percentuais, passando de 2,66% em Junho para 2,63% em Julho. Esta remuneração volta a distanciar-se do máximo de 3,08%, verificado em Dezembro de 2023.

A taxa de juro média dos novos depósitos do conjunto dos países da área do euro diminuiu 0,03 pontos percentuais, uma variação semelhante à verificada em Portugal, fixando-se em 3%. Contudo, Portugal acabou por descer um lugar entre os países da área do euro, tendo agora a quinta taxa mais baixa.

Nos novos depósitos com prazo até um ano, a taxa de juro média diminuiu 0,03 pontos percentuais, para 2,65%, a mais elevada, o que explica que tenha atraído 97% dos novos depósitos.

CLASSIFICADOS



Cafetaria localizada na Casa da Cal, Quinta do Pisão, Parque Natural Sintra-Cascais

Por deliberação do Conselho de Administração datado de 10 de julho de 2024, a Cascais Ambiente irá lançar um procedimento referente à celebração de contrato de arrendamento de estabelecimento de cafetaria, localizada na Casa da Cal, Quinta do Pisão.

Nos termos das disposições legais em vigor, as entidades concorrentes não poderão estar abrangidas pelos impedimentos previstos no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, pelo que **é obrigatória a apresentação da declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do mesmo diploma, conforme ANEXO I.**

Neste âmbito, no caso do concorrente se tratar de pessoal coletiva, deverá promover igualmente pelo envio, aquando da apresentação da Proposta, de **código de acesso à Certidão Permanente**, nos termos do preceituado no n.º 4 do Artigo 57.º do CCP.

As propostas deverão ser apresentadas **até às 23h59 horas, inclusive, do dia 27 de setembro**, para o e-mail compras@cascaisambiente.pt.

Os resultados serão publicados em nesta página até final do mês de outubro.






MINISTÉRIO DA SAÚDE
UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, E.P.E.

AVISO

Nos termos do Decreto-Lei n.º 41/2024, de 21 de junho e do Despacho n.º 7097-A/2024, retificado pelo Despacho n.º 7459-A/2024, e por deliberação do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de São José, E.P.E., de 11-07-2024, faz-se público que se encontra aberto procedimento concursal comum, destinado ao preenchimento de 3 (três) postos de trabalho na especialidade de Ortopedia, na categoria de assistente da carreira da carreira médica, do mapa de pessoal desta Unidade Local de Saúde, para constituição de relação jurídica de emprego, mediante celebração de contrato de trabalho sem termo, no âmbito do Código do Trabalho, cujo aviso de abertura foi publicitado pelo aviso n.º 19621/2024/2, inserto no *Diário da República*, 2.ª Série, N.º 170 de 03-09-2024, cujo prazo de entrega de candidaturas é de 5 (cinco) dias, contados da dia seguinte ao da publicação no *Diário da República*.

Para mais informações, consultar a página eletrónica da ULSSJosé, EPE, https://www.chlc.min-saude.pt/concursos-de-admissao-de-pessoal/, onde estão disponíveis as informações complementares para formalização do processo de apresentação de candidaturas.

Unidade Local de Saúde de São José, EPE, 03 de setembro de 2024

A Diretora da Área de Gestão de Recursos Humanos,
Maria Adelaide Oliveira Canas



Dá-se conhecimento público de que se encontra aberto o concurso de seleção internacional para 1 (um) lugar de investigador auxiliar, em regime de contrato de trabalho a termo incerto, ao abrigo do DL nº 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei nº 57/2017, de 19 de julho, para o NIMSB (NOVA Institute for Medical Systems Biology):

- 1 vaga de investigador auxiliar (m/f), referência **HRFO/2024 – NIMSB**, ao qual podem candidatar-se os indivíduos que reúnam as condições fixadas no aviso disponível no endereço:

https://www.unl.pt/quero-trabalhar-na-nova/investigadores

O prazo para submissão das candidaturas é até às 23:59 (hora Lisboa) do dia 17 de setembro de 2024.



Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, constituída há mais de 30 anos especificamente para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.

Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.

Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos:

Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3 Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa
Telefones: 213 610 460 - Fax : 21 361 04 69 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Doutor Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa
Telefone: 213 609 300 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alecrim», Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia 2765-029 Estoril - Telefone: 214 525 145 - E-mail: casadoalecrim@alzheimerportugal.org
Horário de Atendimento: Quartas e sextas, entre as 9h e as 13h
Núcleo do Ribatejo da Alzheimer Portugal: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31 «A, 2080-114 Almeirim - Telefone: 243 000 087 - E-mail: geral.ribatejo@alzheimerportugal.org
Delegação Norte da Alzheimer Portugal: Centro de Dia «Memória de Mim», Rua do Farol Nascente n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra - Telefone: 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro da Alzheimer Portugal: Centro de Dia do Marquês, Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal - Telefone: 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Núcleo do Algarve da Alzheimer Portugal: Urbanização do Pimentão, lote 2, Cave, Gabinete 3, Três Bicos, 8500-776 Portimão - Telemóvel: 965 276 690 - E-mail: geral.algarve@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira da Alzheimer Portugal: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 Funchal, Telefone: 291 772 021 - Fax: 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org



MUNICÍPIO DE SETÚBAL

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

EDITAL

N.º 243/2024/CMS

CARLA ALEXANDRA POTRICA GUERREIRO, VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE SETÚBAL:

FAZ PÚBLICO QUE, o Município de Setúbal levará a efeito, no dia 10 de setembro de 2024, pelas 10h30, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Setúbal, sito em Praça de Bocage, perante a Comissão designada para o efeito, a HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE 7 LOTES DE TERRENO SITOS NO BAIRRO DO VISO E NO BAIRRO CAMOLAS DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SETÚBAL E DA FREGUESIA DE SÃO SEBASTIÃO, RESPETIVAMENTE.

Todos os elementos respeitantes a este processo estão disponíveis para consulta pública, na página oficial da Câmara Municipal de Setúbal, em www.mun-setubal.pt ou, em alternativa, junto do Serviço de Gestão Patrimonial, instalado no edifício dos Paços do Município, em Praça de Bocage, Setúbal, dentro do horário das 9h30 às 16h30.

Que a comissão encarregue de promover e conduzir a presente hasta pública é composta pelos seguintes elementos:

Membros efetivos: Presidente – Paulo Hortênsio; 1.º Vogal efetivo – Joaquim Branco; 2.º Vogal efetivo – Suzete Valido;

Membros suplentes: Vogais – Clemente Rodrigues e Catarina Rodrigues;

Os membros suplentes da comissão substituirão, nas faltas e impedimentos, os membros efetivos, sendo que o presidente será substituído pelo 1.º vogal efetivo;

A supramencionada Hasta Pública, será sujeita às seguintes condições, aprovadas pela Câmara Municipal, em reunião pública, realizada em 17 de julho de 2024:

1. O valor base de licitação dos imóveis que serão alienados por lotes (conforme características referidas abaixo) são:

Lote	Localização	Descrição Predial (N.ª Sr.ª Anunc.)	Art.º Matricial (UFS)	Área do Lote (m^2)	Área Implant. (m^2)	Tipo / Destino	Valor Base de Licitação
1	Rua Batalha do Viso, n.º 269 (lote 64)	1227 (Freg.N.ª Sr.ª Anunciada)	5281 (União de Freg. Setúbal)	92m^2	48m^2	Terreno p/ construção de Habitação	€30 000,00
2	Rua Abel Viana, n.º 35 (Lote 35)	1226 (Freg.N.ª Sr.ª Anunciada)	6412 (União de Freg. Setúbal)	74m^2	42,90m^2	Terreno p/ construção de Habitação	€30 000,00
3	Bairro Camolas, lote n.º 30 (Rua José Rodrigues dos Santos)	4480 (Freg. S.Sebastião)	15779 (Freg. S.Seb.)	24m^2	24m^2	Terreno p/ construção de Garagem	€6000,00
4	Bairro Camolas, lote n.º 31 (Rua José Rodrigues dos Santos)	4481 (Freg. S.Sebastião)	15780 (Freg. S.Seb.)	24m^2	24m^2	Terreno p/ construção de Garagem	€6000,00
5	Bairro Camolas, lote n.º 32 (Rua José Rodrigues dos Santos)	4482 (Freg. S.Sebastião)	15781 (Freg. S.Seb.)	24m^2	24m^2	Terreno p/ construção de Garagem	€6000,00
6	Bairro Camolas, lote n.º 33 (Rua José Rodrigues dos Santos)	4483 (Freg. S.Sebastião)	15782 (Freg. S.Seb.)	24m^2	24m^2	Terreno p/ construção de Garagem	€6000,00
7	Bairro Camolas, lote n.º 34 (Rua José Rodrigues dos Santos)	4484 (Freg. S.Sebastião)	15783 (Freg. S.Seb.)	24m^2	24m^2	Lote de terreno	€6000,00

2. Após a alienação dos lotes, serão da responsabilidade do adquirente as respetivas infraestruturas, nomeadamente do abastecimento de água, drenagem de esgoto e eletricidade, integradas dentro do polígono do próprio lote e a reposição dos pavimentos exteriores que venham a ser danificados durante a execução da construção do respetivo edifício;
3. Os imóveis a alienar destinam-se a "habitação" e a "garagens", conforme identificados supra, carecendo a utilização dos mesmos, para fim diverso daquele a que se destinam, das licenças e/ou autorizações que se afigurem legalmente exigíveis, cuja obtenção será da exclusiva responsabilidade do adquirente;
4. Os prédios serão alienados no estado em que se encontram, não podendo o adquirente alegar vícios ou defeitos para a eventual não celebração de escritura de compra e venda, nem em momento posterior a esta;
5. Os interessados poderão requerer cópia das peças do presente procedimento, estando a emissão das mesmas sujeitas ao pagamento dos valores devidos, calculados de acordo com o previsto no Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal e respetiva Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais;
6. Qualquer eventual pedido de esclarecimentos a solicitar no âmbito do presente procedimento, deverá ser requerido, até ao 5º dia útil a contar da publicação do anúncio, através de correio eletrónico, endereçado a atendimento@mun-setubal.pt, ou por carta, dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Setúbal, identificando-se o assunto "HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE 7 LOTES DE TERRENO SITOS NO BAIRRO DO VISO E NO BAIRRO CAMOLAS DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SETÚBAL E DA FREGUESIA DE SÃO SEBASTIÃO, RESPETIVAMENTE", devendo a comissão dar a devida resposta, no prazo de 5 dias úteis;
7. No dia da realização do ato público, a requerimento dos interessados, poderão ser comunicados os mesmos esclarecimentos, por parte da comissão, aos restantes interessados;
8. Podem ainda os interessados solicitar marcação de visita ao imóvel, com a antecedência mínima de 2 dias úteis, através do telefone n.º 265541619 ou através de correio eletrónico, endereçado a servico.patrimonio@mun-setubal.pt, decorrendo tal visita em termos a determinar pelos serviços e sempre em dias e horário normal de funcionamento dos serviços, até ao 2º dia útil anterior ao da realização do ato público;
9. À hasta pública pode assistir qualquer interessado e o público, em geral, podendo intervir na praça, concorrendo à arrematação, qualquer interessado e/ou preferentes, pessoas singulares, em nome próprio ou legalmente representadas, ou pessoas coletivas, através dos seus representantes legais, com poderes bastantes para o efeito;
10. Os eventuais preferentes deverão identificar-se antes do início da praça, com documentos comprovativos de tal condição;
11. A seleção do adjudicatário será efetuada mediante licitação verbal, a realizar no próprio ato da hasta pública, nos termos especificados no presente programa de procedimento;
12. Podem intervir na praça os interessados, incluindo eventuais titulares de direito de preferência, ou seus representantes, devidamente identificados e, no caso de pessoas coletivas, habilitados com poderes bastantes para arrematar;
13. A licitação poderá ser feita pelos interessados, que assim manifestem vontade em participar na praça, devendo previamente apresentar os respetivos documentos identificativos e comprovativos habilitantes, sob pena de constituir causa de não admissibilidade de arrematação;
14. Os interessados obrigam-se a prestar, relativamente a toda a documentação entregue, os esclarecimentos que a comissão considere necessários;
15. Poderão ser prestados todos os esclarecimentos sobre o presente procedimento e seu objeto, a todos os interessados, porém, uma vez iniciada a licitação, não serão dadas quaisquer explicações;
16. Não serão aceites lances inferiores a €500,00 (quinhentos euros);
17. É dada por terminada a licitação quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto;
18. Haverá lugar ao exercício de eventuais direitos de preferência e, apresentando-se a preferir mais de um preferente legal com igual direito, reabre-se nova licitação entre eles, nos termos do número anterior;
19. Todos os interessados ficam obrigados a manter os valores resultantes das suas licitações, pelo prazo de noventa dias, a contar da data do ato público;
20. Uma vez concluída a licitação, a comissão adjudica provisoriamente os respetivos imóveis a quem tenha oferecido o preço mais elevado, ou ao preferente que tiver exercido esse direito;
21. O respetivo adjudicatário provisório deve, de imediato, efetuar o pagamento de 10% do valor da correspondente adjudicação, junto da Tesouraria da Câmara Municipal de Setúbal, importância que vale como sinal, sem prejuízo de ser admitido o pagamento integral do valor da adjudicação;
22. O adjudicatário provisório, deve comprovar que tem a situação tributária e contributiva regularizada, no prazo de 10 dias a contar da data da adjudicação provisória;
23. A respetiva alienação será formalizada através de escritura pública de compra e venda, no prazo máximo de 60 dias seguidos, a contar da data da notificação da adjudicação definitiva, efetuando-se em simultâneo o pagamento do valor de adjudicação remanescente;
24. Reserva-se à Câmara Municipal de Setúbal o direito de não adjudicar os imóveis, sem que daí decorra qualquer obrigação de indemnização, seja a que título for; e
25. Caso a hasta pública tenha ficado deserta ou quando não haja lugar à adjudicação definitiva ou esta seja anulada por motivos não imputáveis à Câmara Municipal, poderá esta proceder à alienação do respetivo prédio por ajuste direto.

E para constar, se mandou lavrar o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA,

Carla Alexandra Potrica Guerreiro





MUNICÍPIO DE SETÚBAL

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

EDITAL

N.º 244/2024/CMS

CARLA ALEXANDRA POTRICA GUERREIRO, VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE SETÚBAL:

FAZ PÚBLICO QUE, o Município de Setúbal levará a efeito, no dia 17 de setembro de 2024, pelas 10 horas e 30 minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Setúbal, sito em Praça de Bocage, perante a Comissão designada para o efeito, a HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE UM PRÉDIO URBANO, SITO EM RUA GUILHERME GOMES FERNANDES, N.º 3, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SETÚBAL.

Todos os elementos respeitantes a este processo estão disponíveis para consulta pública, na página oficial da Câmara Municipal de Setúbal, em www.mun-setubal.pt ou, em alternativa, junto do Serviço de Gestão Patrimonial, instalado no edifício dos Paços do Município, em Praça de Bocage, Setúbal, dentro do horário das 9h30 às 16h30.

Que a comissão encarregue de promover e conduzir a presente hasta pública é composta pelos seguintes elementos:

Membros efetivos: Presidente – Paulo Hortênsio; 1.º Vogal efetivo – Joaquim Branco; 2.º Vogal efetivo – Helena Moreira;

Membros suplentes: Vogais – Clemente Rodrigues e Vânia Raminhos;

Os membros suplentes da comissão substituirão, nas faltas e impedimentos, os membros efetivos, sendo que o presidente será substituído pelo 1.º vogal efetivo;

A supramencionada Hasta Pública, será sujeita às seguintes condições, aprovadas pela Câmara Municipal, em reunião pública, realizada em 8 de maio de 2024:

1. O valor-base de licitação e características gerais do edifício são:

Prédio	Descrição Predial (N.ª Sr.ª Anunc.)	Art.º Matricial (UFS)	ÁREA IMPL. (M2)	Situação	Valor de Base de Licitação
Rua Guilherme Gomes Fernandes, N.º 3	468	1242	1175,57m^2	Composto por R/C e 1.º andar;	**€2168 000,00**

2. O imóvel a alienar destina-se a "armazém e atividade industrial", carecendo a utilização do mesmo, para fim diverso daquele a que se destina, das licenças e/ou autorizações que se afigurem legalmente exigíveis, cuja obtenção será da exclusiva responsabilidade do adquirente;
3. O prédio será alienado no estado de conservação em que se encontra, não podendo o adquirente alegar vícios ou defeitos para a eventual não celebração de escritura de compra e venda;
4. Os interessados poderão requerer cópia das peças do presente procedimento, estando a emissão das mesmas sujeitas ao pagamento dos valores devidos, calculados de acordo com o previsto no Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal e respetiva Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais;
5. Qualquer eventual pedido de esclarecimentos a solicitar no âmbito do presente procedimento, deverá ser requerido, até ao 5.º dia útil a contar da publicação do anúncio, através de correio eletrónico, endereçado a atendimento@mun-setubal.pt, ou por carta, dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Setúbal, identificando-se o assunto "HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE PRÉDIO URBANO, SITO EM RUA GUILHERME GOMES FERNANDES, N.º 3, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SETÚBAL", devendo a comissão dar a devida resposta, no prazo de 5 dias úteis;
6. No dia da realização do ato público, a requerimento dos interessados, poderão ser comunicados os mesmos esclarecimentos, por parte da comissão, aos restantes interessados;
7. Podem ainda os interessados solicitar marcação de visita ao imóvel, com a antecedência mínima de 2 dias úteis, através do telefone n.º 265541619 ou através de correio eletrónico, endereçado a servico.patrimonio@mun-setubal.pt, decorrendo tal visita em termos a determinar pelos serviços e sempre em dias e horário normal de funcionamento dos serviços, até ao 2.º dia útil anterior ao da realização do ato público;
8. À hasta pública pode assistir qualquer interessado e o público, em geral, podendo intervir na praça, concorrendo à arrematação, qualquer interessado e/ou preferentes, pessoas singulares, em nome próprio ou legalmente representadas, ou pessoas coletivas, através dos seus representantes legais, com poderes bastantes para o efeito;
9. Os eventuais preferentes deverão identificar-se antes do início da praça, com documentos comprovativos de tal condição;
10. A seleção do adjudicatário será efetuada mediante licitação verbal, a realizar no próprio ato da hasta pública, nos termos especificados no presente programa de procedimento;
11. Podem intervir na praça os interessados, incluindo eventuais titulares de direito de preferência, ou seus representantes, devidamente identificados e, no caso de pessoas coletivas, habilitados com poderes bastantes para arrematar;
12. A licitação poderá ser feita pelos interessados, que assim manifestem vontade em participar na praça, devendo previamente apresentar os respetivos documentos identificativos e comprovativos habilitantes, sob pena de constituir causa de não admissibilidade de arrematação;
13. Os interessados obrigam-se a prestar, relativamente a toda a documentação entregue, os esclarecimentos que a comissão considere necessários;
14. Poderão ser prestados todos os esclarecimentos sobre o presente procedimento e seu objeto, a todos os interessados, porém, uma vez iniciada a licitação, não serão dadas quaisquer explicações;
15. Não serão aceites lances inferiores a €500,00 (quinhentos euros);
16. É dada por terminada a licitação quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto;
17. Haverá lugar ao exercício de eventuais direitos de preferência e, apresentando-se a preferir mais de um preferente legal com igual direito, reabre-se nova licitação entre eles, nos termos do número anterior;
18. Todos os interessados ficam obrigados a manter os valores resultantes das suas licitações, pelo prazo de noventa dias, a contar da data do ato público;
19. Uma vez concluída a licitação, a comissão adjudica provisoriamente os respetivos imóveis a quem tenha oferecido o preço mais elevado, ou ao preferente que tiver exercido esse direito;
20. O respetivo adjudicatário provisório deve, de imediato, efetuar o pagamento de 10% do valor da correspondente adjudicação, junto da Tesouraria da Câmara Municipal de Setúbal, importância que vale como sinal, sem prejuízo de ser admitido o pagamento integral do valor da adjudicação;
21. O adjudicatário provisório, deve comprovar que tem a situação tributária e contributiva regularizada, no prazo de 10 dias a contar da data da adjudicação provisória;
22. A respetiva alienação será formalizada através de escritura pública de compra e venda, no prazo máximo de 60 dias seguidos, a contar da data da notificação da adjudicação definitiva, efetuando-se em simultâneo o pagamento do valor de adjudicação remanescente;
23. Reserva-se à Câmara Municipal de Setúbal o direito de não adjudicar os imóveis, sem que daí decorra qualquer obrigação de indemnização, seja a que título for; e
24. Caso a hasta pública tenha ficado deserta ou quando não haja lugar à adjudicação definitiva ou esta seja anulada por motivos não imputáveis à Câmara Municipal, poderá esta proceder à alienação do respetivo prédio por ajuste direto.

E para constar, se mandou lavrar o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA,

Carla Alexandra Potrica Guerreiro



Gripe aviária de alta patogenicidade detectada na Antárctida, incluindo em mamíferos

Resultados de um estudo recente demonstram a expansão da área geográfica desta doença e salientam o potencial impacto ecológico e a ameaça para a vida selvagem da gripe das aves



Várias espécies de aves selvagens na Antárctida foram identificadas com o H5N1

Filipa Almeida Mendes

O vírus da gripe das aves de alta patogenicidade (ou seja, com alto risco de provocar doença) foi detectado em vários animais, incluindo aves e mamíferos, que habitam a Antárctida, entre os quais a gaivota-meridional e o elefante-marinho-do-sul, de acordo com um estudo publicado ontem na revista científica *Nature Communications*.

Segundo os investigadores, os resultados demonstram a expansão da área geográfica desta doença e salientam o potencial impacto ecológico e a ameaça para a vida selvagem que habita neste local remoto.

A Antárctida, conhecida pelos seus ecossistemas únicos, é uma prioridade para a conservação e tem permanecido isolada de muitas doenças infecciosas que afectam a vida selvagem noutras regiões do mundo, salienta um resumo da *Nature Communications* sobre o estudo. No entanto, o H5N1 (um subtipo do vírus da gripe das aves) conseguiu ultrapassar este isolamento, afectando uma variedade de espécies animais.

Ashley Banyard, da Agência de Saúde Animal e Vegetal do Reino Unido, e a sua equipa realizaram uma extensa amostragem e observação de animais nas regiões antárctica da Geórgia do Sul e subantárctica das ilhas Malvinas durante o Verão de 2022/2023.

Os investigadores identificaram o subtipo H5N1 em várias espécies de aves, incluindo o mandrião-antárctico, a gaivota-meridional, o trinta-réis-antárctico, o cormorão da Geórgia do Sul, o pardelão-prateado e o albatroz-de-sobrancelha, mas também em mamíferos marinhos, como o elefante-marinho-do-sul e o lobo-marinho-antárctico.

A análise genética forneceu informações sobre as potenciais rotas de introdução do vírus a partir da América do Sul, provavelmente através da deslocação de aves migratórias. Um pinguim-rei e um pinguim-saltador-da-rocha foram testados, mas não estavam infectados com o vírus na altura dos exames.

Os resultados revelam informações sobre o impacto do H5N1 nas populações locais de animais selvagens da Antárctida e suscitam preocupações sobre a vulnerabilidade dos animais a doenças anteriormente ausentes desta região.

Uma situação preocupante?

Em resposta ao PÚBLICO por *email*, Ashley Banyard destaca que os resultados não são surpreendentes e que não era uma questão de saber se o vírus chegaria à Antárctida, mas sim "quando chegaria ao frágil ecossistema antárctico, especialmente depois de ter começado a espalhar-se rapidamente pela América do Sul".

Segundo a investigadora da Agência de Saúde Animal e Vegetal do Reino Unido, "algumas das espécies afectadas são motivo de preocupação em termos de conservação" e vários animais que habitam a região são vulneráveis à contracção de doenças infecciosas.

O vírus já tinha sido detectado no continente gelado no início do ano, nomeadamente em pinguins. Mas Ashley Banyard destaca que o estudo agora publicado, cujos casos remontam a Outubro de 2023, reporta "a primeira vez que este vírus foi trazido por aves migratórias numa forma de 'alta patogenicidade' para a região."

No artigo, os autores salientam existir "potencial para o vírus se propagar ainda mais, tendo havido já relatos de detecção do vírus na Antárctida continental, bem como de eventos de mortalidade de baixo nível em pinguins". Além disso, os cientistas alertam para a "ameaça de transmissão" do vírus para a Australásia – uma área geográfica que inclui a Austrália, a Nova Zelândia, a Nova Guiné e algumas pequenas ilhas junto à Indonésia.

Do ponto de vista da infecção de mamíferos, notam os autores no artigo científico, "houve vários relatos a nível mundial de mamíferos aquáticos selvagens infectados desde 2020, tendo a infecção sido atribuída à predação de aves infectadas doentes ou mortas".

A situação é alarmante, segundo Ashley Banyard, "não só porque a infecção e a mortalidade das populações de mamíferos marinhos são preocupantes, mas também porque, com a infecção de mamíferos, há sempre a preocupação de que o vírus aumente o risco para os seres humanos". "Felizmente", diz, "a análise genética do material [recolhido] dos mamíferos marinhos não indicou um aumento do risco zoonótico" – ou seja, do risco de transmissão dos animais para o ser humano.

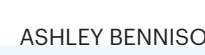
O estudo salienta que a análise dos mamíferos infectados "não indicou quaisquer mutações adaptativas [do vírus] de risco acrescido para as populações humanas", acrescentando que os resultados apontam que "as populações humanas nestas ilhas não correm qualquer risco acrescido de infecção por este vírus".

Ainda assim, frisa o artigo, "a monitorização contínua do vírus, especialmente nos casos em que parece ser o agente causador de eventos de mortalidade em mamíferos marinhos – e potencialmente noutras espécies de aves –, é fundamental para compreender a possibilidade de ocorrência de eventos adaptativos" do vírus. "Com a ocorrência contínua de infecções em mamíferos a nível mundial, é de grande importância compreender onde as mutações [do vírus] podem representar um risco zoonótico real."

Porém, os investigadores concluem que o impacto actual do H5N1 "no frágil ecossistema da região subantárctica" parece ser "relativamente mínimo para as espécies aviárias, tendo sido notificado até à data um impacto mínimo nas populações de pinguins". Além disso, "embora tenham sido observados casos de infecção e mortalidade significativa em mamíferos marinhos, não há provas de adaptação viral para uma maior infecção de mamíferos e, consequentemente, não se prevê um risco acrescido para as populações humanas das ilhas".

De acordo com o resumo da *Nature Communications*, a investigação futura deverá analisar a circulação do

A análise dos mamíferos infectados não indicou mutações adaptativas do vírus de risco para os humanos



ASHLEY BENNISON



ASHLEY BENNISON



vírus neste ecossistema, potenciais medidas preventivas e monitorizar a sua propagação. E é necessária vigilância contínua e medidas de biossegurança para mitigar o risco que o vírus da gripe aviária representa para a vida selvagem em áreas remotas, como a Antárctida.

Ashley Banyard reforça que a monitorização contínua e o apoio às equipas de investigação locais, assim como o diagnóstico rápido de qualquer suspeita, são prioridades, tal como a "melhoria das competências da equipa local para efectuar o diagnóstico preliminar".

Quanto às limitações do estudo, Ashley Banyard sublinha que "o acesso a estas áreas é notoriamente difícil" e que, apesar do apoio dos vários cientistas, governos locais e instituições envolvidas no estudo, "as condições meteorológicas limitaram severamente a capacidade da equipa para recolher amostras de todas as áreas afectadas". "Como tal, perderam-se dados importantes sobre o estado da infecção e a adaptação dos mamíferos. No entanto, as equipas continuam a recolher amostras nas ilhas para garantir que podemos monitorizar adequadamente a situação no futuro."

Em relação às medidas de prevenção que considera que deveriam ser adoptadas, a investigadora admite que "os governos locais têm feito um excelente trabalho, assegurando que as actividades turísticas sejam limitadas conforme necessário" e que os cientistas do Serviço Antárctico Britânico (BAS, na sigla em inglês), o instituto nacional de investigação polar do Reino Unido, "também estão bem familiarizados com as práticas de biossegurança e estão a apoiar a avaliação rápida de qualquer suspeita". "Não podemos evitar que as aves migratórias entrem na região vindas da América do Sul, pelo que será muito importante mantermo-nos em alerta máximo para futuras incursões."

Esta não é a primeira vez que o H5N1 é detectado em mamíferos. No ano passado, o vírus foi identificado em visons-americanos na região da Galiza, em Espanha, e centenas de leões-marinhos morreram no Peru infectados.

Em Abril deste ano, a Organização Mundial da Saúde manifestou "enorme preocupação" com a crescente disseminação da estirpe H5N1 da gripe aviária para novas espécies, incluindo humanos.

Em Portugal, a Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária anunciou, em Agosto, a detecção de vários casos de infecção em aves selvagens – nomeadamente gaivotas – em Faro, Albufeira, Ílhavo, Espinho, Aveiro e Leiria, algo que disse motivar pouca preocupação para a população.

"Motivo de grande orgulho": Nuno Maulide recebe prémio de Química nos Estados Unidos

Tiago Ramalho

Cientista, radicado na Áustria, é o primeiro português a receber este prémio pelo seu trabalho em Química Orgânica

O português Nuno Maulide recebeu o prémio norte-americano Arthur C. Cope, atribuído pela Sociedade Americana de Química, como "reconhecimento pela excelência na área da Química Orgânica" – é o primeiro português numa lista com centenas de nomes (alguns deles familiares pelos prémios Nobel recebidos).

Entre os antigos vencedores deste prémio, contam-se nomes bastante famosos da Química, como Carolyn R. Bertozzi, vencedora do prémio em 1999 e do Nobel em 2022 pelo trabalho em "química do clique".

Agora constará também o nome de Nuno Maulide. "É um prémio com uma longa tradição e muito prestígio, especialmente nos Estados Unidos. Ser um dos poucos europeus a recebê-lo é realmente motivo de grande orgulho, tanto para mim como para toda a minha equipa de investigação", disse ao PÚBLICO ontem. "É um bom lembrete de que a Química europeia também tem um lugar destacado no palco mundial."

Com este prémio, o químico português receberá 5000 dólares norte-americanos (cerca de 4500 euros), além de um certificado e uma bolsa de investigação – no tema que o cientista pretender – de 40 mil dólares (ou seja, cerca de 36 mil euros).

Explorar ideias arriscadas

Os 40 mil dólares atribuídos a uma investigação sem barreiras previamente definidas ainda não têm um destino definido. "Abre portas para novas ideias. Tenho algumas em mente", assegura Nuno Maulide.

"A beleza deste prémio é explorar coisas que ainda não foram muito estudadas", adianta, notando que estes financiamentos também são úteis para as despesas comuns, como a compra de reagentes químicos ou material de laboratório. Quanto ao projecto, ainda há tempo para decidir. "Seria interessante investi-los em algo realmente arriscado que possa expandir os limites do que conhecemos, talvez uma nova abordagem, uma nova reacção ou um mergulho profundo em mecanismos que ainda não conhecemos totalmente", refere, sem se comprometer para já com nenhuma proposta arriscada.

Depois de se formar no Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, Nuno Maulide tem feito um périplo por várias instituições na Bélgica, França ou Estados Unidos. É actualmente director do Instituto de Química Orgânica da Universidade de Viena, na Áustria, e também professor no Instituto Superior Técnico.

Em 2019, foi eleito Cientista do Ano na Áustria, sendo também o mais novo membro permanente da Academia de Ciências austríaca.

Aos 44 anos, Nuno Maulide é um dos mais cotados cientistas portugueses, com um denso percurso na Química Orgânica. O investigador já recebeu cinco bolsas do Conselho Europeu de Investigação para financiar projectos. Destas, a primeira bolsa europeia avançada (2,75 milhões de euros) foi atribuída em Abril deste ano para manipular as ligações entre os átomos de carbono e de hidrogénio "a partir de um ângulo completamente diferente daquele que as pessoas, hoje em dia, adoptam", como explicou ao PÚBLICO na altura.

A manipulação destas ligações permite, por exemplo, transformar combustível num composto valioso para perfumarias. Mas estas são técnicas que recorrem a catalisadores e metais caros. "Quando estas ligações carbono-hidrogénio interagem com um átomo de carbono que tem uma carga positiva, elas próprias começam a activar-se sem precisarem de metais preciosos ou de catalisadores complicados", disse. É isso que fará.

Ao mesmo tempo, continua a comunicar ciência e a mostrar que a "beleza e a relevância da química estão presentes no nosso dia-a-dia". O último exemplo é como o sal e azeite num gelado de baunilha até o tornam mais saboroso. "A ciência tem de sair dos laboratórios e entrar em casa das pessoas."



Nuno Maulide dirige o Instituto de Química Orgânica, na Áustria

DIREITO DE RESPOSTA

"Pseudociência na universidade", publicado a 24 de Agosto de 2024

O The Blind Spot segue as melhores práticas do jornalismo clássico. Entre outras coisas: distinguimos factos de opinião; referenciamos as fontes utilizadas; confirmamos as informações; suportamo-nos na evidência científica mais fiável; consultamos peritos nacionais e internacionais credenciados; evitamos linguagem carregada ou insultuosa; estamos atentos a conflitos de interesse.

Paralelamente, não temos qualquer financiamento privado ou estatal, nem qualquer tipo de afiliação política. Estamos livres para nos centrarmos no essencial: investigar o poder (público e privado), apresentar factos e informar a população.

Não podemos, por isso, deixar de responder a Pedro Abreu que neste artigo se referiu ao nosso jornal como um dos "periódicos digitais de desinformação negacionista".

As nossas notícias estão sustentadas em evidências e factos, não tendo a sua veracidade sido posta em causa em algum momento. Por isso, apenas poderemos "desinformar" se a sua definição de "desinformação" incluir informação verdadeira, ou "opiniões proibidas", que contrariem algumas narrativas oficiais.

Mas se a acusação de "desinformação" pode ser usada apenas para colmatar alguma preguiça mental ou evitar o "mercado de ideias" quando não há argumentos, a associação ao "negacionismo" é bem mais grave. Até por hoje ser evidente que muitos dos que foram insultados durante a crise covid tinham posições legítimas, ou estavam, mesmo, totalmente certos.

Continuar a usar essa expressão nesta altura denuncia não apenas ignorância e crença cega no poder instalado, mas uma estratégia reiterada para promover o obscurantismo, acicatar ódios e dividir as pessoas.

Este tipo de artigos parece, aliás, retirado de algum romance distópico clássico, tal é o apelo à censura de dissidentes, o recurso a argumentos de autoridade, a evocação de (falsos) consensos, os insultos gratuitos "aos inimigos do povo" e a fé religiosa "nas autoridades".

Tudo em defesa da "Ciência", da democracia e do "Bem-comum".

Orwelliano, sem dúvida.

Lisboa, 2 de Setembro de 2024

Nuno Machado, director do The Blind Spot

Cultura Centenário de Amílcar Cabral festeja-se em Coimbra

Um legado para celebrar e transmitir, do teatro à música e aos livros

O espectáculo *Amílcar Geração*, de Ângelo Torres, está no centro de um programa alargado para comemorar o centenário do lendário activista, com assinatura da Escola da Noite e da Cena Lusófona

Paula Sofia Luz

Uma conversa, um projecto, um ponto de partida. Quando há um ano e meio o actor Ângelo Torres passou por Coimbra, encontrou-se com alguns elementos da Escola da Noite. Nesse dia deixou na mesa uma vontade: levar a Coimbra o espectáculo que construíra juntamente com Guilherme Mendonça para evocar Amílcar Cabral.

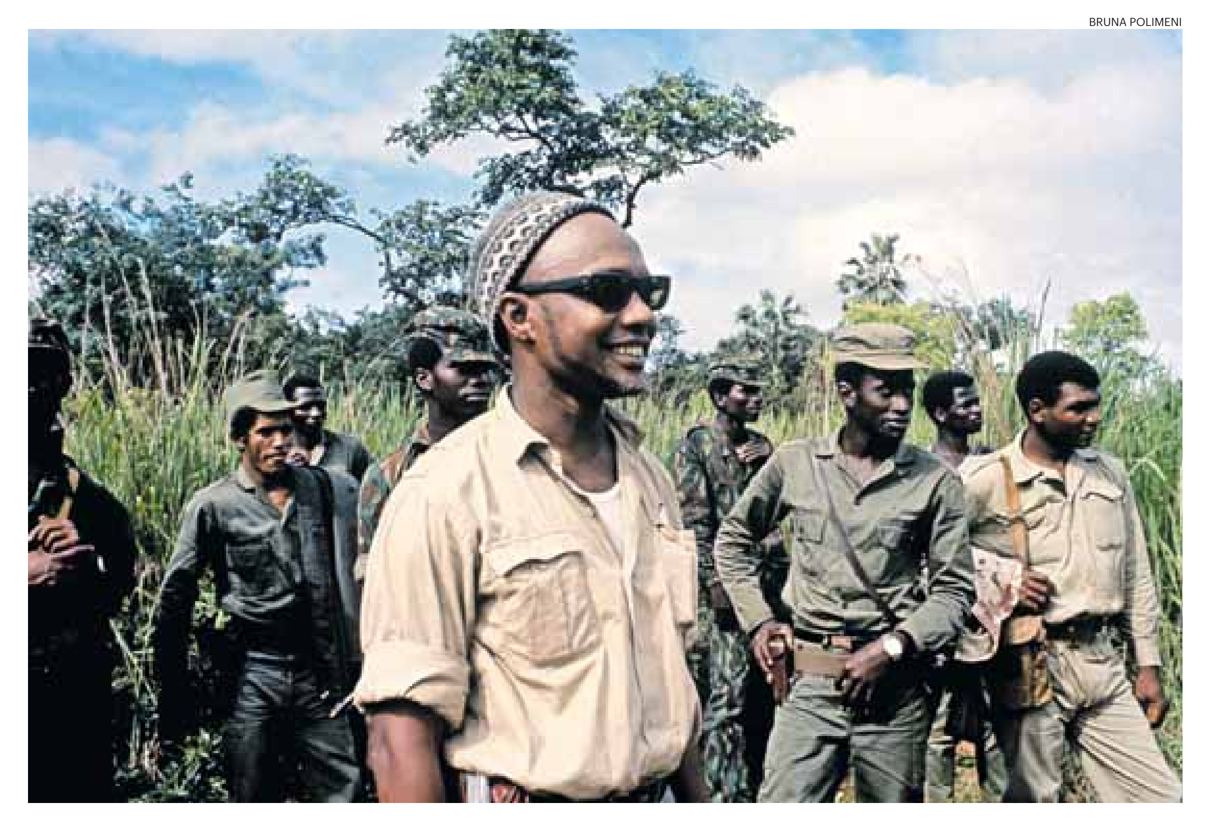
A partir de hoje, e até ao próximo dia 13, a cidade será palco das comemorações do centenário do nascimento do fundador do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e herói da luta pela libertação daqueles dois territórios então colonizados por Portugal. Não se trata de o evocar em sessões solenes, carregadas de discursos oficiais, mas antes de colocar a figura do emblemático resistente antifascista e anticolonialista no centro de um programa multidisciplinar, mostrando a que ponto inspirou diferentes campos da produção artística e académica.

Se fosse vivo, Amílcar Cabral completaria 100 anos a 12 de Setembro. E foi já a pensar nessa homenagem que o actor Ângelo Torres idealizou a peça *Amílcar Geração*, que estreou em 2021 no Mindelo, em Cabo Verde. "Por estes dias vamos publicar no nosso blogue uma entrevista que fizemos ao Ângelo a propósito dessa estreia, que foi apoteótica e muito emotiva", diz ao PÚBLICO Pedro Rodrigues, da companhia de teatro Escola da Noite, que, a par da Cena Lusófona (e com o apoio de uma dezena de instituições da cidade e do país), é responsável por todo o programa que assinala o centenário.

O ponto central será a apresentação no Teatro da Cerca de São Bernardo do espectáculo com texto de Guilherme Mendonça "e a notável interpretação de Ângelo Torres". Para lá do teatro, haverá música, documentários, apresentações de livros, debates, exposições e instalações, em vários espaços de Coimbra. "Tudo o que podemos fazer para homenagear o líder anticolonialista e divulgar o seu legado, mais de 50 anos depois do seu assassinato [a 20 de Janeiro de 1973, em Conacri]", sublinha Pedro Rodrigues.

"Já tínhamos informações sobre esse espectáculo e tínhamos muita vontade de trazer o Ângelo a Coimbra", conta o produtor da companhia.

BRUNA POLIMENI



DR



Amílcar Cabral junto aos seus companheiros de luta; em baixo, o actor Ângelo Torres interpretando uma figura histórica dos movimentos de guerrilha anticolonialista

O entusiasmo da Escola da Noite e da Cena Lusófona em torno da data foi contagiando uns e outros

"A Escola da Noite e a Cena Lusófona concordaram que o momento do centenário seria a oportunidade ideal para fazer algo mais alargado e mais envolvente", acrescenta. Começou então uma ronda pelas instituições da cidade, e também pelas organizações de estudantes dos países africanos de língua oficial portuguesa em Coimbra. O entusiasmo foi contagiando uns e outros: a Biblioteca Municipal de Coimbra, o Centro de Documentação 25 de Abril, o Centro de Estudos Sociais... De repente, o programa já estava em construção.

Amílcar Geração sobe ao palco do Teatro da Cerca de São Bernardo no dia 12, às 19h, e no dia 13, às 21h. Trata-se de um monólogo em três actos, que tem por tema a vida e o legado de Amílcar Cabral. No primeiro acto assiste-se a uma evocação do líder do PAIGC feita a partir de memórias de Ângelo Torres. O segundo acto tem lugar em Janeiro de 1973 e dramatiza uma interpelação de Amílcar Cabral aos seus algozes, imediatamente após a sua morte. Já o terceiro acto coloca o independentista em contacto com o público presente, num exercício especulativo de explicitação dos seus motivos.

Construída a partir de factos e documentos históricos, mas também de entrevistas ao actor, a peça "convoca a experiência pessoal do próprio intérprete, reflectindo o impacto da personalidade e do pensamento de Amílcar Cabral nas gerações que se lhe seguiram". Depois de cada uma das sessões, haverá uma conversa com o público, na qual participarão Ângelo Torres e convidados como a historiadora portuguesa Leonor Pires Martins, no dia 12; e o escritor Abdulai Sila e o investigador e activista Sumaila Jaló, ambos guineenses, no dia 13.

Um legado com futuro

O programa montado pelas duas companhias de teatro conta ainda com vários momentos musicais e com a exibição de documentários sobre o resistente anticolonialista. Um concerto com a cantora Nené Pereira (cujo repertório aborda alguns dos géneros mais significativos da tradição musical guineense: tina, gumbé, djambadon e singa) está agendado para o dia 11, às 21h30, no Salão Brazil, numa parceria com o Jazz ao Centro Clube.

O ciclo de documentários passa por títulos como *Guiné-Bissau: da memória ao futuro*, de Diana Andringa (dia 7); *As Duas Faces da Guerra*, de Diana Andringa e Flora Gomes (dia 9); *CONAKRY*, de Filipa César, e *O Regresso de Amílcar Cabral*, de Djalma Fettermann, Flora Gomes, José Bolama, Josefina Crato e Sana na N'Hada (dia 10). Todas as sessões têm lugar no Teatro da Cerca de São Bernardo, às 21h30, com entrada gratuita, e são seguidas de debate.

Também os livros fazem parte desta semana dedicada a Amílcar Cabral. Ao longo do ciclo serão apresentadas em Coimbra cinco publicações recentemente editadas, entre as quais, já esta tarde, na Biblioteca Municipal, *O Mundo de Amílcar Cabral*. Coordenado por José Neves, Rui Lopes e Victor Barros e editado pela Fora de Jogo, o volume reúne 13 ensaios originalmente publicados no PÚBLICO.

O dispositivo mnemónico: uma história da memória da luta de libertação em Cabo Verde, de Inês Nascimento Rodrigues e Miguel Cardina (dia 7, na Sala Jorge Pais de Sousa da Cena Lusófona); *Cabral Ka Mori – catálogo de uma exposição* (dia 10, no mesmo local); *Análise de alguns tipos de resistência – edição revista e comentada* (dia 11, na Livraria do Teatro da Cerca de São Bernardo); e *Amílcar Cabral: textos da luta* (dia 13, de novo na Cena Lusófona) fecham o naipe. Todas as sessões têm entrada gratuita e acontecem às 18h. Pela cidade estão ainda espalhadas exposições diversas alusivas à vida e à obra de Amílcar Cabral.

"O que acabou por acontecer em Coimbra foi uma bola de neve muito bonita", enfatiza Pedro Rodrigues. "Poderíamos ter pensado numa exposição, ou numa única actividade, e afinal conseguimos aqui juntar as boas energias e vontades das várias instituições. É o mote perfeito para celebrar Amílcar e também para o divulgar junto das novas gerações."

Mais rabo menos rabo, mais droga menos droga, *Queer* é filme "de beto"

Vasco Câmara, em Veneza

Foi apupado na sessão de imprensa do Festival de Veneza: Burroughs revisto por Luca Guadagnino, com um ex-007...

O filme mais apupado: pode acontecer a todos, mas na competição da 81.ª edição do Festival de Veneza, que prossegue até sexta-feira, aconteceu a *Queer*, de Luca Guadagnino. Assim se vai consolidando a reputação "inadaptável", intransponível, de William S. Burroughs. Recorde-se *O Festim Nu*, de David Cronenberg (1991)...

Queer, o segundo, e curto, romance de um dos maiores protagonistas da geração Beat, foi publicado em 1985, mais de três décadas depois de ter sido escrito. Dava continuação às aventuras da personagem de William Lee com a morfina e com a cocaína tal como iniciadas em *Junkie* (1953).

Há 30 anos, também, que Luca Guadagnino queria tornar esse livro parte do seu fluxo cinematográfico, depois de se ter visto marcado, "mudado", na adolescência pela sua leitura. Esse desejo concretizou-se ainda durante a rodagem de *Challengers* (2024), aquela *screwball comedy* interrompida por sequências de ténis, quando Justin Kuritzkes começou a trabalhar no argumento. Como Luca Guadagnino se tornou o mais prolífico dos realizadores, o filme já está aqui.

Daniel Craig é William Lee, duplo de Burroughs: um expatriado americano nos bares da Cidade do México (que para *Queer* foi criada pelos artesãos da Cinecittà de Roma) não desiste de fazer avanços sobre o jovem Allerton (Drew Starkey) até conseguir o que quer, e de perseguir uma droga chamada *yage*. Em Burroughs as carnes são frias, a intimidade (a falta dela) é mórbida, o sexo é *gay* mas é solitário, sobretudo porque há mais do que uma pessoa envolvida nele.

A excitação foi fabricada pela expectativa: ver o ex-007 Daniel Craig no universo de *Queer*, que Guadagnino já disse ser o seu filme mais pessoal e mais "explícito" – não se referia só às cenas de sexo homossexual mas também à suposta audácia da coexistência entre a realidade e a alucinação para a qual, imagine-se, o cineasta italiano se socorre da referência à dupla Michael Powell-Emeric Pressburger.

"007 é *gay*"? Luca Guadagnino pediu "mais respeito". Só mesmo a uma certa imprensa, que começa já a querer simplificar e a pendurar *Queer* como "caso" da categoria dos mais explícitos do *mainstream*, foi necessário o realizador e o actor principal explicarem, por A mais B, que não há nada de íntimo numa rodagem de cenas de sexo, incómodas porque está toda a equipa a assistir, que se trata de uma coreografia, com coreógrafo e tudo, e que por isso os actores trataram de libertar a sua fisicalidade e ao menos divertem-se.





Em baixo: Daniel Craig e Drew Starkey em *Queer;* em cima: *Harvest*, da grega Athina Rachel Tsangari, uma prova penosa, e *The Antique*, da georgiana Rusudan Glurjidze, retirado de Veneza por ordem judicial

***Queer* é um filme respeitoso, até mesmo modesto, quer quanto ao sexo, quer quanto às drogas: Luca Guadagnino não se suja**

Mais rabo menos rabo, mais alucinação menos alucinação, *Queer* é um filme bastante respeitoso, até mesmo modesto num caso como noutro. Quando não mesmo um filme deslumbrado pela "arte" e, afinal, intimidado pelo sexo. Luca Guadagnino é um realizador "beto". Não (se) suja.

Entretanto, um caso de abandono sustentado da sala ao longo das mais de duas horas de sessão: *Harvest*, de Athina Rachel Tsangari, um elo da "nova vaga" do cinema grego que deu ao mundo também Yorgos Lanthimos, de cujos filmes iniciais aquela foi produtora. Em 2010, com o seu *Attenberg*, figurou no palmarés de Veneza com um prémio de interpretação à actriz Ariane Labed. Já o actual *Harvest* é uma espécie de *western* inglês, com interpretação de Caleb Landry Jones, prémio de interpretação em Cannes 2021 por *Nitram*. Filma o desaparecimento de um mundo com a invasão dos "estrangeiros", aqueles que trazem as primeiras rupturas do que seria a Revolução Industrial, como se fosse um auto medieval. O exercício de tragicomédia, de apelo estimulante, redunda numa prova penosa.

FOTOS: DR



Um caso de censura russa?

O melhor não terá exibição no festival, onde estava programado na secção paralela Venice Days: *The Antique*, de Rusudan Glurjidze, realizadora georgiana. Uma determinação de um tribunal veneziano a pedido de três companhias de produção, e a reboque de um suposto diferendo de direitos de autor sobre o argumento, levou os programadores da secção a suspenderem as sessões.

Para a realizadora, trata-se de uma campanha russa de censura – "Estou no meio da Europa e estou a ser censurada, isso é preocupante", disse, citada pela imprensa internacional – motivada pelo facto de a história se passar em 2006 e documentar a deportação de milhares de georgianos da Rússia para o seu país. Ainda segundo Rusudan, trata-se do último filme filmado na Rússia por um cineasta estrangeiro e chegou a ser apreendido na fronteira, porque as autoridades russas queriam impor a reescrita de cenas – valeu o facto de haver mais do que uma cópia.

Se assim for, é preocupante e bizarro. Porque o episódio referido ocupa apenas os minutos finais de *The Antique* e nenhum espectador – ocidental? – se prenderia a esse pormenor ou se lembraria de o descrever por aí. Antes... pela forma como a fotogenia pesada de São Petersburgo se revela; pela circulação dos objectos, que nos lembra que Rusudan Glurjidze, de quem conhecíamos o primeiro filme, *House of Others*, é do país de Otar Iosseliani; pelo tom peripatético, burlesco-apocalíptico; pelo par principal, um idoso que quer vender o seu grande e antigo apartamento com a condição de ele fazer parte do pacote, e a rapariga georgiana que o compra.

O 24 Volts vai da Amazónia ao ilusionismo, da dança ao teatro

Mariana Duarte

Quinta edição do encontro reúne nomes de Portugal e da América Latina: João Fiadeiro, AzkonaToloza ou Gaya de Medeiros



DR

***I am Sitting in a Room Different From the One You Are In Now*, de João Fiadeiro, com Jorgette Dumby**

Num ano em que o cinquentenário do 25 de Abril tem sido um dos temas recorrentes nos palcos portugueses, o 24 Volts — Encontro Internacional de Artes Performativas contorna a tendência. Mas não totalmente.

O programa da quinta edição do encontro — a decorrer na Central Eléctrica, no Porto, de hoje até sábado — foi concebido a partir de reflexões sobre esta efeméride. "Tenho acompanhado o movimento que o país tem vivido em torno das celebrações do 25 de Abril e do reconhecimento de um gesto realizado no passado que é essencial para o entendimento do presente e para a construção de um futuro", introduz Pedro Vilela, encenador brasileiro radicado no Porto e curador deste programa, que tem entre as suas principais missões a de conectar artistas de Portugal e da América Latina, a viver dentro ou fora do território nacional.

"Enquanto estrangeiro, é muito especial perceber todo esse movimento que o país vive. Venho do Brasil, onde o fim do período ditatorial é pouco celebrado e talvez por isso a gente tenha feito esse avanço à extrema-direita de uma maneira mais fácil", observa. "Ao mesmo tempo, nestas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, me questionei sobre o foco numa única narrativa desse passado, sem olhar para ele de diferentes prismas."

Indirectamente, Pedro Vilela propôs-se "implodir com essa visão" e exercitar outros olhares que conectem passados, presentes e futuros. "No fundo, trata-se de um deslocamento, que talvez seja uma das grandes complexidades que esse país precisa enfrentar: deslocar-se temporalmente, filosoficamente, conceptualmente e sociologicamente; reconhecer o outro e outras narrativas", desafia o programador. Nessa linha de pensamento, surge no 24 Volts o ciclo *Dar Corpo*, uma versão compactada do programa original que decorreu entre Junho e Julho no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, com uma selecção de peças coreografadas por João Fiadeiro nos últimos 35 anos.

"Trata-se de reconhecer um gesto activado no passado, no início da Nova Dança Portuguesa, e que ainda hoje gera marcas na produção de dança em Portugal", aponta Pedro Vilela. O 24 Volts apresenta três espectáculos de *Dar Corpo*, ciclo no qual se questiona os processos de transmissão e de passagem de testemunho desse arquivo vivo e efémero que é a dança.

As coreografias de João Fiadeiro são interpretadas por outros corpos, reunindo bailarinos e criadores brasileiros, angolanos e portugueses, (mais uma) prova de que hoje a dança contemporânea em Portugal é mobilizada por artistas de diferentes nacionalidades. O primeiro espectáculo a entrar em cena, hoje, é *Ça Va Exploser*, protagonizado por Bruno Brandolino, Leonor Mendes e Vi Lattaque. Seguem-se, na sexta-feira, *I am Sitting in a Room Different From the One You Are In Now*, interpretado pela angolana Jorgette Dumby, e, no sábado, *Self(ish)-Portrait*, pelo brasileiro Andrei Bessa.

Paragens obrigatórias serão também *Copoazú*, da dupla chileno-espanhola AzkonaToloza, e *Life Is Not Useful (Or It Is What It Is)*, do brasileiro Bruno Freire, ambos sobre a Amazónia. Em *Copoazú* (sexta-feira), olha-se para os últimos cinco séculos de história do território amazónico brasileiro de forma a tentar compreender "todo o processo de extractivismo que se inicia com as seringueiras e que desemboca hoje na mineração", contextualiza Pedro Vilela. Os AzkonaToloza regressam à Central Eléctrica com esta leitura performática, aqui activada por artistas brasileiros a residir em Portugal.

Já em *Life Is Not Useful (Or It Is What It Is)*, que terá lugar no sábado, Bruno Freire lê e interpreta textos do filósofo e ambientalista Ailton Krenak, o primeiro líder indígena a ser eleito para a Academia Brasileira de Letras. "Quando eu falava sobre deslocamento, tem também a ver com a compreensão e aceitação de outras formas de vida fora do capitalismo. Um movimento contracolonial que vem sendo feito por filósofos como Krenak ou Nêgo Bispo", refere Pedro Vilela.

No que toca a artistas internacionais, o 24 Volts recebe ainda *Iterations*, um espectáculo de ilusionismo do britânico Tom Cassani criado a partir da repetição "de um único gesto, de um único número de ilusionismo feito e desfeito sob diferentes prismas". Para Pedro Vilela, não é só uma peça de magia, mas também de dança. "Ele faz dança a partir de uma moeda, de uma máscara, de uma acção ilusionista. Do programa, é a obra que eu tenho mais curiosidade em ver como será a reacção do público."

Na programação nacional, a Central Eléctrica será o palco, hoje e amanhã, da primeira encenação de Patrícia Gonçalves, cúmplice do Teatro Experimental do Porto. *Metodologias para um corpo sem norte*, em co-criação com Miguel Fonseca, debruça-se sobre um homem que "coloca a vida à venda, num local muito longe, na companhia de um rádio e de uma árvore com um único limão". No dia seguinte, Gaya de Medeiros traz novamente ao Porto, após passagem pelo DDD — Festival Dias da Dança, *Pai para Jantar*, numa versão revista e actualizada. A bailarina e coreógrafa brasileira sediada em Lisboa pega na sua biografia para desconstruir arquétipos ligados à paternidade, à masculinidade e ao patriarcado, numa abordagem tão física quanto poética, sem moralismos nem antagonismos.

Em mostra de processo estarão os projectos *Tambor* (sábado), da coreógrafa venezuelana radicada em Portugal Melissa Peréz Sousa, e *Salvalavalma* (sexta-feira), de Dori Nigro e Paulo Pinto, dupla brasileira a viver no Porto que regressa ao Volts com "um ritual ancestral de limpeza e purificação" em que o público poderá participar de uma maneira mais imersiva: ou seja, tomando banho.

O 24 Volts encerra no sábado com um concerto das Docinhas, que lançaram novo álbum este ano, e um DJ set de Saya, investigadora musical e activista galega com raízes palestinianas.

Direcção de mais cinco equipamentos a concurso

Segunda fase abrange Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém e os museus do Azulejo, Machado de Castro e de Lamego

Foram lançados anteontem concursos internacionais para a direcção de cinco equipamentos culturais do país e ainda para a curadoria da Colecção de Arte Contemporânea do Estado (CACE), anunciou a Museus e Monumentos de Portugal (MMP): estão agora em causa os futuros dirigentes do conjunto formado pelo Mosteiro dos Jerónimos e pela Torre de Belém, em Lisboa, do Museu Nacional do Azulejo, também na capital, do Museu Nacional de Machado de Castro, em Coimbra, e do Museu de Lamego.

Na sequência da reorganização orgânica da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), que entrou em vigor em Janeiro, tinham já sido abertos, a 31 de Julho, os primeiros concursos internacionais, para as direcções do Laboratório José de Figueiredo, em Lisboa, e para o Museu de Alberto Sampaio, o Paço dos Duques de Bragança e o Castelo de Guimarães, todos naquela cidade, cujo prazo termina hoje.

O prazo para submissão de candidaturas desta segunda fase dos procedimentos de selecção decorre até 2 de Outubro, adianta a MMP, esclarecendo que os mandatos em causa serão exercidos em regime de comissão de serviço com a duração de três anos (2024 a 2027), que poderá ser renovada por iguais períodos.

Os júris dos concursos, designados pelo conselho de administração da MMP com a homologação da ministra da Cultura, Dalila Rodrigues, integram elementos nacionais e estrangeiros, incluindo académicos, investigadores e especialistas nas áreas da cultura, do património e da museologia, assim como representantes de associações profissionais do sector.

Podem candidatar-se ao procedimento licenciados que possuam conhecimentos e competências sólidas na área da museologia ou na área patrimonial, e com aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e gestão.

Até ao final do ano serão lançados os concursos para os restantes equipamentos da MMP, que tem como objectivos a "gestão dos museus, monumentos e palácios nacionais", bem como a sua salvaguarda patrimonial, "e a execução da política museológica nacional". **Lusa**

Guia



publico.pt/motores

Rimac Nevera R, mais leve e potente, e mais rápido
Há uma versão apimentada do já por si bem temperado Nevera (e preço a condizer: 2,5 milhões antes de impostos). Com edição limitada a 40, o Nevera R dispõe de 2107cv, gerados por quatro motores eléctricos, um por roda, ao mesmo tempo que chega com uma bateria nova, mais leve, que permitiu emagrecer o hipercarro em mais de 30 quilos! De 0 a 200 km/h, são 4,38s.

Audi Q5 acelera para a terceira geração ainda a combustão

SUV adopta nova plataforma, que lhe permite reivindicar maior agilidade e eficiência. Chega a Portugal em 2025, prevendo-se que se apresente desde 70 mil

FOTOS: DR



Carla B. Ribeiro

Ainda há vida no mundo a combustão, como a terceira geração do Audi Q5 parece querer provar. É certo que todas as opções mecânicas chegam com apoio eléctrico, com um sistema de hibridização suave de 48V, que controla consumos e respectivas emissões, assim como fornece um pouco mais de emoção às acelerações. Mas, para já, o que dá cartas é a gasolina, nas declinações 2.0 TFSI de 204cv e V6 biturbo de 367cv (disponível no topo de gama SQ5), e o gasóleo, com o conhecido 2.0 TDI, também a debitar 204cv. No caso da entrada de gama a gasolina, é possível configurar o automóvel com tracção dianteira ou integral, que recorre à tecnologia quattro. Já o Diesel e o SQ5 são propostos apenas na versão de quatro rodas motrizes.

Assente na nova plataforma PPC, desenhada para os motores a combustão e estreada recentemente com o novo A5, a terceira geração do Q5 apresenta-se ligeiramente mais comprida que a geração que substitui (são 4717mm) e mais larga (menos de um centímetro), mantendo as dimensões tanto na altura como na distância entre eixos. No entanto, ao primeiro olhar, o SUV aparenta estar maior e mais longo – uma percepção criada por uma linha de ombros alta e também bem musculada.

Na frente, a Audi jogou a carta de “em equipa que ganha não se mexe”. Mantém-se assim a Singleframe, com novos grupos ópticos, em LED de série, mas que se podem apresentar em Matrix, o que abre a possibilidade de ter oito assinaturas de luz distintas. Atrás, com as OLED, é possível dispor de iluminação activa.

Já no habitáculo é onde se podem encontrar as maiores diferenças. Os materiais continuam a primar pela elevada qualidade, mas houve uma preocupação em dotar o interior com uma iluminação que proporcionasse um ambiente ainda mais exclusivo (e as luzes foram desenhadas e programadas para “conversarem” com o condutor, passando-lhe informação relevante sobre vários aspectos, nomeadamente de segurança). A versatilidade também foi melhorada, com a adopção de um banco traseiro que pode ser ajustado longitudinalmente, mas também com costas que podem ser inclinadas. A capacidade da mala varia entre os 520 litros e os quase 1500, com a segunda fila rebatida, mas o automóvel não se acanha na altura de oferecer espaços de arrumação, com destaque para a consola central, onde pode ser encontrada uma bandeja para carregar o telemóvel, que é refrigerada.

Na conectividade, a Audi não poupou esforços, tal como já se observara nos seus mais recentes lançamentos: o Audi virtual *cockpit*, de 11,9’’, une-se ao ecrã MMI, táctil, de 14,5’’, para desenhar uma superfície ligeiramente curva. Opcionalmente, o passageiro também pode usufruir de um ecrã, de 10,9’’. Todos os conteúdos estão constantemente a ser actualizados *over-the-air*.

O novo Audi Q5 deverá chegar ao mercado nacional no arranque de 2025, mas espera-se que as encomendas abram ainda durante este mês. Não havendo preços anunciados, estima-se que a comercialização arranque nos 70 mil euros.





Assente na nova plataforma PPC, a terceira geração do Q5 apresenta-se ligeiramente mais comprida

Na frente, continua a dar cartas a conhecida Singleframe

Novidade

Hyundai Bayon mantém sensatez com maior funcionalidade

Aquele que é provavelmente o mais europeu entre a gama da sul-coreana Hyundai destacou-se desde o seu lançamento pelo seu sentido prático e racional. No entanto, a marca considerou que havia por onde melhorar ambos os aspectos, apresentando, três anos após a estreia, uma actualização pensada para incrementar os níveis de funcionalidade.

O *crossover* compacto continua a ser um utilitário, inclusive no preço (desde 24.410€), mas estiva ainda mais as suas valências familiares, com as quais já tinha conquistado fãs. E, claro, com um design pensado “na Europa para a Europa”, no qual não faltam os códigos estéticos tão apreciados dos SUV, que, nos últimos anos, conquistaram a preferência de mais de metade dos europeus. Entre as novidades, há um novo desenho do pára-choques dianteiro (mas também traseiro) e da grelha, ao mesmo tempo que o conjunto de luzes dianteiras passam a apresentar-se como uma linha contínua, beneficiando de luzes diurnas em LED.

O seu lado funcional, a começar por um desafogado habitáculo, passa a ser sublinhado por uma nova iluminação ambiente, estudada para potenciar a sensação de espaço e de conforto, independentemente do lugar que se assume. Como opção, há iluminação que pode ser ajustada consoante os modos de condução ou simplesmente o gosto. Com esta actualização, o Bayon passa ainda a integrar todos os sistemas obrigatórios para a sua comercialização na Europa, com alerta de fadiga do condutor, que funciona em conjunto com o alerta de saída do veículo da frente, sistema de acompanhamento à faixa de rodagem, a assistência de prevenção de colisão frontal e o *cruise control*. Tanto estes sistemas como todos os aspectos da conectividade e infoentretenimento prometem estar sempre em dia, com as actualizações *over-the-air* (OTA).

Guia

Cinema

Porto

Cinema Trindade
R. Dr. Ricardo Jorge. T. 223162425
Sonata de Outono M12. 14h15; **Ritual** 16h; **Histórias de Bondade** M16. 21h; **Elis & Tom: Só Tinha de Ser com Você** M12. 17h30; **Geração Low-cost** M14. 16h30, 19h30; **Sobretudo de Noite** M12. 14h30; **Motel Destino** M14. 17h30, 21h30

Cinemas Nos Alameda Shop e Spot
R. dos Campeões Europeus 28 198. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 11h, 13h20, 15h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 10h50, 13h40, 16h20, 18h50 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 14h30, 17h30, 20h50; **Oh Lá Lá!** M12. 18h40, 21h; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h, 16h, 19h, 21h50; **O Corvo** M16. 18h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 12h30, 15h20, 18h10, 21h20; **Um Sinal Secreto** M14. 21h30; **Campeões 2** 12h50, 15h40; **Hellboy e o Homem Torto** 17h50, 21h10; **Um Gato Com Sorte** M6. 12h40, 15h10 (VP)

Medeia Teatro Municipal Campo Alegre
R. das Estrelas. T. 226063000
O Rosto M16. 21h30

Aveiro

Cinemas Nos Glicínias
C.C. Glicinias, Lj 50. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 11h, 13h45, 16h20 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 10h50, 13h20, 16h, 18h40 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 14h15, 17h20, 20h30, 23h50; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h30, 16h30, 19h30, 22h30; **O Corvo** M16. 00h10; **Alien: Romulus** M16. 18h50, 21h40, 00h20; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 12h30, 15h15, 18h, 20h45, 23h30; **Campeões 2** 21h10; **Hellboy e o Homem Torto** 19h, 21h30; **Um Gato Com Sorte** M6. 11h10, 14h, 16h40 (VP); **Play Dead: Escapar ou Morrer** 24h

Braga

Cinemas Nos Braga Parque
Quinta dos Congregados. T. 16996
Gru 4 M6. 11h20, 14h, 16h30 (VP); **Na Terra de Santos e Pecadores** 15h40; **Divertida-Mente 2** M6. 11h, 13h30, 15h50, 18h20 (VP) 19h (VO); **Podia Ter Esperado por Agosto** 18h40; **Deadpool & Wolverine** M12. 12h30, 15h20, 18h10, 21h05, 23h55; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h10, 15h, 18h, 21h, 24h; **Duchess Implacável** M16. 21h40, 00h30; **O Corvo** M16. 13h40, 16h20; **Alien: Romulus** M16. 12h55, 18h30, 21h20, 00h10; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 12h50, 13h20, 15h30, 16h, 18h30, 21h15, 21h35, 00h05, 00h20; **Um Sinal Secreto** M14. 19h20, 21h50; **Campeões 2** 16h25; **Hellboy e o Homem Torto** 18h45, 21h10, 23h40; **Um Gato Com Sorte** M6. 11h10, 14h10 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** 21h20, 23h50; **Play Dead: Escapar ou Morrer** 00h15

Cineplace Nova Arcada - Braga
C. C. Nova Arcada, Av. De Lamas.
Gru - O Maldisposto 4 M6. Xplace Atmos - 12h, 14h, 16h (VP); **Na Terra de Santos e Pecadores** 21h20; **Divertida-Mente 2** M6. Xplace Atmos - 13h, 15h, 17h10, 19h20 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 14h, 16h40, 19h20, 22h; **Isto Acaba Aqui** M12. 16h50, 21h30; **Super Wings O Filme** M6. 12h30 (VP); **Duchess Implacável** M16. 19h20, 21h40; **O Corvo** M16. 19h; **Alien: Romulus** M16. 21h40; **Balas e Bolinhos** 21h20; **Gracie e Pedro - Dupla Improvável** M6. Xplace Atmos - 12h (VP); **Um Sinal Secreto** M14. 19h30; **Campeões 2** 12h, 14h30, 17h, 19h30; **Longing - À Descoberta do Passado** 22h; **Hellboy e o Homem Torto** Xplace Atmos - 18h, 20h10, 22h20; **Greice** 14h30; **Um Gato Com Sorte** M6. 12h, 13h50, 15h40, 17h30 (VP); **Ozi: A Voz da Floresta** M6. 13h, 15h, 17h (VP); **Hellboy e o Homem Torto** 15h, 17h10, 19h20, 21h30

Estreias

24 Frames
De Abbas Kiarostami. M12.
São 24 "cenas", duas horas de filme, realismo imaginado, fabricado e animado, como se uma natureza-morta desenrolasse a sua vida própria, sem precisar de autorização humana.

Greice
De Leonardo Mouramateus. M16
Greice é brasileira e estuda Belas Artes em Lisboa. Um dia é responsabilizada por um incidente na festa de recepção dos caloiros e a sua inscrição é cancelada. Para renovar a sua autorização de residência, ela tem de regressar ao Brasil.

O Monge e a Espingarda
De Pawo Choyning Dorji. M12.
Em 2006, o rei do Butão abdicou do trono com intenções de avançar com a democratização do país. Para que tudo corresse como o esperado, foi anunciada a chegada de uma comissão eleitoral para ensinar a população a votar.

Duchess Implacável
De Neil Marshall. M16.
Um "thriller" de acção que segue Scarlett Monaghan, uma mulher que, no dia em que conhece o amor da sua vida, se vê envolvida no submundo do contrabando de diamantes.

Hellboy e o Homem Torto
De Brian Taylor. M16.
Nesta aventura, Hellboy junta-se a uma especialista em demonologia com quem viaja até aos Apalaches (EUA), onde uma pequena comunidade vive aterrorizada por uma entidade demoníaca.

Um Gato Com Sorte
De Christopher Jenkins. M6.
Quando era ainda um gatinho, Beckett foi adoptado por Rose. Mimado até à exaustão, ele cresceu sem se dar conta de que ao longo do tempo gastou oito vidas e que agora qualquer descuido lhe pode ser fatal.

Campeões 2
De Javier Fesser. M12.
Após terem sido desclassificados do campeonato de basquetebol, a equipa d'Os Amigos, formada por jogadores com deficiência, decidiram separar-se. Mas tudo muda quando uma jovem estagiária de desporto os convence a regressar às competições.

A Menina da Comunhão
De Víctor Garcia. M16.
Espanha, finais da década de 1980. Ao regressarem de uma festa, Sara e Rebeca cruzam-se com uma menina com um vestido de comunhão que, segundo dizem, amaldiçoa quem a vê.

A Origem do Mal
De Cru Ennis, Lee Roy Kunz. M16.
Yulia, uma freira de um convento situado numa zona isolada da Rússia, está grávida de gémeos. Aterrorizada, ela diz que os bebés foram concebidos de forma imaculada e que falam consigo.

Longing
À Descoberta do Passado
De Savi Gabizon. M16.
Daniel Bloch é um homem de negócios com uma vida confortável. Um dia, cruza-se com Rachel, uma antiga paixão, que lhe dá uma notícia devastadora.



Moloch: Sacrifício Demoníaco
De Nico van den Brink. M16.
Um "thriller" de terror que conta a história de Betriek, uma mulher que vive junto a um pântano, nos Países Baixos. Depois de um ataque durante uma noite, ela dá-se conta que há algo de sobrenatural a pairar sobre si.

Não Apagues a Luz
De Andy Fickman.M16.
Um grupo de amigos aluga uma autocaravana para ir para um festival de música. Mas o que parecia ser um momento de companheirismo e alegria depressa se transforma na pior experiência das suas vidas.

Play Dead: Escapar ou Morrer
De Patrick Lussier. M16.
Chloe decide simular a própria morte para ser levada para uma morgue e encontrar provas que podem ilibar o seu irmão, injustamente incriminado num crime.

Ruído Mortal
De T3 (Alessandro Antonaci, Daniel Lascar, Stefano Mandala). M16.
Quando o pai sofre um acidente grave, Emma deixa Nova Iorque e regressa a Itália. Em casa de família, ela encontra um misterioso rádio conectado a uma entidade maligna.

Sem Ar
De Maximilian Erlenwein. M16.
Duas irmãs com experiência em mergulho resolvem mergulhar sozinhas num local isolado. É então que uma delas é atingida por uma rocha e fica presa a 28 metros de profundidade.

As estrelas P

	Jorge Mourinha	Luís M. Oliveira	Vasco Câmara
Alien — Romulus	★★☆☆☆	—	★★☆☆☆
Breves Encontros	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Bruno Reidal- As Confissões...	★★★☆☆	★★★☆☆	★★★☆☆
Greice	★★★☆☆	★★★☆☆	—
A Linha	★★★☆☆	★★☆☆☆	★★☆☆☆
O Longo Adeus	★★★★★	★★★★★	★★★★★
O Monge e a Espingarda	★★☆☆☆	★★☆☆☆	—
Motel Destino	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆	★☆☆☆☆
Nas Sombras	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Na Terra de Santos e Pecadores	—	★★★☆☆	★★★☆☆
Sobretudo de Noite	★★★★☆	★★★☆☆	★★★☆☆
Terra Queimada	★★★★☆	★★★★☆	★★★★☆
Verdade ou Consequência?	★★★★☆	★★★★☆	★★★☆☆
24 Frames	★★★☆☆	★★★★☆	★★★☆☆

● Mau ★☆☆☆☆ Medíocre ★★☆☆☆ Razoável ★★★☆☆ Bom ★★★★☆ Muito Bom ★★★★★ Excelente

Castelo Branco

Cinebox
C.C. Alegro Castelo Branco. Av. General Humberto Delgado. T. 760789789
Divertida-Mente 2 M6. 16h40 (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 13h55; **Oh Lá Lá!** M12. 19h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 14h, 16h30, 21h30; **Alien: Romulus** M16. 19h, 21h40; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 16h30; **Ozi: A Voz da Floresta** M6. 11h10 (VP); **Hellboy e o Homem Torto** 21h35; **Um Gato Com Sorte** M6. 14h, 19h10 (VP)

Gondomar

Cinemas Nos Parque Nascente
Praceta Parque Nascente, nº 35. T. 16996
Gru - O Maldisposto 4 M6. 11h, 12h30, 15h25, 18h15 (VP); **Na Terra de Santos e Pecadores** 18h45; **Divertida-Mente 2** M6. 10h50, 13h20, 16h, 18h40 (VP), 21h40, 00h10 (VP); **Podia Ter Esperado por Agosto** 12h50, 15h50, 18h50, 21h45; **Deadpool & Wolverine** M12. 14h, 17h10, 21h, 00h05; **Armadilha** M12. 18h30; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h40, 15h40, 18h50, 22h; **Alien: Romulus** M16. 15h20, 18h20, 21h20, 00h25; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 12h20, 13h40, 15h10, 16h30, 18h, 19h20, 21h15, 22h30, 00h20; **Um Sinal Secreto** M14. 20h30, 23h20; **Campeões 2** 17h, 20h40, 23h40; **Longing - À Descoberta do Passado** 13h10, 15h50, 21h, 00h15; **Hellboy e o Homem Torto** 13h30, 16h10, 21h30, 24h; **Um Gato Com Sorte** M6. 11h, 14h10, 16h45 (VP); **O Jogo da Rainha** 10h50, 14h05 (VP)

Guimarães

Castello Lopes - Espaço Guimarães
25 de Abril, Silvares. T. 253539390
Gru - O Maldisposto 4 M6. 14h30 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 14h15, 16h30, 18h45, 21h; **Deadpool & Wolverine** M12. 13h35, 16h10, 18h45, 21h20; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h20, 16h, 18h40, 21h20; **Alien: Romulus** M16. 19h05; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 16h45, 19h10, 21h35; **Hellboy e o Homem Torto** 21h35; **Um Gato Com Sorte** M6. 14h45, 16h55 (VP)

Castello Lopes - Guimarães Shopping
Lugar das Lameiras. T. 253520170
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h25, 15h40, 17h55 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 14h15, 16h30, 18h45, 21h; **Deadpool & Wolverine** M12. 13h35, 16h10, 18h45, 21h20; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h20, 16h, 18h40, 21h20; **Alien: Romulus** M16. 21h30; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 14h20, 16h45, 19h10, 21h35; **Hellboy e o Homem Torto** 13h10, 17h20, 19h30, 21h40; **Um Gato Com Sorte** M6. 15h15 (VP)

Maia

Castello Lopes - Mira Maia Shopping
Lugar das Guardeiras. T. 229419241
Gru - O Maldisposto 4 M6. 13h20, 15h35, 17h50 (VP); **Divertida-Mente 2** M6. 14h15, 16h30, 18h45, 21h (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 21h20; **Isto Acaba Aqui** M12. 13h20, 16h, 18h40, 21h20; **Balas e Bolinhos** - 14h20, 16h45, 19h10, 21h35

Cinemas Nos MaiaShopping
C.C. Maiashoping, Lj 2.43. T. 16996
Divertida-Mente 2 M6. 13h40, 16h10, 19h (VP); **Deadpool & Wolverine** M12. 12h20, 15h10; **Isto Acaba Aqui** M12. 12h40, 15h30, 18h30, 21h20; **Alien: Romulus** M16. 21h40; **Balas e Bolinhos - Só Mais Uma Coisa** 13h, 15h50, 18h40, 21h30; **Hellboy e o Homem Torto** 18h, 21h; **Um Gato Com Sorte** M6. 13h20, 15h20 (VP); **Beetlejuice Beetlejuice** 19h, 21h30

Lazer

TEATRO

Os Caranguejos de Istambul
BRAGA Theatro Circo. Dias 4/9 e 5/9, às 21h30. M/16. 10€
Estreada em Junho passado no Seixal, a peça do Teatro da Terra evoca os 50 anos do 25 de Abril, centrando-se numa geração e nas suas expectativas políticas. Com dramaturgia de António Cabrita e encenação de Maria João Luís, uma comédia social que conta a história de Artur e Vítor, "nascidos em África e filhos de colonos (...), que resolveram embarcar no espírito do tempo, romper com as famílias e ficar no país novo", descreve a sinopse. Décadas passadas, com famílias mestiças e em idade de balanços, "receiam concluir que o mundo é que os mudou e que a globalização desmantelou todos os valores em que acreditavam". António Simão e Paulo Pinto compõem o elenco.

ARTES

Encontro de Artes Performativas
SANTA MARIA DA FEIRA Imaginarius Centro Criação. De 1/9 a 7/9. Grátis, sujeito a inscrição prévia em encontrodeartesperformativas@gmail.com
"A liberdade é a persistência do riso de quem aguentá-lo pode sem esgar." É com este manifesto que se apresenta a segunda edição do evento organizado pelo Ballet Contemporâneo do Norte, que explora as ideias de "resistência, revolução, comemoração, participação e cidadania" através das artes performativas. Alinha 37 artistas de quatro países (entre eles, estão nomes como Miguel Pereira, Joclécio Azevedo, Mariana Tengner Barros ou Fernando Mota) e propostas de dança, música e *performance*, incluindo ainda *workshops* e a apresentação de um livro.

24 Volts — Encontro Internacional de Artes Performativas
PORTO Central Eléctrica do Freixo — CACE Cultural do Porto. De 4/9 a 7/9. M/16. Grátis
Com uma forte presença de artistas internacionais, a quinta edição do encontro organizado pela Circolando convoca a arte de Patrícia Gonçalves, João Fiadeiro, Gaya de Medeiros, Dori Nigro, Paulo Pinto, AzkonaToloza e Tom Cassani, entre outros.

Jogos

Jogue também *online*. Palavras cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos



Euromilhões    
7 9 11 16 45 2 5

1.º Prémio 131.000.000€

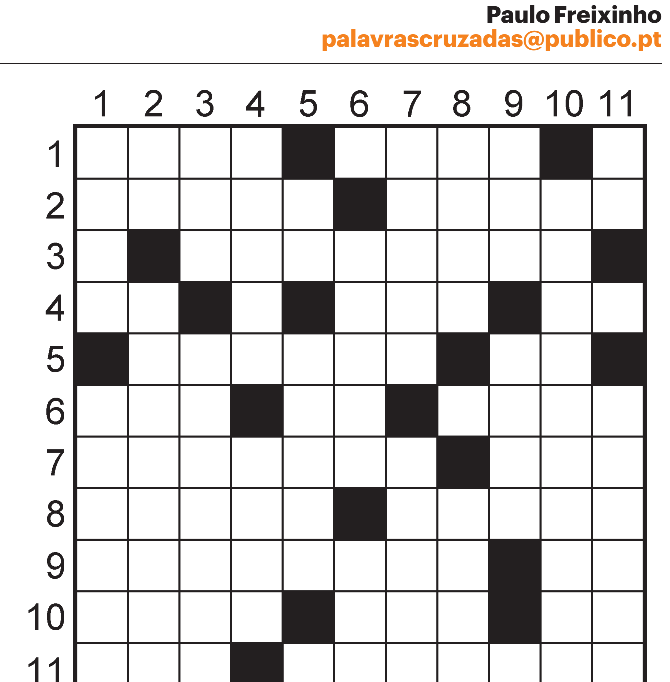
Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Cruzadas 12.543

Paulo Freixinho
palavrascruzadas@publico.pt

HORIZONTAIS: 1. Medidas para apoiar a compra desta por jovens fazem subir procura e preços. Puxado. **2.** Desejo ardente. Boldrié, cinturão. **3.** David (...), liderou o consórcio que, em 2015, comprou a TAP com empréstimo com garantia da própria empresa. **4.** Preposição que indica lugar. Único. Nesse lugar. **5.** Afasta. Plural (abrev.). **6.** Pronome pessoal masculino. Um senhor abreviado. Caminhos. **7.** Convocaram greve nacional para 24 e 25 de Setembro. Poema lírico. **8.** "Conselho de amigo, (...) do céu". Culpa (poét.). **9.** Gabi (...), esteve no Porto a discutir o próximo programa de financiamento europeu para a ciência. Prefixo (repetição). **10.** Junta. Um certo. Estrada Nacional. **11.** Grande porção. Precipita.
VERTICAIS: 1. Pode estar dentro. Comer à pressa (pop.). **2.** Prefixo que exprime a ideia de privação. De má índole. **3.** Símbolo de seno (Matemática). Libertar de um castigo ou de uma situação de inferioridade. **4.** Bater as asas. Habitação de madeira das regiões florestais da Rússia, generalizada entre os povos do Norte da Europa e da Ásia. **5.** Orçamento do Estado. Deixa escorrer. **6.** Turvo (líquido). Radiotelevisão Portuguesa (sigla). **7.** Deusa da guerra e da ciência entre os Gregos. Acalmar. **8.** Galho. Rebole. **9.** Onda nos estádios. Inferior. **10.** Usados para doenças como a asma, Portugal teria de plantar anualmente 1,3 milhões de árvores para anular a pegada carbónica destes. **11.** Símbolo de centímetro. Impávida.

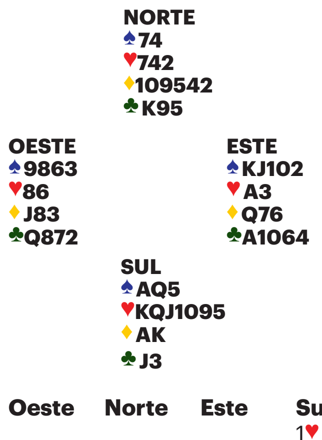
Solução do problema anterior
HORIZONTAIS: 1. Estudantes. **2.** Mia. El. Um. **3.** Lufthansa. **4.** Acelera. EC. **5.** Tri. Sicília. **6.** Il. Coze. Etc. **7.** Aspa. Rb. Oh. **8.** Terra. Amua. **9.** Sinai. CNE. **10.** Ena. Chainho. **11.** Marrom. Ruas.
VERTICAIS: 1. Empatia. Sem. **2.** Si. Cristina. **3.** Talei. Penar. **4.** Ul. Cara. **5.** Defeso. Rico. **6.** Altriz. Hm. **7.** Hacer. Ca. **8.** Toa. Banir. **9.** Nele. Menu. **10.** Suscitou. Ha. **11.** Ma. Achados.



Bridge

João Fanha
fanhabridge.pt

Dador: Este
Vul: NS



Oeste	Norte	Este	Sul
			1♥
passo	passo	X	3♥
passo	4♥	Todos passam	

Leilão: Qualquer forma de Bridge.

Carteio: Saída: 8♥. O adversário em Este faz o Ás de trunfo e devolve o 3, Oeste assiste. Qual é a melhor linha de jogo?

Solução: se ainda ficou com o 5 de copas na mão, então está em boa posição para cumprir esta partida. Prenda o 5 com o 7 do morto e faça a passagem a espadas, que é a única condição necessária para cumprir. Depois resta cortar uma espada no morto e tem garantidas as dez vazas do contrato. Se não teve o cuidado de desbloquear um dos trunfos maiores de Sul sob o Ás de Este, então bem pode tentar de diversas maneiras que acabará sempre com um cabide...

Considere o seguinte leilão:

Oeste	Norte	Este	Sul
	1♠	passo	1ST
passo	2♣	passo	3♣
passo	3♥	passo	?

O que marca em Sul com a seguinte mão?
♠ 98 ♥A9 ♦Q862 ♣KJ963

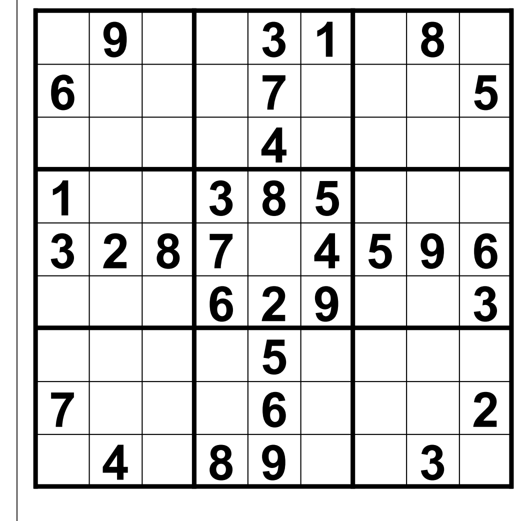
Resposta: Marque 5♣. O parceiro acaba de descrever uma mão com um curto a ouros, e uma boa mão na zona 15-17. Estamos máximos e com uma má defesa a ouros para jogar em sem trunfo, 5♣ tem que ser um bom contrato. A voz de 3♠ faria sentido com uma figura à segunda. 4♣ não faz justiça a esta mão.

Não deixe de experimentar os nossos problemas *online*, em www.publico.pt. Ainda não é obrigatório ser assinante, basta efetuar o registo do seu nome e endereço de *email*. Carteio ou leilão, tem à sua disposição centenas de desafios!

Sudoku

© Alastair Chisholm 2008
www.indigopuzzles.com

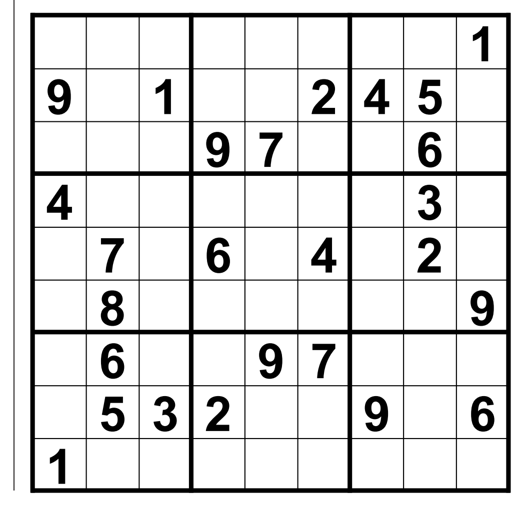
Problema 12.850 (Fácil)



Solução 12.848

3	2	5	4	8	1	7	6	9
9	6	4	7	2	3	5	8	1
7	1	8	5	9	6	3	2	4
6	5	3	1	4	8	9	7	2
8	4	1	9	7	2	6	3	5
2	7	9	6	3	5	4	1	8
4	8	6	2	5	7	1	9	3
5	3	7	8	1	9	2	4	6
1	9	2	3	6	4	8	5	7

Problema 12.851 (Média)



Solução 12.849

9	2	6	4	7	1	3	8	5
7	3	5	6	9	8	4	2	1
1	8	4	3	2	5	7	9	6
3	9	8	1	4	6	2	5	7
5	4	2	9	3	7	1	6	8
6	7	1	5	8	2	9	3	4
2	1	3	8	5	4	6	7	9
8	6	9	7	1	3	5	4	2
4	5	7	2	6	9	8	1	3

Guia

CINEMA

O Homem Que Matou Dom Quixote
AXN Movies, 15h43
Toby Grummett (Adam Driver) é um estudante de cinema que vai a Espanha filmar uma versão de *Dom Quixote*. Como protagonista escolhe Javier (Jonathan Pryce), um sapateiro sem experiência na representação, mas que assume o papel de forma convincente e comovente. Passados dez anos, Toby volta a Espanha para fazer um *remake* e descobre que Javier se convenceu de que é o próprio Dom Quixote. Mais: vê Toby como Sancho Pança, o seu escudeiro. Estreada em 2018, em Cannes, esta comédia é obra de Terry "Monty Python" Gilliam.

Patriots Day — Unidos por Boston
Hollywood, 21h30
Dirigido por Peter Berg (que também co-escreve o argumento com Matt Cook e Joshua Zetumer) evoca os eventos de 15 de Abril de 2013, quando duas bombas explodiram durante a maratona de Boston. Mark Wahlberg, J. K. Simmons, John Goodman, Kevin Bacon e Michelle Monaghan compõem o elenco. Daqui a uma semana, neste horário, o Hollywood passa outro olhar sobre este caso: *Stronger – Força de Viver*, um drama de David Gordon Green com Jake Gyllenhaal na pele de um homem que ficou gravemente ferido (ambas as pernas tiveram de ser amputadas) e que se tornou um herói nacional por ter conseguido identificar os autores do ataque.

SÉRIES

Hotel à Beira-Mar
RTP2, 22h01
A série dinamarquesa abre portas à décima temporada. Para trás ficam as tensões e tragédias da II Guerra Mundial. A esperança e a descontracção podem voltar ao horizonte dos hóspedes e do pessoal deste paraíso à beira do mar do Norte plantado – assim consigam combater a ameaça que paira sobre o futuro do próprio hotel.

Lei & Ordem Toronto: Intenções Criminosas
Star Life, 22h20
Estreia-se mais uma série na senda de *Lei & Ordem*, agora uma versão canadiana da norte-americana *Lei & Ordem: Intenções Criminosas* (também em emissão no canal), passada no seio da Unidade Especializada de Investigações Criminais do Departamento de Polícia de Toronto.

Televisão

Os mais vistos da TV
Segunda-feira, 2

	%	Aud.	Share
Cacau	TVI	9,6	20,2
Jornal da Noite	SIC	9,0	18,5
Dilema - Especial	TVI	8,6	17,0
Telejornal	RTP1	7,9	16,9
A Promessa	SIC	7,8	16,3

FONTE: CAEM

RTP1	10,1%
RTP2	1,1
SIC	15,1
TVI	15,3
Cabo	40,6

RTP1

6.00 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **12.59** Jornal da Tarde **14.22** Amor sem Igual **15.19** A Nossa Tarde **17.30** Portugal em Directo

19.07 O Preço Certo

19.59 Telejornal

21.01 Entre o Mar e a Terra

21.40 Joker

22.40 Curral de Moinas — Os Banqueiros do Povo

23.37 Só Como e Bebo. Por Acaso, Trabalho! **0.36** Janela Indiscreta **1.41** Monarch **2.27** Amor sem Igual

RTP2

6.00 A Fé dos Homen s **6.32** Repórter África **7.00** Afazeres do Mês **7.06** Espaço Zig Zag **10.00** Jogos Paralímpicos de Verão — Paris **13.43** Terra de Leões **14.06** Enfermeira ao Domicílio **15.38** A Fé dos Homens **16.14** Espaço Zig Zag **18.00** Jogos Paralímpicos de Verão — Paris **21.07** Terra de Leões **21.30** Jornal 2

22.01 Hotel à Beira-Mar

22.50 Folha de Sala **22.57** Trabalhar para o Inimigo — Trabalhos Forçados no III Reich

23.52 Jogos Paralímpicos de Verão — Paris **1.30** E2 — Escola Superior de Comunicação Social **1.55** Uivo **3.32** Folha de Sala **3.36** Super Diva — Ópera para Todos **4.35** The Last Town — Uma Cidade Contra Silicon Valley **5.30** Nada Será Como Dante **5.59** A Fé dos Homens

SIC

6.00 Edição da Manhã **8.10** Alô Portugal **9.40** Casa Feliz **12.59** Primeiro Jornal **14.25** Querida Filha **16.05** Linha Aberta **16.35** Júlia **18.40** Terra e Paixão

19.57 Jornal da Noite

22.05 A Promessa

22.55 Senhora do Mar

0.10 Nazaré

0.45 Papel Principal — A Vingança **1.05** Travessia **1.45** Passadeira Vermelha **3.05** Terra Brava

TVI

6.15 Diário da Manhã **9.55** Dois às 10 **12.58** TVI Jornal **14.00** TVI — Em Cima da Hora **14.40** A Sentença **15.55** A Herdeira **16.40** Goucha **17.45** Dilema

19.57 Jornal Nacional

21.20 Dilema



22.10 Cacau

23.10 Festa É Festa

0.00 Dilema **2.00** O Beijo do Escorpião **2.35** Sedução **3.25** O Princípio da Incerteza

TVCINE TOP

18.10 Shrapnel **19.40** Noite Violenta **21.30** Drácula: O Despertar do Mal **23.25** Downtown Owl **1.00** Passado Violento **2.30** A Última Execução

STAR MOVIES

17.31 7 Dólares de Sangue **19.10** A Velha Raposa **21.16** O Último Comboio de Gun Hill **22.56** Sol Vermelho **0.59** Shalako

HOLLYWOOD

17.40 Hidalgo — O Grande Desafio **19.55** Viagem ao Centro da Terra 2: Ilha Misteriosa **21.30** Patriots Day — Unidos por Boston **23.45** Tango e Cash **1.30** Lost Girls and Love Hotels

AXN

17.04 S.W.A.T.: Força de Intervenção **17.52** The Rookie **21.08** Hudson & Rex **22.00** Viola Come il Mare **0.14** O Fantástico Homem-Aranha **2.32** Hudson & Rex

STAR CHANNEL

17.10 Investigação Criminal: Los Angeles **18.50** FBI **20.25** Hawai Força Especial **22.15** FBI: International **23.02** Chicago P.D. **0.47** FBI **2.13** Capitão Marvel

DISNEY CHANNEL

17.15 A Maldição de Molly McGee **18.05** Vamos Lá, Hailey! **18.55** Hamster & Gretel **19.40** Os Green na Cidade Grande **20.50** Monstros e Companhia **22.20** Os Green na Cidade Grande

DISCOVERY

17.18 Mestres do Restauro **19.07** Aventura à Flor da Pele XL **21.00** Caçadores de Fantasmas **23.00** Segredos das Catacumbas **0.48** Caçadores de Fantasmas **2.18** A História do Universo

HISTÓRIA

17.08 Grandes Descobertas **20.08** O Inexplicável

ODISSEIA

17.49 Animais: Encontros Épicos **18.35** Serpentes Letais da África do Sul **19.26** Estranha Vida Animal **21.02** Pesca Extrema Abaixo de Zero **22.30** Himbas, Perdidos no Tempo **23.25** O Menino Mongol **23.49** Mortos de Tanto Rir! **1.22** Pesca Extrema Abaixo de Zero

DOCUMENTÁRIO

Uivo
RTP2, 1h55
Eduardo Morais realiza este documentário de homenagem a António Sérgio (1950-2009), radialista, divulgador musical e voz de programas tão emblemáticos como *A Hora do Lobo* (daí o *Uivo* do título), *Rotação* ou *Som da Frente*. Cruza material de arquivo (fotos, algum vídeo, registos áudio) com entrevistas a familiares, amigos, jornalistas, músicos directamente influenciados pelo seu trabalho (Zé Pedro, João Peste, The Gift), companheiros de rádio seus contemporâneos, como Luís Filipe Barros ou Jaime Fernandes, ou seus descendentes, como Álvaro Costa, Nuno Calado ou Miguel Quintão.

INFORMAÇÃO

Grande Entrevista
RTP3, 23h
O jornalista Vítor Gonçalves torna a entrevistar Henrique Gouveia e Melo, que se tornou bem conhecido dos portugueses durante a pandemia, enquanto coordenador da *task force* para a execução do plano de vacinação contra a covid-19. Actualmente, o almirante exerce o cargo de chefe do Estado-Maior da Armada e é apontado como potencial candidato às próximas eleições presidenciais.

TALK-SHOW

Só Como e Bebo. Por Acaso, Trabalho!
RTP1, 23h37
É de amor que se fala nesta sessão. De amor ao pão de queijo, por exemplo, declarado por Fábio Porchat, o anfitrião destas conversas à mesa. Desta vez, as suas convivas/comensais são a cantora Carolina Deslandes, a actriz Inês Castel-Branco, a sexóloga Tânia Graça e a *influencer* Ana Garcia Martins.

INFANTIL

Monstros e Companhia (VP)
Disney Channel, 20h50
Em 2001, Pete Docter assinou esta comédia de animação sobre dois amigos monstros cujo emprego é criar energia através de sustos de crianças. Um dia, cruzam-se com uma pequena humana e isso muda-lhes os planos todos. Um popular filme da Pixar que deu origem a uma sequela de 2013 e, em 2021, uma continuação televisiva, *Monstros: Ao Trabalho!*.

Meteorologia

PORTUGAL

Viana do Castelo 15º 25º
Bragança 10º 27º
Braga 14º 29º
Porto 13º 27º
Vila Real 10º 27º
Aveiro 12º 26º
Viseu 12º 30º
Guarda 11º 28º
Coimbra 10º 28º
Castelo Branco 16º 31º
Leiria 13º 24º
Santarém 13º 32º
Portalegre 14º 30º
Lisboa 17º 28º
Setúbal 15º 29º
Évora 16º 32º
Sines 16º 22º
Beja 16º 33º
Sagres 17º 20º
Faro 21º 25º

14º 2,2m
16º 1,8m
21º 0,8m

Açores

Corvo
Flores 22º 24º
Graciosa
São Jorge 19º 25º
Terceira
Faial
Pico
São Miguel 20º 26º
Ponta Delgada
Sta Maria

26º 1,8m
26º 1,8m
25º 1,5m

Madeira

Porto Santo 20º 25º
Madeira 19º 24º
Funchal

24º 1,0m
24º 1,8m

MARÉS

Preia-mar / Baixa-mar *de amanhã

Leixões	m	Cascais	m	Faro	m
Baixa-mar 10h26	0,7	Baixa-mar 09h58	0,9	Baixa-mar 09h55	0,7
Preia-mar 16h41	3,4	Preia-mar 16h15	3,4	Preia-mar 16h22	3,3
Baixa-mar 22h51	0,6	Baixa-mar 22h22	0,8	Baixa-mar 22h18	0,7
Preia-mar 04h57*	3,2	Preia-mar 04h32*	3,2	Preia-mar 04h36*	3,2

PRÓXIMOS DIAS PORTO

	Quinta-feira, 5	Sexta-feira, 6	Sábado, 7
Mín. / Máx.	11º / 24º	14º / 20º	14º / 20º
Índice UV	Médio	Muito alto	Muito alto
Vento	Fraco	Fraco	Fraco
Humidade	70%	72%	72%

MEDIDOR DE CO2

Mauna Loa, Havai

Partes por milhão (ppm) na atmosfera
Valores por semana

Semana de 25 Ago.	421,12
Há um ano	419,27
Há dez anos	396,42
Semana de 18 Ago.	422,83
Nível de segurança	350
Nível pré-industrial	280

QUALIDADE DO AR

Portugal

- Excelente
- Razoável
- Mau
- Não é saudável
- Nada saudável
- Perigoso

Porto, Coimbra, Lisboa, Évora, Faro

SOL

Nascente 07h09
Poente 20h01

LUA

11 Set. 07h06
18 Set. 03h34
24 Set. 20h52
2 Out. 18h49

Nascente 08h18
Poente 20h44

EUROPA

Oslo, Estocolmo, Helsínquia, Talin, Riga, Copenhaga, Vilnius, Dublin, Londres, Amesterdão, Berlim, Varsóvia, Bruxelas, Praga, Paris, Viena, Budapeste, Genebra, Milão, Roma, Istambul, Lisboa, Madrid, Atenas

TEMPERATURAS ºC

	Mín.	Máx.		Mín.	Máx.
Amesterdão	16	21	Roma	22	31
Atenas	22	33	Viena	18	34
Berlim	19	34	Bissau	26	29
Bruxelas	15	21	Buenos Aires	8	18
Bucareste	17	33	Cairo	25	33
Budapeste	19	34	Caracas	20	30
Copenhaga	17	28	Cid. do Cabo	10	16
Dublin	9	16	Cid. do México	15	24
Estocolmo	15	24	Díli	23	33
Frankfurt	17	24	Hong Kong	27	34
Genebra	16	24	Jerusalém	19	29
Istambul	21	30	Los Angeles	20	32
Kiev	18	28	Luanda	21	27
Londres	14	20	Nova Deli	27	32
Madrid	14	26	Nova Iorque	16	24
Milão	19	29	Pequim	21	28
Moscovo	11	23	Praia	26	30
Oslo	15	20	Rio de Janeiro	21	29
Paris	14	23	Riga	14	28
Praga	18	33	Singapura	26	32

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

"Tenho dois sonhos: treinar na Euroliga e ajudar a selecção"



Filipe da Silva Depois de vários anos como adjunto, o técnico português vai ser o treinador principal do Nanterre, equipa de referência no basquetebol francês. Uma progressão sustentada

Entrevista

José Volta e Pinto

Para uns, Filipe. Para outros, Philippe. Para todos, um dos melhores jogadores da geração mais bem-sucedida do basquetebol português. Filipe da Silva representou a selecção nacional nas duas (e para já únicas) participações lusas em fases finais do Eurobasket, em 2007 e 2011, ao longo de uma carreira brilhante vivida sobretudo por França, com passagens em Portugal no CAB Madeira e na UD Oliveirense. Terminada a carreira de jogador, o base natural de Guimarães continuou ligado ao basquetebol em França, onde iniciou o seu percurso como treinador. Esta temporada, enfrenta um novo desafio: depois de seis anos como adjunto no Nanterre 92, o luso-português de 44 anos vai assumir o comando da equipa, depois de uma temporada em que terminou em quinto lugar na liga, com uma final da Taça da Liga e um apuramento para a Basketball Champions League pelo meio.

O que sente ao iniciar esta nova fase da carreira?

Sensações boas. Foi uma decisão que já foi tomada há mais de um ano e o processo e a passagem de testemunho foi natural. Foi-se criando desde há alguns anos, esse interesse por parte do clube de que fosse eu assumir o cargo depois do Pascal [Donnadieu]. Muitas pessoas me perguntam se sinto pressão por o Pascal ser uma lenda, não só do basquetebol, mas do desporto aqui em França. Não é pressão, é excitação. Estou excitado e motivado em continuar a fazer crescer o clube, e pelo menos tentar mantê-lo no mesmo patamar em termos competitivos. E, claro, com os meus valores de trabalho, humildade e competitividade, tentar sempre ir mais além.

A preparação da época está a ser diferente das anteriores?

Como já assumia há seis anos a organização de toda a preparação da pré-temporada, aí não muda nada. Estava sozinho porque ele [o Pascal Donnadieu] estava na selecção francesa [treinador adjunto desde 2016]. O processo de trabalho é exactamente o mesmo enquanto fui o treinador-adjunto.

Pascal Donnadieu deixa um legado tremendo. Quando o Filipe chegou ao Nanterre em 2018, como seu adjunto, já tinha em vista substituí-lo?

O Pascal já está desde o início no crescimento do clube. São 37 anos sem parar, assumindo sempre a função de treinador. Quando cheguei, havia essa vontade de o Pascal poder ajudar uma pessoa em quem ele confiasse em termos pessoais de qualidade profissional. Foi por isso que fui sempre muito envolvido no dia-a-dia do clube. Talvez a minha chegada lhe tenha permitido começar a liderar a equipa de outra forma, não propriamente como um treinador muito envolvido no dia-a-dia, mas mais num papel de *manager*. Começou a assumir mais esse papel de estar muito mais próximo da equipa na gestão importante do jogo e não tanto no dia-a-dia, no processo de treinos. Para mim, foi uma oportunidade de estar em contacto com equipas onde havia muitos americanos com experiência da NBA, de Espanha, de Itália... Tive oportunidade de lidar com essa qualidade de jogador.

E Pascal Donnadieu vai continuar ligado ao clube?

Fica como director desportivo, que era uma função que já acumulava quando era treinador principal. Tudo o que era gerir o recrutamento, com os agentes, a gestão das deslocações... Estava muito envolvido nas decisões do clube e agora vai assumir mais esse papel de direcção desportiva.

Continua a ser um clube que é gerido em família.

Exactamente. Faltava um director desportivo e resolveu-se dessa forma. Acho que é muito importante, com a experiência que ele tem. E permite-me trabalhar sem ter de falar com os agentes sobre contratos ou conflitos.

Disse ter o objectivo de manter o Nanterre no nível competitivo actual, não será uma tarefa fácil, visto que a equipa vem de uma temporada muito positiva. Que ambições têm nas várias frentes?

O objectivo do Nanterre sempre foi de ser competitivo em qualquer jogo, foi assim que conseguiram ganhar troféus. É jogo a jogo e sem pressão nenhuma. O clube sabe perfeitamente a sua realidade económica, comparando com o Mónaco, o Paris, o ASVEL e o Bourg-en-Bresse. São quatro equipas em que os orçamentos nunca descem dos 10 milhões/ano. A nossa primeira ambição é ser competitivo em qualquer jogo. É tentar ganhar, e é assim que se processa a presença nas decisões finais. Se começamos a decidir que temos de estar só focados na liga, podemos deixar passar uma oportunidade na Champions. Claro que vai existir desgaste físico e mental, mas o desporto é assim. Muito esforço e superação. Devido ao nível demonstrado, vários jogadores-chave acabaram por sair do clube, mas a equipa está a conseguir atrair bons nomes. Que balanço faz da equipa que está a ser construída?

O balanço é positivo. Com o sucesso da época passada, queríamos tentar manter uma grande base da equipa.



FOTOGRAFIAS: DR



Infelizmente, a nossa incapacidade financeira não permitiu manter jogadores como o Joel Ayayi ou o Justin Bibbins. Havia equipas mais poderosas financeiramente para contratar os jogadores. Tentámos manter a mesma linha do ano passado, um equilíbrio entre jovens com potencial e jogadores experientes, que já conhecessem a liga e soubessem como trabalhar com várias competições: o [Paul] Lacombe tem muitos anos a jogar três jogos por semana, o [Roko] Prkacin fê-lo no ano passado. Queria uma equipa com versatilidade, que permitisse jogar de várias maneiras. Claro que vamos ter momentos difíceis. Já sabemos que podemos ter jogos em que não vamos poder ser competitivos, acumulações de derrotas... E aí os jogadores experientes já têm a capacidade de saber liderar nessas situações. Agora, no basquetebol que quero jogar, a posição de base e de 5 [poste] são muito importantes. São jogadores que vão trazer equilíbrio à equipa, por isso também não queremos assinar qualquer um. Têm de ser jogadores que serão uma mais-valia para a equipa. Foi para isso que contratámos o Frank Jackson, que vem de uma época de altos e baixos e tem essa ambição de mostrar realmente o seu valor. Traz a experiência da NBA e da Euroliga e vai acrescentar à equipa [entretanto, o clube já contratou também o interior Justin Tillman].

E haverá espaço para jovens da formação, também.

Aqui no Nanterre apostamos sempre na formação. Este ano vamos confiar no Lucas Fischer, que este Verão foi campeão europeu com a selecção francesa de sub-20. Acredito muito na capacidade dele em ter um papel importante na equipa. E há mais alguns jovens que estão na equipa de sub-21 que podem vir a jogar e a crescer na equipa. É um mix entre jovens e jogadores com experiência que podem permitir ao clube estar bem posicionado para manter o nível.

Com seis anos a trabalhar com o Pascal, o Nanterre já tem um estilo moldado, em parte, à imagem do Filipe da Silva?

De facto, da maneira como trabalhei com o Pascal, fui sugerindo algumas ideias ao longo dos anos. Ele tinha uma filosofia bem própria, que fez sucesso, mas também foi mudando nalguns aspectos. Só um exemplo: nas equipas em que teve muito sucesso, ele tinha só um quatro [extremo-poste], que pouco punha a bola no chão, só queria lançar. E no ano passado tivemos sucesso, com o Desi Rodriguez, que tem uma grande capacidade de 'postear' [jogar de costas para o cesto perto da tabela], como um quatro. Fomos mudando um bocadinho essa ideia. Antigamente, era o cinco a 'postear', e mudámos algumas situações para termos outro jogador a fazê-lo.

Que mudanças tem em mente para a filosofia de jogo da equipa?

Quero acrescentar algumas coisas. Aqui no Nanterre pouco jogávamos saídas bloqueadas, o jogo era muito orientado para o bloqueio directo. Eu vou tentar introduzir situações que não são comuns no basquetebol francês. Situações em que não vamos estar só virados para o bloqueio directo, mas também para saídas bloqueadas. Além disso, a minha ambição é tentar que o nosso jogo nunca pare. O que às vezes acontece na Liga Francesa, com muitos atletas americanos, é que gostam de parar a bola no mesmo sítio. Eu vou tentar que a bola esteja mais viva e que haja mais continuidade. Claro que é um processo muito difícil, porque temos americanos que não estão habituados a jogar este estilo de jogo e a própria formação francesa é muito virada para as qualidades individuais dos jogadores no um contra um. Mas vou tentar criar essas rotinas.

Equilibrar a natureza individual desses jogadores com alguma estrutura que permita garantir essa continuidade.

Sim. E porquê? Porque acho que é muito mais difícil para o adversário quando há várias opções, e porque permite ter um equilíbrio mais importante em termos de ritmo de jogo.

E defensivamente?

Sim, vou ser muito mais agressivo, que é uma coisa de que gosto – e no ataque também, vamos jogar muito rápido.

É ao estilo do Filipe da Silva jogador, também.

Exactamente. Tentar ter essas três virtudes: ser rápido, não parar a bola e ser agressivo dos dois lados do campo. França afirmou-se no contexto internacional com duas medalhas olímpicas seguidas [no masculino e feminino]. Depois de Victor Wembanyama ter sido a primeira escolha no *draft* da NBA de 2023, os dois primeiros escolhidos deste ano também foram franceses. França tem feito alguma coisa diferente nos últimos anos ou isto é só uma boa geração? O que eles têm feito de diferente, e que está agora a dar frutos, é o processo de recrutamento. Em Portugal existe o CAR [centro de alto rendimento] em Ponte de Sor, em que estão lá os 15 ou 16 melhores miúdos a nível nacional. Em França, cada região tem o seu centro de alto rendimento. Cada região começa a fazer esse trabalho de pesquisa nos escalões de sub-14 e sub-15, e começam logo a trabalhar com os melhores da região. E daí saem os melhores para o INSEP [Instituto Nacional de Desporto, Especialização e Performance]. Esta pesquisa permite começar a trabalhar com o jogador mais jovem, dá a possibilidade de que o trabalho técnico seja desenvolvido muito mais cedo com os melhores jogadores. Claro que há o factor físico. Temos a sorte de ser um país com uma cultura muito mista, e isso faz com que consigamos ter a sorte de ter jogadores mais versáteis. Mas porque é que agora aparece um [Zaccharie] Risacher, de 2,06m, a jogar a base e extremo, ou um [Alex] Sarr, de 2,13m, a jogar quase como um extremo, e o próprio Victor [Wembanyama] a jogar como um extremo ou um base? Porque estamos a trabalhar mais cedo os aspectos técnicos nos centros de rendimento regionais. Permite treinar mais os miúdos, dar mais conteúdos e dar-lhes repetições. Isto é algo importante que não há noutros países. Nem Espanha tem esse sistema. Agora os franceses começam a ser melhores que os espanhóis, quando há cinco anos a formação espanhola estava acima da francesa.

Há um ano falou com o PÚBLICO sobre Victor Wembanyama, que se treinou nas camadas jovens do Nanterre. Superou as expectativas ou estava à de uma época de estreia assim na NBA?

Não fiquei surpreendido. Aliás, quando falámos disse que ia acabar com médias de 22 ou 23 pontos, dez ressaltos e primeiro da liga em desarmes – não ficou muito longe disso e acabou em primeiro. A primeira qualidade do Victor é a adaptabilidade. Eu tive a sorte de trabalhar com ele quando ainda era sub-16 e a sua adaptabilidade era fenomenal. O processo de adaptação de qualquer jogador jovem demora algum tempo. Ele faz um jogo contra o Jokic, por exemplo, e o segundo jogo vai ser melhor que o primeiro. E o terceiro ainda melhor que o segundo. Só os grandes jogadores é que conseguem fazer isso.

A única coisa em que fiquei surpreendido foi como, a partir de Janeiro, a sua trajectória foi sempre ascendente. Passou a jogar a 5 e a equipa também começou a habituar-se ao estilo de jogo do Victor – e viu-se a diferença.

Nesta temporada tivemos o primeiro português campeão da NBA. Como avalia o percurso de Neemias Queta?

Incrível, com muita humildade e trabalho, conseguiu atingir algo que é muito difícil de atingir. Há jogadores que estão à espera uma carreira e nunca conseguem ser campeões. Acho que mostrou muito o valor à equipa. Tive a sorte de vê-lo contra o San Antonio [Spurs], em Dezembro. Jogou seis minutos e jogou muito bem. Quando entra em campo, traz algo diferente à equipa. Os Boston Celtics têm o seu estilo de jogo, com os cinco jogadores espaçados. Jogam de outra forma quando o Neemias entra, não é propriamente a filosofia própria de Boston jogar com um poste mesmo interior, mas ele mostrou, de cada vez que entrou em campo, que é uma mais-valia para a equipa. E foi por isso também que fizeram um contrato de longa duração com ele.

É certo que está agora a começar um novo desafio pensado a longo prazo. Mas tem alguma vontade de um dia regressar a Portugal e, quem sabe, chegar ao comando da selecção?

Sim, tenho dois sonhos. Quero um dia ser treinador da Euroliga, que para mim é o mais alto nível. Outras pessoas pensam que a NBA é o nível mais alto. Para mim, em termos de basquetebol, o mais alto nível é a Euroliga. O outro sonho é um dia, se puder, dar continuidade àquilo que fui. Representar o meu país, que sempre foi um sonho enquanto atleta. E é-o agora como treinador, em novas funções. Se surgir essa oportunidade, espero um dia poder ajudar a federação e a selecção.





Em França, estamos a trabalhar mais cedo os aspectos técnicos nos centros de rendimento regionais. Isso é algo que não há noutros países

Sinner e Medvedev vão decidir quem é o maior candidato ao título

Pedro Keul

Beatriz Haddad Maia é a primeira brasileira a chegar aos quartos-de-final no US Open desde 1968

Ao entrarem na segunda semana de um torneio do Grand Slam, todos os jogadores encaram cada ronda como uma final. E essa abordagem será ainda mais real quando os dois únicos campeões de *majors* ainda em prova, Jannik Sinner e Daniil Medvedev, se defrontarem nos quartos-de--final do US Open. Medvedev já sabe o que é ganhar em Nova Iorque, mas o tenista italiano ocupa o primeiro lugar do ranking mundial com todo o mérito e justificação: é o oitavo tenista neste século a chegar aos "quartos" dos quatro *majors* no mesmo ano.

Sinner, que iniciou a época com a conquista do primeiro *major*, na Austrália, tem elevado o nível a cada ronda que passa no US Open. Ontem, derrotou um dos melhores jogadores dos EUA, Tommy Paul (14.º), em três *sets*: 7-6 (7/3), 7-6 (7/5) e 6-1.

A esperança de um desfecho diferente avolumou-se quando Paul liderou por 4-1, mas o italiano somou quatro jogos consecutivos e, no *tie-break*, ganhou quatro pontos de seguida para se colocar em vantagem. Paul continuou a jogar a bom nível, empurrado pelos 25 mil adeptos que encheram o Arthur Ashe Stadium, mas nunca mais logrou quebrar o serviço de Sinner. Dois anos depois do épico duelo com Carlos Alcaraz, que terminou às 2h50 da manhã, Sinner volta a ter a oportunidade de chegar às meias-finais do US Open. "Espero estar fisicamente preparado. Vai ser um jogo físico, mas também mental. Eu ganhei na Austrália, ele ganhou em Wimbledon, ambos em cinco *sets*, por isso, espero que seja um bom encontro", adiantou o número um mundial.


BRIAN HIRSCHFELD/EPA

Jannik Sinner derrotou Tommy Paul em três *sets*

Quase tão boa como a de Sinner tem sido a época de Alex de Minaur, que se juntou a Patrick Rafter e Lleyton Hewitt na restrita lista de australianos a atingirem por mais do que uma vez os quartos-de-final do US Open nos últimos 50 anos. No confronto entre dois nativos de Sydney, o número dez do ranking ultrapassou o amigo Jordan Thompson, por 6-0, 3-6, 6-3 e 7-5, para repetir a presença entre os últimos oito candidatos ao título, alcançada em 2020.

De Minaur terá agora como próximo adversário o estreante Jack Draper (25.º). O britânico de 22 anos tem progredido no quadro fora dos radares e, dois anos depois de ter atingido os "oitavos" nos EUA, aproveitou o facto de não ter de defrontar qualquer cabeça de série e ultrapassou quatro rondas sem perder um *set*.

No torneio feminino, o destaque vai para Beatriz Haddad Maia (21.ª), que se tornou a primeira tenista brasileira a chegar tão longe no US Open desde Maria Bueno, em 1968, e também a segunda sul-americana a vencer duas campeãs de *majors* no US Open, imitando a argentina Gabriela Sabatini. Bia, como é conhecida, bateu a vencedora do Open da Austrália de 2018, Caroline Wozniacki (71.ª), por 6-2, 3-6 e 6-3.

Haddad Maia é, a par de Maria Bueno e Gustavo Kuerten, a única brasileira a disputar um quarto-de-final no US Open na Era Open e terá como oponente a talentosa Karolina Muchova (52.ª), que eliminou Jasmine Paolini (5.ª), com um duplo 6-3.

Para Vitinha, Portugal tem de apontar alto na Liga das Nações

Selecção prepara encontro da primeira jornada, frente à Croácia, na Luz, com os 25 convocados à disposição de Roberto Martínez

Vitinha sublinhou ontem, em conferência de imprensa, na Cidade do Futebol, em Oeiras, que a selecção tem de apontar alto em todas as provas, elevando a fasquia para a nova edição da Liga das Nações, depois da desilusão do Euro2024.

"Compreendo que haja adeptos insatisfeitos. Nós também ficámos tristes por não termos ido mais longe no Europeu. Somos os primeiros a ficar frustrados quando as coisas não correm bem", afirmou Vitinha.

O médio do PSG falou em nome do grupo de Roberto Martínez antes do encontro com a Croácia, já amanhã (19h45, RTP1), no Estádio da Luz, da primeira ronda do Grupo A1. "Queremos sempre fazer melhor e dar tudo em campo", enfatizou Vitinha, para quem Portugal deve "sempre apontar alto" em qualquer competição. "Temos uma grande equipa e condições para chegar muito longe. Não podemos é dizer que o que não seja uma vitória é um fracasso."


"Ganhei outra importância na selecção e também no PSG. Agora quero dar continuidade", aponta Vitinha

Sobre o encontro particular com a Croácia, que derrotou Portugal em Junho, Vitinha assumiu que o jogo do Jamor foi "muito difícil". "A Croácia é uma grande selecção. Queremos rectificar algumas coisas. Somos outra equipa, com mais jogos. Sabemos o que fazer de diferente para levarmos a melhor", notou.

Vitinha, que esteve em destaque durante o Campeonato da Europa que decorreu na Alemanha, admitiu o objectivo de voltar a ser titular no Estádio da Luz. "Ganhei outra importância na selecção e também no PSG. Agora quero dar continuidade, mantendo a qualidade de jogo. Quero ser titular e jogar", concluiu o médio.

O seleccionador Roberto Martínez já contou com os 25 convocados, tendo o médio Bruno Fernandes integrado o treino depois do atraso na viagem a partir de Inglaterra.

Marco Meneses fixa recorde nos 200m estilos nos Paralímpicos

Marco Meneses concluiu ontem a final da prova dos 200m estilos SM11, nos Jogos Paralímpicos que decorrem em Paris, na sexta posição, com uma prestação que lhe permitiu fixar o recorde nacional da distância, ao nadar em 2m37,84s.

Na Arena Paris la Defense, o atleta nascido em Castro Daire superou por larga margem o anterior máximo nacional, de 2m41,20s, e obteve mais um diploma paralímpico para Portugal, o nono conquistado na presente edição do evento.

A medalha de ouro foi conquistada pelo neerlandês Rogier Dorsman, com 2m18,36s, que constitui recorde paralímpico, enquanto o ucraniano Danylo Chufarov ficou com a prata (2m19,81s) e o checo David Kratochvil com o bronze (2m24,60s).

Marc Soler vence em Covadonga, Roglic a 5 segundos de O'Connor

Augusto Bernardino

O espanhol Marc Soler (Emirates) venceu ontem a 16.ª etapa da Volta a Espanha em bicicleta, uma tirada de 181,5km iniciada em Luanco, que levou o pelotão aos céus das Astúrias, em concreto aos míticos Lagos de Covadonga, nos Picos de Europa, onde o australiano Ben O'Connor (AG2R), há dez dias de vermelho, conservou a camisola de líder por cinco segundos.

Primoz Roglic (BORA-hansgrohe) entrou no último quilómetro como líder virtual, mas O'Connor, depois de ter perdido o contacto com os candidatos ao pódio, recuperou o suficiente para continuar na frente da geral. Margem curtíssima, que pode não resistir até ao contra-relógio de Madrid, com Roglic a sentir o cheiro do recorde de quatro triunfos na Vuelta, de Roberto Heras. Não fosse a penalização de 20 segundos na 15.ª etapa, o esloveno já liderava.

Depois do segundo dia de descanso, os ciclistas enfrentaram uma das etapas mais temidas pelo pelotão, que acabou por ser de êxtase (à chuva) para Marc Soler, três vezes terceiro classificado em etapas (10.ª, 12.ª e 13.ª), que assim conseguiu o triunfo que tanto perseguiu.

Soler superiorizou-se nos três últimos quilómetros a Filippo Zana (Jayco) e a Max Poole (DSM), cortando a meta após 4h44m46s, 18 segundos à frente do italiano e 23s antes de Poole, com Jay Vine já a 57 segundos. Os homens da geral chegaram 3m54s depois, com Enric Mas, Richard Carapaz e Primoz Roglic juntos. O'Connor foi 20.º classificado, a 4m52s do vencedor.

Líder da classificação por pontos e da montanha, vencedor de três etapas (3.ª, 7.ª e 10.ª) na 79.ª edição da Vuelta, o belga Wout van Aert (Visma) sofreu uma queda a cerca de 50 quilómetros do fim, na descida de Collada Llomena – onde somou os dez pontos da segunda escalada de primeira categoria do dia – e teve de abandonar.

Van Aert, que já tinha sido o primeiro no Mirador del Fito (1.ª categoria), caiu juntamente com Felix Engelhardt (Jayco) e Isaac Del Toro (Emirates), tendo sido o mais afectado pelo incidente que permitiu ao mexicano da UAE seguir com os fugitivos e levou o alemão a ser alcançado pelo grupo do camisola vermelha, que seguia a mais de seis minutos dos 12 ciclistas da frente da corrida.







Uma história traçada pelo terror.



COLECÇÃO **NOVELA GRÁFICA VIII** - EDIÇÃO QUINZENAL

LIVRO 5 - OS GRANDES NOMES DO MACABRO

Argumento e desenho: Joan Boix

Os Grandes Nomes do Macabro, de Joan Boix, faz o leitor mergulhar num universo de terror e mistério. A obra compila contos e narrativas, algumas delas inspiradas em contos de escritores de terror icónicos, como H. P. Lovecraft, Franz Kafka, Arthur Conan Doyle ou Edgar Allan Poe. Cada história é uma viagem ao desconhecido, onde o medo e a escuridão se entrelaçam, oferecendo uma experiência literária intensa e inesquecível para os amantes do terror.

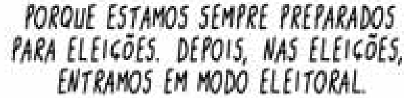
COMPRE AQUI

loja.publico.pt

*Colecção de 11 livros em capa dura. PVP unitário: vols. 3, 5, 8, 9 e 11: 13,90 €; vols. 1, 2, 7 e 10: 14,90 €; vols. 4 e 6: 15,90 €. Preço total da colecção: 160,90 €. Periodicidade quinzenal às sextas, entre 5 de Julho e 22 de Novembro de 2024. Stock limitado.

BARTOON LUÍS AFONSO











Comprar o cão com o próprio pelo na calada da noite

Não é o fim do mundo



Pedro Adão e Silva

O relatório da Inspeção-Geral de Finanças, ontem divulgado, valida os indícios já conhecidos em torno da privatização da TAP, no estertor do Governo de Passos Coelho, a favor de David Neeleman. O empresário norte-americano terá adquirido a companhia área portuguesa financiando-se junto da Airbus (226 milhões de euros), com a TAP, por sua vez, a comprometer-se a adquirir, por igual valor, 53 aviões à construtora (sendo que há suspeitas de que esta compra poderá ter sido feita por uma quantia acima dos preços de mercado). Ou seja, foi a TAP, com capitais públicos, que suportou a sua própria privatização.

Parece complexo, mas, infelizmente, não é: trata-se de um padrão recorrente em grandes operações financeiras que, por detrás de uma aparente sofisticação, corresponde, no fundo, a um esquema que, em português corrente, se denomina, "comprar o cão com o próprio pelo".

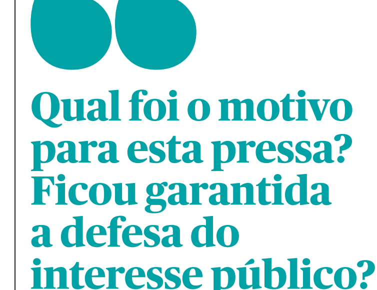
Como se não fosse o bastante, o relatório da IGF suscita ainda duas outras questões: um contrato de prestação de serviços da TAP privatizada com uma empresa de Neeleman, como forma de remunerar os acionistas, e o também já conhecido investimento danoso numa empresa de manutenção brasileira (perto de mil milhões de euros de perdas).

Infelizmente, não me ocorre nenhuma expressão popular capaz de descrever adequadamente esta forma particular e muito comum de economia circular negativa, com perdas significativas para o interesse público e evidentes ganhos privados.

Nada disto se prende com um debate político crucial, mas que tem sido propenso a instrumentalizações populistas desastrosas: sobre saber se um país com o nosso perfil económico deve ter uma companhia aérea integral ou maioritariamente pública ou integral ou maioritariamente privada. A questão aqui é o manifesto prejuízo do interesse público e vai para além da escolha do consórcio liderado por Neeleman.

RUI GAUDÊNCIO





Qual foi o motivo para esta pressa? Ficou garantida a defesa do interesse público?

Em junho de 2015, aproximavam-se as legislativas, mas o Governo de Passos Coelho estava em plenas funções e tinha legitimidade para decidir a escolha do comprador.

Só que, na verdade, a privatização só ficou fechada mais tarde, já depois de o programa do segundo executivo de Passos Coelho ter sido chumbado no Parlamento. Foi um governo em gestão, que já se sabia iria ser substituído pela "geringonça", que assinou a privatização, à porta fechada, enquanto garantia junto da banca a recompra pública da TAP, caso houvesse incumprimento no pagamento das prestações de crédito.

Pela calada da noite, depois de uma compra do cão com o próprio pelo, o Governo em gestão de Passos Coelho dava garantias de que os privados não corriam riscos com a privatização da TAP. Qual foi exatamente o motivo para esta pressa? Ficou garantida a defesa do interesse público? Por que foi dado este passo e não se informou Bruxelas da assinatura de uma carta de conforto que poderia configurar uma ajuda de Estado encapotada?

Agora que Maria Luís Albuquerque se prepara para viajar para Bruxelas, talvez tenha oportunidade de esclarecer o sucedido em 2015, quando liderava a pasta das Finanças e foram decididos os termos da privatização. E agora que Pinto Luz tem de novo nas mãos o dossier TAP, talvez tenha oportunidade de esclarecer o motivo e os termos da carta de conforto que assinou enquanto membro de um governo que durou uns curtos 27 dias e que não tinha legitimidade para tomar este tipo de decisões. É fundamental, agora que vamos tendo notícias de visitas a Portugal de potenciais interessados na privatização da TAP, que haja transparência e escrutínio público no processo. Aquilo que justamente faltou, de forma chocante, em 2015.

Colunista